



RELATÓRIO DE GESTÃO

2021

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

SUMÁRIO

Mensagem do ministro.....	4
Capítulo 1 - Visão geral organizacional e ambiente externo....	8
Identificação, Missão, Visão e Valores.....	9
Estrutura organizacional.....	11
Estrutura de Governança.....	13
Modelo de Negócios.....	15
Cadeia de Valor.....	16
Políticas e Programas de Governo.....	17
Capítulo 2 - Riscos, Oportunidades e Perspectivas.....	21
Gestão de Riscos e Controles Internos.....	22
Integridade.....	25
Correição.....	27
Capítulo 3 - Governança, Estratégia e Alocação de Recursos.....	28
Governança.....	29
Estratégia e Alocação de Recursos.....	30
Mapa Estratégico.....	31
Capítulo 4 - Resultado e Desempenho da Gestão.....	32
Resultado Integrado.....	33
Segurança Hídrica.....	34
Habitação.....	38
Saneamento Básico.....	42

Proteção e Defesa Civil.....	44
Mobilidade e Desenvolvimento Urbano.....	48
Parcerias e Fomento.....	55
Fundos Constitucionais de Financiamento.....	58
Resultados dos Fundos de Desenvolvimento Regional.....	61
Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável.....	62
Resultado do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.....	63
Revisões Normativas.....	63
Governança e Gestão Corporativa.....	64
Gestão de Pessoas.....	66
Gestão de Tecnologias.....	69
Gestão de Contratação e Logística.....	71
Gestão Patrimonial e Infraestrutura.....	73
Sustentabilidade.....	75
Comunicação Interna e Externa.....	76
Gestão de Custos.....	77
Capítulo 5 - Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis.....	85
Principais Fatos Contábeis e Notas Explicativas.....	98



MDR

MDR

MDR



MENSAGEM DO MINISTRO

O ano de 2021 foi marcado pela continuidade da crise sanitária relacionada à Covid-19 e seus efeitos, ampliando os desafios no período e a responsabilidade do Ministério pela realização de investimentos para a melhoria da qualidade de vida da população nas cidades e para o desenvolvimento das regiões brasileiras.

Os investimentos feitos pelo MDR, além do seu caráter social, têm importante função econômica, especialmente em momentos de crise, garantindo e mantendo empregos a partir do setor da construção civil e do fortalecimento das cadeias e setores produtivos. Apresentamos a seguir os principais resultados vinculados às políticas públicas executadas pela Pasta.



Investimento de aproximadamente R\$ 1,3 bilhão em segurança hídrica



151 empreendimentos de saneamento básico concluídos



Mais de 442 mil famílias beneficiadas com entregas de unidades habitacionais e urbanização de assentamentos precários



2,7 mil empreendimentos concluídos em mobilidade urbana



534 empreendimentos concluídos voltados para o desenvolvimento produtivo



1.900 entes capacitados em proteção e defesa civil e 17 obras concluídas de contenção de encostas para prevenção de riscos de desastres



Atração de R\$ 37,8 bilhões em investimentos privados por meio de parcerias

Este Ministério, também conhecido como “Ministério das Águas”, empenhou mais de 1,3 bilhão em segurança hídrica no período que se concretizou em importantes entregas ao longo do ano.

No que se refere ao Projeto de Integração do São Francisco, entregamos o último trecho de obras físicas do Eixo Norte do Projeto de Integração do Rio São Francisco, avançamos com a operacionalização e o fluxo de água em toda a extensão de canais do Eixo Norte, que propiciou a liberação 569,799 milhões de m³ de água no trecho. Em relação ao Eixo Leste, a liberação de água aos beneficiários totalizou 80,479 milhões de m³, em 2021.

Também entregamos o Ramal do Agreste Pernambucano, com investimentos de R\$ 1,67 bilhão para garantir segurança hídrica no estado. Assim que as duas etapas da Adutora do Agreste estiverem concluídas, a água do Eixo Leste do Projeto de Integração do Rio São Francisco será distribuída para mais de 2,2 milhões de pessoas, em 68 municípios.

Visando estabelecer um novo modelo de sustentabilidade econômica e financeira para essas infraestruturas hídricas, foi enviado ao Congresso Nacional o Novo Marco Hídrico (PL 4546/2021), que abrirá espaço para a atração de investimentos privados na implantação de novos empreendimentos e, principalmente, para operação adequada, por meio da instituição do serviço hídrico e sua política tarifária.

Para assegurar R\$ 5,8 bilhões em investimentos voltados à revitalização de bacias hidrográficas para os próximos 10 anos, foi publicado o Decreto 10.838/2021, que regulamenta a obrigação de revitalização das bacias do Rio São Francisco e do Rio Parnaíba e daquelas localizadas na área de influência dos reservatórios das usinas hidrelétricas de Furnas, decorrentes da Lei de Desestatização da Eletrobras.

Com o objetivo de cuidar das nossas águas, demos vulto ao Programa Águas Brasileiras com 11 projetos patrocinados. Também criamos o Selo Aliança pelas Águas visando reconhecer iniciativas de empresas, cidadãos e instituições de direito público e privado, com ou sem fins lucrativos que contribuam para revitalização de bacias hidrográficas, para a segurança hídrica e para o desenvolvimento sustentável do País. O selo já reconheceu 12 projetos, totalizando iniciativas que somam cerca de R\$ 470 milhões de investimentos.

No âmbito do Programa Água Doce, 21 novos sistemas de dessalinização entraram em operação, beneficiando municípios em Alagoas, Bahia, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Piauí.

Quanto à política de saneamento básico, o Novo Marco Legal do Saneamento, em vigor desde 2020, garantiu investimentos de R\$ 71 bilhões em serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Em 2021, foram realizados leilões que beneficiaram os estados do Rio de Janeiro, Alagoas e Amapá, rumo a universalização do saneamento básico.

A partir de investimentos realizados com recursos do próprio MDR, também se avançou com a conclusão de 49 empreendimentos de abastecimento de água potável, 50 empreendimentos de esgotamento sanitário, três empreendimentos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, 19 empreendimentos de saneamento integrado e 30 empreendimentos de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.

Cumpramos destacar que a drenagem e manejo de águas pluviais urbanas é uma ação essencial para a prevenção de desastres. No âmbito dos investimentos em proteção e defesa civil também foram concluídas 17 obras de contenção de encostas em áreas de risco.

Foi verificada ainda aprimoramento da capacidade municipal na gestão de riscos e desastres, com melhoria do índice de 3,14 em 2020 para 3,45, em 2021, resultado fortemente influenciado pela ampliação do número de municípios com planos de contingência elaborados, pela capacitação em defesa civil e pela adesão ao Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2iD). Ao todo, foram capacitados, no âmbito do Programa de Capacitação Continuada em Defesa Civil, 1.900 entes subnacionais.

Esses aprimoramentos foram essenciais para gerenciar as crises e situações de calamidade, especialmente no final do ano em que fomos acometidos com os desastres decorrentes das fortes chuvas que atingiram algumas regiões do País, sobretudo nos estados da Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

Finalizamos o ano com o empenho de R\$ 360,6 milhões em ações de resposta e reconstrução, visando minimizar os danos decorrentes dos desastres e prestando assistência às famílias atingidas.

Na área de habitação, o Programa Casa Verde Amarela beneficiou mais de 442 mil famílias com a entrega de unidades habitacionais subsidiadas pelo governo ou financiadas via FGTS e outras 43,9 mil famílias com a conclusão de intervenções de urbanização de assentamentos precários. Desde 2019, alcançamos o marco de mais de 1,2 milhão de unidades habitacionais entregues à população.

Além disso, o ano foi marcado pela continuidade das medidas voltadas ao acesso das famílias de baixa renda ao financiamento habitacional com recursos do FGTS e de manutenção da atratividade para o mercado da construção civil, de forma a garantir a continuidade na habitação popular, destacando entre elas: (i) a redução das taxas de juros de famílias com renda entre R\$ 4 mil e R\$ 7 mil, em 0,5 ponto percentual, passando de 8,16% para 7,66% ao ano, até o fim de 2022; (ii) a ampliação dos subsídios concedidos às famílias de menor renda, notadamente aquelas com renda mensal bruta de até R\$ 2 mil; e (iii) a expansão das menores taxas de juros da história do FGTS para essas mesmas famílias. Com tais medidas, alcançamos cerca de 350 mil moradias contratadas em 2021 pelo FGTS.

O Programa Casa Verde Amarela inovou também ao prever a locação social como linha de atendimento habitacional. Em 2021, foram articulados estudos para a implantação de projetos-piloto de iniciativas de locação social por estados e municípios, com recursos do Fundo de Apoio à Estruturação de Projetos de Concessão e Parceria Público-privada (FEP).

No que se refere à mobilidade urbana, foram concluídos mais de 2,7 mil empreendimentos relacionados a transporte coletivo urbano, transporte não motorizado e qualificação viária.

Outros destaques foram o lançamento do Sistema Nacional de Informações em Mobilidade Urbana (SIMU), que apresenta em um único local os principais dados e estatísticas sobre mobilidade urbana no País, e a criação do Fórum Consultivo de Mobilidade Urbana, colegiado de entidades do setor, instituído pelo Decreto nº 10.803/2021, com o objetivo de assessorar o Governo Federal em temas relativos à mobilidade urbana, sobretudo em relação aos serviços de transporte público coletivo.

Também houve avanço no apoio a projetos de mobilidade urbana por meio de incentivos fiscais. Nesse sentido, um novo projeto foi apoiado com o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) e dois projetos foram habilitados para emissão de debêntures incentivadas.

No que diz respeito a desenvolvimento urbano, foram concluídas 184 novas intervenções para apoio a projetos e obras de reabilitação e urbanização acessível, o que somando ao quantitativo de 2020, perfaz um total de 403 intervenções.

No âmbito da iluminação pública, foram aprovados em 2021 cinco projetos prioritários para emissão de debêntures incentivadas. Os projetos aprovados se referem aos municípios de Petrolina (PE), Vila Velha (ES), Uberlândia (MG), Porto Alegre (RS) e Palhoça (SC), totalizando R\$ 230 milhões a serem levantados no mercado de capitais.

Quanto ao desenvolvimento regional e produtivo, um dos principais destaques foi a conclusão de 534 empreendimentos de desenvolvimento produtivo.

Outra importante linha de atuação é o setor de irrigação, com a implantação de Polos de Agricultura Irrigada, que reúne produtores locais com o objetivo de ampliar a sua atuação por meio de parcerias. Destaque para a implantação do Polo de Irrigação do Noroeste de Minas (MG). Com esse, chegou-se a um total de sete polos implantados até 2021.

O Programa Rotas de Integração Nacional, que constrói redes de arranjos produtivos locais associadas a cadeias produtivas estratégicas capazes de promover a inclusão produtiva e o desenvolvimento sustentável das regiões brasileiras priorizadas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), alcançou a marca de implementação de 43 Polos da Estratégia até 2021.

Em 2021, foi lançada também uma nova Rota de Integração, a Rota da Moda, no estado do Rio Grande do Norte. Ela traz perspectivas de regulamentação e de ampliação para todos os estados do nordeste brasileiro, com a implantação de novos polos nessa área.

Vale ainda frisar que as cidades localizadas nas fronteiras com países vizinhos também ganharam um olhar especial com o lançamento do Programa Fronteira Integrada, que visa a reduzir as desigualdades econômicas e sociais nas cidades localizadas em uma área de 150 km de largura ao longo das fronteiras terrestres brasileiras.

Outra inovação foi a criação do Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável, com objetivo de viabilizar a estruturação e o desenvolvimento de projetos de concessões e PPPs, conceder garantias destinadas à cobertura dos riscos relacionados ao descumprimento de obrigações pecuniárias assumidas pelo parceiro público em PPPs e permitir a participação em fundos de investimentos regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), na forma de capital semente. Estarão disponíveis R\$ 750 milhões para a estruturação e desenvolvimento de projetos de concessão e parceria público-privada (PPP) da União, dos estados e dos municípios.

Para melhor gerenciar tantos desafios, o ano de 2021 foi marcado pela reestruturação do Ministério com o objetivo de melhorar a estrutura de cargos e fortalecer o desenvolvimento de parcerias com o setor privado e o aprimoramento dos instrumentos de fomento ao desenvolvimento regional, culminando na criação da Secretaria de Fomento e Parcerias com o Setor Privado, demonstrando a importância do assunto, tendo em vista a atração de e R\$ 37,8 bilhões em investimentos privados

nas áreas de competência do MDR por meio de parcerias.

Outro destaque do ano foi a revisão geral do Planejamento Estratégico do Ministério, que viabilizou uma abordagem focada nas políticas e nos programas do MDR para estabelecimento de iniciativas adequadas para a solução dos principais problemas e desafios estruturais e conjunturais existentes.

Assim, o MDR alcançou grandes feitos no ano de 2021, com impacto fundamental para o bem-estar do povo brasileiro e para o desenvolvimento das regiões. Como Ministro do Desenvolvimento Regional, é um prazer apresentar este documento íntegro de transparência das ações desta Pasta para a sociedade. Espero que você aí da sua região também se sinta parte disso. Boa leitura!

DANIEL DE OLIVEIRA DUARTE FERREIRA





1

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

IDENTIFICAÇÃO, MISSÃO, VISÃO E VALORES

O Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) é o órgão da Administração Pública Federal Direta responsável pela formulação, coordenação e supervisão das seguintes políticas:

- de desenvolvimento regional;
- de desenvolvimento urbano;
- de proteção e defesa civil;
- de recursos hídricos;
- de segurança hídrica;
- de irrigação, observadas as competências do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- de habitação;
- de saneamento;
- de mobilidade urbana;
- de subsídio à habitação popular, ao saneamento e à mobilidade urbana; e
- de ordenamento territorial

Principais normas direcionadoras de sua atuação

O MDR foi instituído por meio da [Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019](#) e sua estrutura regimental se encontra disposta nos termos do [Decreto nº 10.773, de 23 de agosto de 2021](#).

Com relação às ações finalísticas, o MDR tem como principais normas direcionadoras:

- [Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021](#), que institui o Programa Casa Verde e Amarela;
- [Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020](#), que atualiza o Marco Legal do Saneamento Básico;
- [Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012](#), que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil;
- [Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997](#), que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos;

• [Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013](#), que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação;

• [Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012](#), que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana;

• [Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019](#), que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

A atuação do MDR conta com a contribuição de suas 8 entidades vinculadas – autarquias e empresas públicas – que, em coordenação com o Ministério, desenvolvem as políticas públicas oferecendo produtos e serviços essenciais que contribuem para a qualidade de vida dos brasileiros nos mais variados setores.

O MDR atua, ainda, na promoção do desenvolvimento das regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, ao administrar os Fundos Constitucionais de Financiamento e os Fundos de Desenvolvimento Regional, principais instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

Fundos Constitucionais
Contribuem para o desenvolvimento econômico e social das regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte.

Beneficiários
Agentes produtivos de todos os portes e setores, especialmente micro, mini e pequenos que têm tratamento diferenciado.



O MDR, quando da atualização do Planejamento Estratégico Institucional para o período de 2020 a 2023 e da elaboração do correspondente Mapa Estratégico aprovado pelo Comitê Interno de Governança (Cigov), instituiu a sua nova missão, visão e valores. O Planejamento Estratégico Institucional 2020-2023 representa o principal direcionador da estratégia do Ministério, atuando de forma harmônica com os demais instrumentos de planejamento existentes. A missão, visão e valores institucionais, expostos a seguir, norteiam os programas, projetos e demais ações desenvolvidas pela Pasta ao longo do período de 2020 a 2023.

MISSÃO

Promover o desenvolvimento sustentável das regiões e das cidades, com ampliação de oportunidades, visando à redução das desigualdades regionais.

VISÃO

Ser reconhecido pela excelência na promoção do desenvolvimento sustentável, da melhoria da qualidade de vida e da equidade nas regiões e cidades.

VALORES

Comprometimento, Integração, Transparência, Integridade e Excelência.



Estrutura organizacional

Em 8 de setembro de 2021 entrou em vigor o [Decreto nº 10.773, de 23 de agosto de 2021](#), que aprovou a Estrutura Regimental do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR).

Com a publicação do Decreto, a instituição passou a ter uma nova estrutura organizacional, com a seguinte caracterização:

Órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional:

- Gabinete;
- Assessoria Especial de Comunicação Social;
- Assessoria Especial Internacional;
- Assessoria Especial de Relações Institucionais;
- Assessoria Especial de Controle Interno;
- Consultoria Jurídica; e
- Secretaria-Executiva.

Órgãos específicos singulares:

- Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil;
- Secretaria Nacional de Segurança Hídrica;
- Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano;
- Secretaria Nacional de Habitação;
- Secretaria Nacional de Saneamento; e
- Secretaria de Fomento e Parcerias com o Setor Privado.

Órgãos Colegiados:

- Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - Conpedec;
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social;
- Conselho Nacional de Recursos Hídricos;
- Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Polo Petrolina e Juazeiro - Coaride Petrolina e Juazeiro;
- Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina - Coaride da Grande Teresina;

- Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - Coaride;
- Conselho Nacional de Irrigação; e
- Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional.

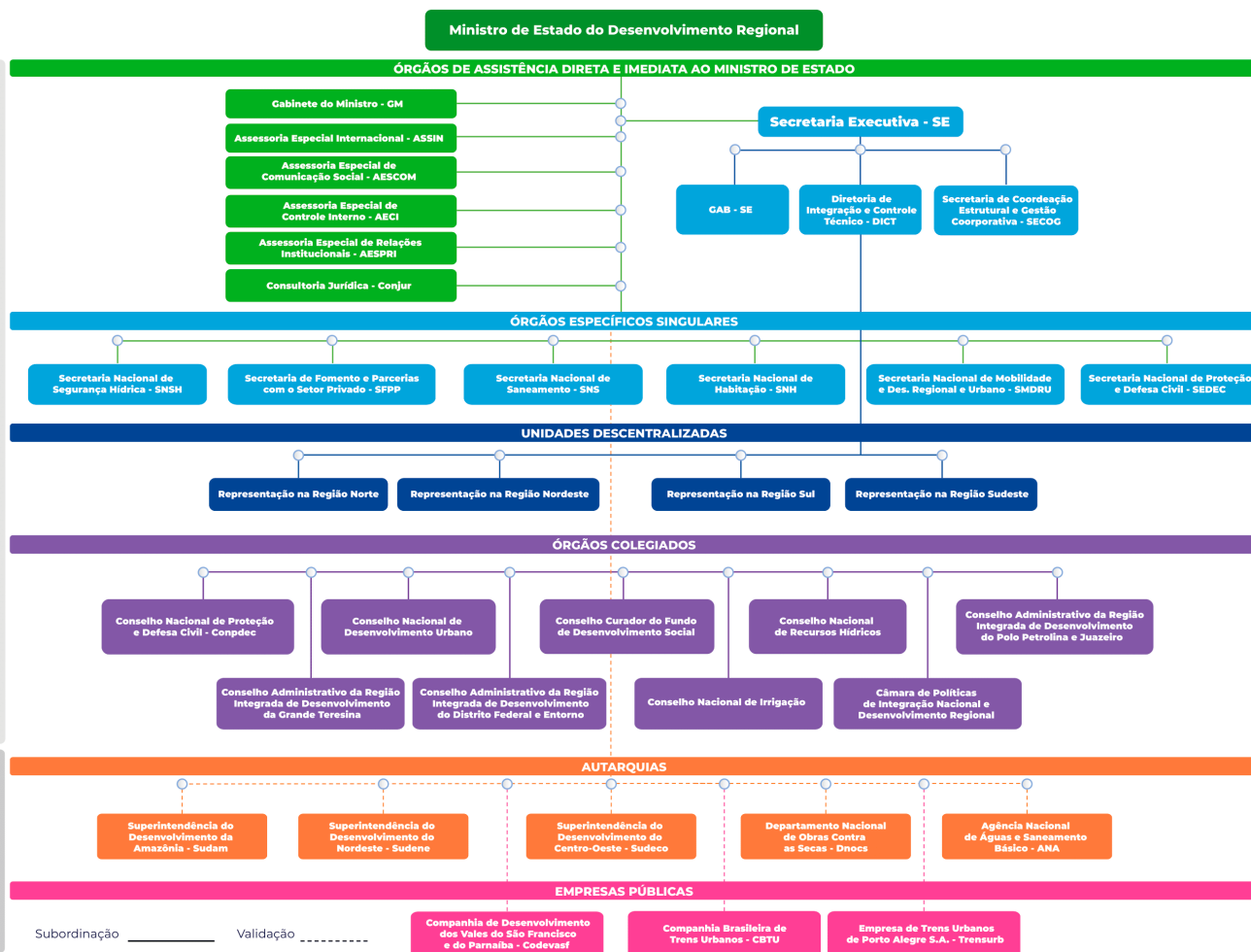
Autarquias:

- Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam;
- Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene;
- Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - Sudeco;
- Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs; e
- Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA.

Empresas Públicas:

- Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf;
- Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU; e
- Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - Trensurb.

A seguir organograma com a estrutura do MDR.

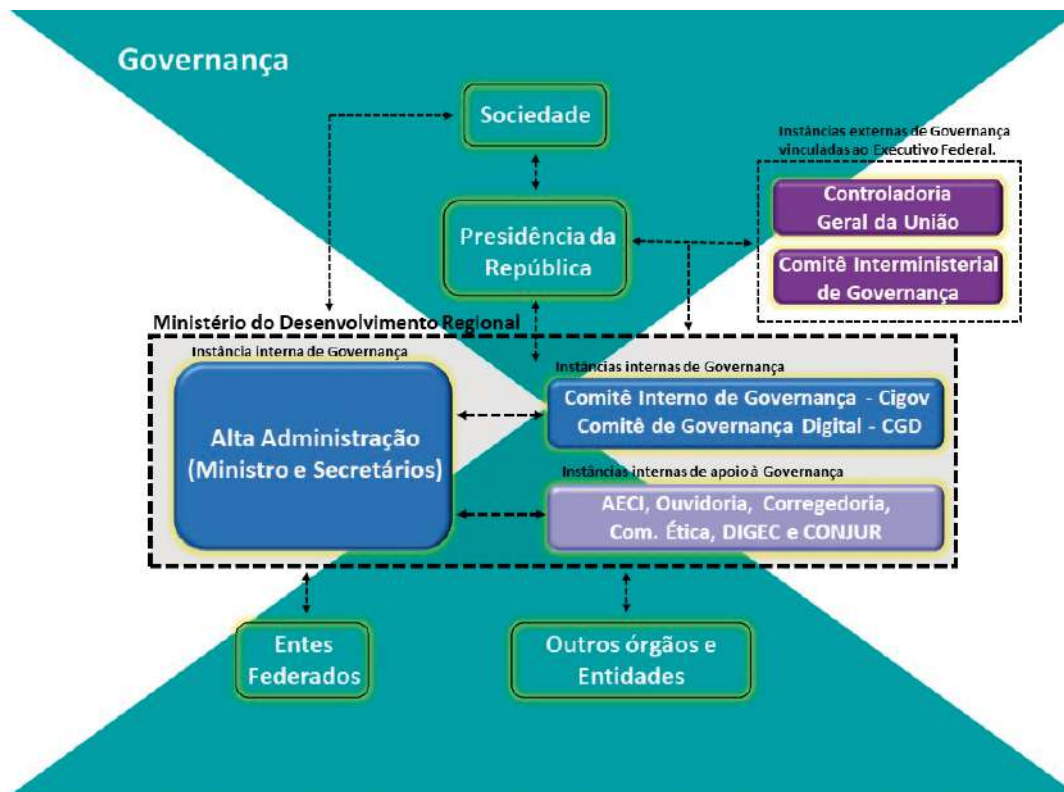


Fonte: Decreto Nº 10.773/2021

Estrutura de Governança

De acordo com o Referencial Básico de Governança Organizacional, do Tribunal de Contas da União, a governança pública organizacional consiste na “aplicação de práticas de liderança, de estratégia e de controle, que permitem aos mandatários de uma organização pública e às partes nela interessadas avaliar sua situação e demandas, direcionar a sua atuação e monitorar o seu funcionamento, de modo a aumentar as chances de entrega de bons resultados aos cidadãos, em termos de serviços e de políticas públicas”.

No MDR, instâncias internas e externas de governança contribuem na melhoria do desempenho e no aumento da efetividade de seus processos, qualificando as entregas aos cidadãos. Essas instâncias são apresentadas, esquematicamente, na figura abaixo:



Principais Instâncias Internas de Governança no Âmbito do MDR:

a) Alta Administração

A Alta Administração é composta pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional e pelos ocupantes de cargos de natureza especial e de nível 6 do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS.

Com a finalidade de assessorar o Ministro na execução da política de governança da administração pública federal, foi instituído, em abril de 2019, o Comitê Interno de Governança - Cigov, que atualmente é regido pela [Portaria MDR nº 397, de 5 de março de 2021](#). O Cigov é responsável por promover e acompanhar a implementação das medidas, dos mecanismos e das práticas organizacionais de governança, além de orientar a estratégia do Ministério a partir da aprovação e monitoramento do planejamento estratégico.

O Cigov possui a seguinte composição: Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional, que o coordena; Secretário-Executivo; Secretário de Coordenação Estrutural e Gestão Corporativa; titulares das Secretarias Nacionais de Proteção e Defesa Civil, Segurança Hídrica, Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano, Habitação e Saneamento; e Assessoria Especial, atual Secretaria de Fomento e Parcerias com o Setor Privado.

Já o Comitê de Governança Digital - CGD tem como finalidade deliberar sobre os assuntos relativos à implementação das ações de governo digital e ao uso de recursos de tecnologia da informação e comunicação, sendo responsável pela aprovação e monitoramento do Plano de Transformação Digital, do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação e do Plano de Dados Abertos.

O CGD é composto por representantes do Gabinete do Ministro, da Secretaria-Executiva e das Secretarias Nacionais de Proteção e Defesa Civil, Segurança Hídrica, Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano, Habitação e Saneamento; pelo Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação e pelo encarregado do tratamento de dados pessoais, nos termos do disposto na [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#).

b) Instâncias de apoio à governança

Constituem instâncias internas de apoio à governança a Assessoria Especial de Controle Interno - AEI, a Ouvidoria-Geral, a Corregedoria-Geral, a Comissão de Ética, a Diretoria de Gestão Estratégica e Coordenação Estrutural e a Consultoria Jurídica.

Essas unidades realizam a comunicação entre partes interessadas internas e externas à administração, avaliam os processos de governança, de gestão de riscos e controles internos, comunicando à alta administração os resultados. Além disso, elaboram e desenvolvem projetos, processos e estruturas de governança necessários ao aprimoramento do funcionamento da instituição.

Principais Instâncias Externas de Governança Vinculadas ao Poder Executivo Federal:

a) Controladoria-Geral da União

A Controladoria-Geral da União - CGU é o órgão do Governo Federal responsável por realizar atividades relacionadas à defesa do patrimônio público e ao incremento da transparência da gestão, por meio de ações de controle interno, auditoria pública, correição, prevenção e combate à corrupção e ouvidoria.

b) Comitê Interministerial de Governança

O Comitê Interministerial de Governança - CIG é o colegiado responsável pelo assessoramento do Presidente da República na condução da política de governança da administração pública federal.

O CIG foi criado pelo [Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017](#), que também instituiu a Política de Governança da Administração Pública Federal. Essa política estabelece princípios, diretrizes e práticas de governança pública voltadas à melhoria da prestação de serviços e à redução de custos com foco no cidadão.

Modelo de Negócios

O modelo de negócio do Ministério em 2021 foi orientado para o alcance dos objetivos estratégicos e para a geração de valor público com a **promoção do desenvolvimento sustentável das regiões e das cidades, com a ampliação de oportunidades visando à redução das desigualdades regionais**. Apresentam-se a seguir os insumos, parceiros-chave, mecanismos de atuação, atividades principais, destinatários, resultados e impactos.



A Cadeia de Valor do Ministério do Desenvolvimento Regional foi redefinida em 2021 com a participação de técnicos e gestores dos órgãos e entidades do Ministério e aprovada pelo Comitê Interno de Governança (Cigov). A Cadeia está estruturada a partir de macroprocessos finalísticos, gerenciais e de suporte, podendo ser compreendida como o conjunto de ações realizadas em uma sequência definida ponta a ponta a fim de gerar resultados e agregar valor para a sociedade.



Políticas e programas de governo

O Ministério do Desenvolvimento Regional desenvolve diversas políticas públicas com base nas suas competências. A partir da reflexão sobre as políticas públicas e principais linhas de atuação da Pasta, foi reestruturado em 2021 o Planejamento Estratégico Institucional (PEI) do MDR de maneira alinhada aos objetivos, metas e indicadores do Plano Plurianual (PPA). A imagem a seguir apresenta, de forma resumida, as macropolíticas do MDR e seus vínculos com o PPA 2020-2023 e o Plano Estratégico do MDR.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MDR - Vínculos entre Políticas Públicas, PEI MDR e PPA 2020-2023					
Macropolíticas do MDR	Vínculo PPA 2020-2023 (Lei 13.971/2019)		PEI - MDR		
	Programa Temático do PPA	Objetivo Geral do PPA	Eixo Estratégico (Macropolítica)	Subeixo Estratégico (Políticas Públicas)	Objetivo Estratégico
Segurança Hídrica	2221 - Recursos Hídricos	Ampliar a Segurança Hídrica	Segurança Hídrica	Gerenciamento de Recursos Hídricos	Ampliar a segurança hídrica em bases sustentáveis, especialmente em regiões em situação crítica
				Infraestrutura Hídrica	Realizar o efetivo gerenciamento dos recursos hídricos nacionais e transfronteiriços, de forma planejada e integrada, considerando as diversidades regionais e a promoção da segurança
				Revitalização de Recursos Hídricos	Preservar, conservar as bacias hidrográficas e recuperar aquelas cujos recursos hídricos estejam em situação de vulnerabilidade
Mobilidade e Desenvolvimento Urbano	2219 - Mobilidade Urbana	Aprimorar o planejamento, a gestão e a infraestrutura de mobilidade urbana em cidades e regiões	Mobilidade e Desenvolvimento Urbano	Mobilidade Urbana	Tornar os deslocamentos urbanos sustentáveis, priorizando o transporte público coletivo e a segurança viária
		Estimular o desenvolvimento de territórios, cidades e regiões, ampliando a estruturação produtiva e urbana, e a provisão de serviços públicos para a redução das desigualdades socioeconômicas, em múltiplas escalas		Desenvolvimento Urbano	Fomentar transformações urbanísticas estruturais sustentáveis com foco em acessibilidade, orientadas para o cumprimento da função social da cidade
Planejamento e Desenvolvimento Produtivo e Regional	2217- Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano		Planejamento e Desenvolvimento Produtivo e Regional	Planejamento do Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	Promover o planejamento e o uso coordenado do território brasileiro de forma integrada com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional
				Fomento ao Desenvolvimento Produtivo	Promover a inclusão produtiva e o desenvolvimento sustentável nas regiões prioritárias da Política Nacional de Desenvolvimento Regional
				Irrigação	Ampliar a área irrigada em bases ambientalmente sustentáveis

Saneamento Básico	2222 - Saneamento Básico	Ampliar o acesso da população a serviços adequados de saneamento básico	Saneamento Básico	Infraestrutura em Saneamento Básico	Universalizar o acesso da população a serviços adequados de saneamento básico
				Planejamento, Regulação e Gestão dos Serviços de Saneamento Básico	Melhorar a qualidade da prestação dos serviços de saneamento básico
Proteção e Defesa Civil	2218 - Gestão de Riscos e de Desastres	Investir na Compreensão e Redução do Risco, Ampliar a Preparação e Reduzir os Efeitos dos Desastres.	Proteção e Defesa Civil	Gestão de Riscos de Desastres	Reduzir os riscos de desastres, com efetivação da integração de políticas públicas e fortalecimento das capacidades dos atores do Sinpdec
				Gestão de Desastres	Melhorar a capacidade e a tempestividade de resposta e reconstrução pós-desastres
Habitação	2220 - Moradia Digna	Promover o acesso e a melhoria das condições de moradia.	Habitação	Provisão Habitacional	Ampliar a provisão de moradia digna para famílias de baixa renda, considerando as diversidades socioeconômicas e regionais
				Urbanização de Assentamentos Precários	Melhorar as condições de habitabilidade e a segurança da posse em assentamentos precários
				Qualidade e Modernização Produtiva da Construção Civil	Ampliar a qualidade e a modernização do setor da construção civil, com adoção de práticas sustentáveis

A seguir, apresentamos os links de acesso aos **Programas do PPA** com seus objetivos, metas e ações orçamentárias, bem como ao **Planejamento Estratégico do MDR**, com objetivos, indicadores, metas, programas e iniciativas da Pasta e a **Carteira de Investimentos do MDR**.

Programas e Ações do PPA:

https://www.gov.br/mdr/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/PPA_eselho_programa_acoes_orcamentarias_2022.pdf.

Plano Estratégico do MDR:

<https://www.gov.br/mdr/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/planejamento-estrategico-institucional>.

Carteira de Investimentos:

<http://paineis.mdr.gov.br/>.

Ambiente externo

O ambiente externo é um fator de grande importância para o Ministério, especialmente diante do cenário de restrições do orçamento público, em que participação da iniciativa privada se faz fundamental para a manutenção dos investimentos em projetos de desenvolvimento regional.

O Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) tem uma carteira potencial de obras nas áreas de saneamento básico, iluminação pública, mobilidade urbana, segurança hídrica e habitação de cerca de R\$ 1 trilhão.

São empreendimentos que tem o potencial de aumentar a qualidade de vida para a população, além de reduzir desigualdades regionais e promover a geração de emprego e renda. Para que isso ocorra, o Governo Federal vem adotando medidas para que os projetos tenham melhor qualificação técnica, previsibilidade e segurança jurídica, tornando-os mais atraentes à iniciativa privada.

O Marco Regulatório do Saneamento Básico, em vigor desde julho de 2020, é exemplo da modernização regulatória para expansão dos serviços básicos de água e saneamento.

Em mais de um ano de vigência, o Novo Marco já garantiu investimentos de R\$ 71 bilhões em serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Em 2021, mesmo com dificuldades econômicas a nível mundial por conta da pandemia de COVID-19, ocorreram 7 leilões na área de saneamento: No Rio de Janeiro, os Blocos 1, 2, 3 e 4 foram licitados por R\$ 24,8 bilhões de outorga e R\$ 31,8 bilhões em investimentos que beneficiarão 49 municípios. Em Alagoas, os Blocos B e C foram licitados por R\$ 1,65 bilhão de outorga e R\$ 2,8 bilhões em investimentos que ajudarão 74 municípios na universalização dos serviços. O leilão do Amapá foi arrematado por R\$ 930 milhões de outorga e R\$ 2,9 bilhões de investimentos que contribuirão para o acesso aos serviços de água e esgoto nos 16 municípios no Estado.

Assim, a melhoria regulatória advinda do Novo Marco Legal do Saneamento Básico já tem se mostrado uma ferramenta potencializadora da recuperação econômica brasileira, em um movimento contracíclico aos efeitos negativos gerados pela pandemia.

Ademais, o MDR tem se adequando às melhores práticas internacionais para que a estruturação dos novos projetos de infraestrutura incorpore critérios ambientais, sociais e de governança (ASG). As parcerias com entidades nacionais e internacionais

pretendem contribuir para a elaboração de projetos sustentáveis, de modo que tenham condições de serem financiados por meio de Títulos Verdes.

Recentemente, o Governo Federal criou um fundo com o objetivo de viabilizar a estruturação e o desenvolvimento de projetos de concessão e parcerias público-privadas (PPPs) da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios do País.

O objetivo é expandir as fontes de financiamento da infraestrutura, permitindo que mais projetos possam ser beneficiados. Para tanto, o MDR desenvolveu o documento [“Carteira de Projetos de Desenvolvimento Regional para o Setor Privado 2021-2022”](#), de atualização semestral, em que são apresentados projetos e ações da carteira do MDR com potencial para investimento privado.



Materialidade das informações

Em 2021, para a determinação da materialidade das informações apresentadas no Relato Integrado, o instrumento norteador foi o Planejamento Estratégico Institucional (PEI).

Seguindo essa lógica, os resultados da gestão apresentados no presente relatório demonstram a evolução de indicadores, programas e iniciativas realizadas no âmbito dos eixos e subeixos estratégicos do PEI, que representam as políticas públicas mais relevantes da pasta e as principais linhas de atuação nas perspectivas vinculadas a parcerias e fomento e à governança e à gestão corporativa.

Cumprir destacar que o Planejamento Estratégico do MDR foi elaborado de forma alinhada aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável na Agenda 2030, demonstrando a importância dada pela pasta à agenda internacional de planejamento do desenvolvimento sustentável. A imagem a seguir apresenta a relação dos ODS mais impactados pelos eixos estratégicos de atuação do MDR.





2

RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

Gestão de Riscos e Controles Internos

No planejamento estratégico do Ministério, na perspectiva de Governança e Gestão Corporativa, foi estabelecido como um dos objetivos estratégicos o de consolidar um modelo de governança e gestão estratégica pautado pela integração e inovação, com foco em resultados. Vinculado a esse objetivo, foi definido como um dos indicadores o Índice de Maturidade em Gestão de Riscos.

Para avaliação desse indicador, foi utilizada a metodologia do Tribunal de Contas da União (TCU), de modo que foi desenvolvido um questionário eletrônico para buscar a percepção do gestor sobre a gestão de riscos. A partir das respostas, foi calculado o nível de maturidade da gestão de riscos, que reflete, segundo o TCU, as capacidades existentes na organização em termos de liderança, políticas e estratégias, e preparo das pessoas para a gestão de riscos; bem como o emprego dessas capacidades a processos e parcerias e os resultados obtidos com a gestão de riscos na melhoria do desempenho organizacional. Em 2020, o resultado apontou para o nível básico de maturidade e, em 2021, houve uma evolução para o nível intermediário, de acordo com a escala do Tribunal.

Ao final de 2020, o Comitê Interno de Governança (Cigov) deliberou sobre os processos estratégicos para realização da gestão de riscos em 2021. Foi utilizada uma metodologia específica de priorização de processos, em que são considerados aspectos quantitativos (materialidade, recursos humanos e tecnológicos) e qualitativos (processo estratégico, demandas do TCU e da CGU, se processo é finalístico ou de apoio, se há reclamação ou denúncias).

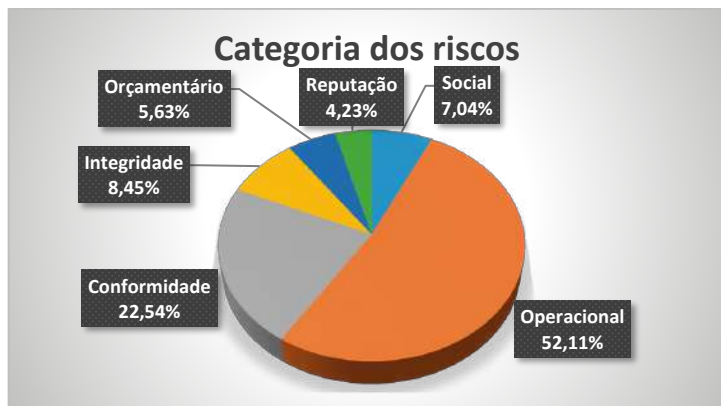
Além desses processos, houve solicitação da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP), para realização da gestão dos riscos do Programa de Gestão, haja vista a implementação de um novo modelo e o cenário da pandemia que levou a um aumento de servidores em teletrabalho. Ademais, houve demanda também da Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano (SMDRU), para atender a uma recomendação específica da Controladoria Geral da União (CGU) no sentido de realizar a gestão dos riscos do Programa Avançar.

Dessa forma, foram mapeados os seguintes processos em 2021:

PROCESSO	UNIDADE	TOTAL DE RISCOS TRATADOS
Elaborar Plano Anual de Contratações	Departamento de Administração	8
Programa Avançar Cidades	Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano	11
Programa de Gestão	Departamento de Administração	16
Gerir programas de produção e requalificação subsidiadas	Secretaria Nacional de Habitação	39
Gerir pagamento de tarifas do contrato com a Caixa	Departamento de Administração	15
Elaborar Planos Regionais de Desenvolvimento e Pacto de Metas	Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano	6
TOTAL		95

Como resultado dos mapeamentos, foram identificados 95 riscos, os quais estão distribuídos por nível e por categoria, conforme gráficos abaixo:

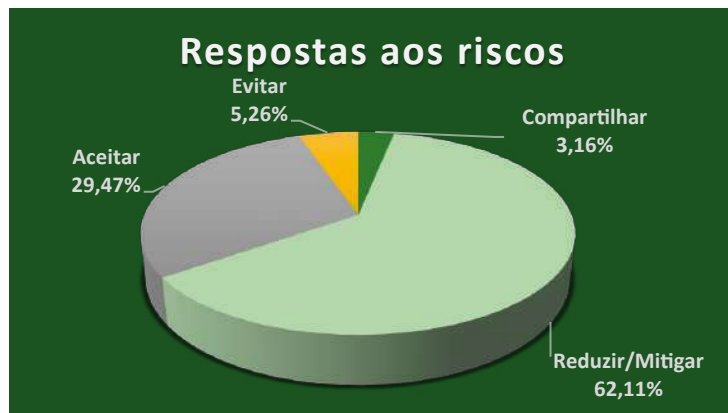




No processo de gerenciamento de riscos também é feita a avaliação quanto ao desenho e à operação dos controles existentes. No tocante aos processos descritos na tabela, foram identificados 110 controles, conforme abaixo:

PROCESSO	UNIDADE	TOTAL DE CONTROLES AVALIADOS
Elaborar Plano Anual de Contratações	Departamento de Administração	8
Programa Avançar Cidades	Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano	13
Programa de Gestão	Departamento de Administração	24
Gerir programas de produção e requalificação subsidiadas	Secretaria Nacional de Habitação	37
Gerir pagamento de tarifas do contrato com a Caixa	Departamento de Administração	28
Elaborar Planos Regionais de Desenvolvimento e Pacto de Metas	Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano	00
TOTAL		110

Como resultado das avaliações tanto dos riscos quanto dos controles, foram definidas as respostas aos riscos, da seguinte forma:

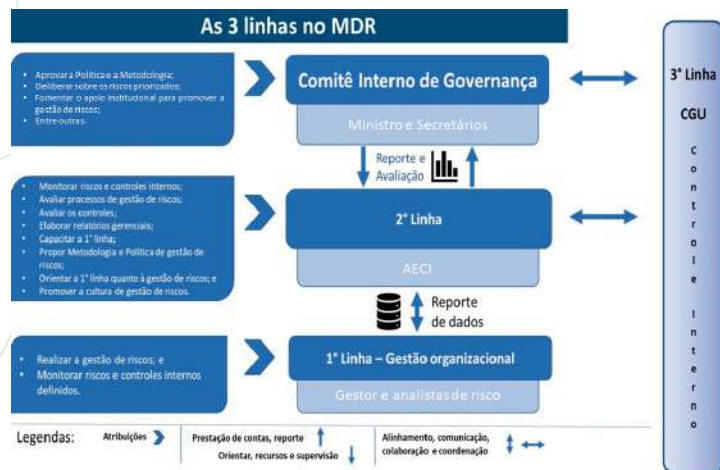


Dessa forma, dentre as ações que visaram a mitigação do risco, cabe destacar algumas de extrema relevância para o Ministério:

- Melhoria das condições de financiamento para mobilidade urbana;
- Criação de indicadores;
- Mapeamento de processo e identificação de melhorias;
- Normatização de ações relevantes;
- Revisão de normativos;
- Manualização;
- Melhorias de sistemas e fluxos;
- Regulamentação do Núcleo de Inteligência Regional da Política Nacional de Desenvolvimento Regional;
- Estruturação do Sistema Nacional de Informações do Desenvolvimento Regional;
- Revisão da tabela de atividades do Programa de Gestão;
- Criação de Política e Programa de Qualidade de Vida;
- Planejamento da força de trabalho do Ministério;
- Implementação do Código de Ética dos agentes públicos do Ministério;
- Definição de Relatórios regulares de resultados quantitativos do programa de produção e requalificação subsidiadas;

- Orientações aos Entes Públicos sobre a importância da participação ativa na execução da política habitacional;
- Estímulo aos proponentes para apresentação de projetos de requalificação de imóveis;
- Aprimoramento da documentação técnica exigida para o programa de produção e requalificação subsidiadas;
- Ampliação da transparência ao processo de contratação de operações para divulgação dos resultados de cada etapa;
- Criação de Sistema para Gerenciamento de Tarifas do contrato de prestação de serviços com a Caixa;
- Ação Continuada de Capacitação para fiscais e gestores do contrato de prestação de serviços com a Caixa.

Cumprir registrar que a Política de Gestão de Riscos definiu as instâncias e os respectivos papéis na implementação da Gestão de Riscos. Com vistas a facilitar o entendimento, segue figura definindo a atuação das linhas, conforme o Modelo de Três Linhas do *The Institute of Internal Auditors*:



Nesse sentido, a Assessoria Especial de Controle Interno (AECI), no cumprimento das atribuições de segunda linha, promoveu diversas ações de capacitação e de divulgação sobre gestão de riscos descritas na figura abaixo:



Seguem alguns exemplos dos informes divulgados sobre o tema:



Integridade

O Programa de Integridade do Ministério do Desenvolvimento Regional foi instituído por meio da Portaria 1927, de 12 de agosto de 2019, que definiu a estrutura de funcionamento do mencionado Programa.

Após votação com a participação de servidores e colaboradores do MDR, foi escolhido Progride como novo nome do Programa de Integridade. O Progride traz a abreviação de PROGRama de Integridade do DEsenvolvimento Regional. Também ressalta a ideia de que o mencionado Programa do MDR, se seguido por todos, vai gerar progresso e desenvolvimento.

Entre as atividades desenvolvidas em 2021, foi realizado o Mapeamento de Subprocessos de Denúncia, quanto ao quesito políticas públicas, em todas as secretarias finalísticas; diversos cursos e palestras tanto para os servidores e colaboradores do MDR, como também para as entidades vinculadas; e campanhas publicitárias sobre temas atinentes à integridade.

Abaixo, segue a relação de alguns cursos e palestras oferecidos, totalizando a participação de mais de 500 pessoas:

- Curso de Transparência by design: privacidade e transparência na gestão da informação no serviço público;
- Curso de Conselheiros;
- Curso de Conflito de Interesse e Nepotismo;
- Palestra sobre Assédio;
- Palestra sobre Nova Lei de Licitações;
- Palestra sobre Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
- Palestra sobre Integridade;
- Palestra sobre Controles Internos;
- Palestra sobre Integridade para as Pessoas;
- Palestra sobre Integridade nos Processos;
- Palestra sobre o Papel das Instâncias Internas de Integridade;
- Palestra sobre Valores Institucionais;
- Palestra sobre Prestação de Contas e Transferência Voluntária.



O Progride conta com a participação da Corregedoria-Geral, da Ouvidoria-Geral, da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, da Comissão de Ética, além de outras unidades,

Portanto, a partir das diversas ações do Programa e da promoção de debates sobre temas tão relevantes, foi possível observar que os servidores e os colaboradores do Ministério estão, cada vez mais, engajados no tema, participando dos eventos e refletindo sobre os assuntos de modo a fortalecer essas instâncias junto à promoção da integridade.

Seguem algumas campanhas que foram realizadas em 2021, no âmbito do programa:

Você sabe a diferença entre Transparência Ativa e Passiva?

MDR Você sabe a diferença entre Trans...

Você sabe qual é a diferença entre:

Assistir ma... Compartilh...

Transparência Ativa e Passiva?

Assistir no YouTube

SÃO CONDUTAS ESPERADAS DO AGENTE PÚBLICO NO EXERCÍCIO DE TRABALHO REMOTO:

TELETRABALHO PROGRAMA DE GESTÃO

Como tem sido sua rotina?

- 1**
Defina um local de trabalho adequado, bem iluminado e ventilado, e com acesso aos recursos tecnológicos necessários ao desempenho de sua atividade profissional.
- 2**
Vista-se para o trabalho, optando por roupas confortáveis e que o possibilitem participar de videoconferências ou atender um chamado de emergência, se necessário.
- 3**
Cumpra os direitos de equilíbrio trabalho-família, como, por exemplo, o descumprimento de atividades domésticas e de cuidado e atenção, além de outras dependentes sob sua responsabilidade.
- 4**
Evite distrações e interrupções desnecessárias.
- 5**
Comunique aos demais membros da casa seu horário de trabalho.
- 6**
Crie, em conjunto com os membros da família, uma rotina para todos.
- 7**
Cuide da ergonomia, dando preferência a móveis e equipamentos que o auxiliem a manter a postura adequada.
- 8**
Estabeleça um horário de trabalho previamente acordado com sua chefia.
- 9**
Estabeleça rotinas de trabalho, prevendo pelo cumprimento das metas e dos prazos pactuados.
- 10**
Nos intervalos das refeições, aproveite para estar à família, ler e descontrair-se. Cuide as demandas dos filhos, companheiro(a), pais, ou familiares que estejam sob seus cuidados, nesse período.

PAPEL DA CORREGEDORIA E A RESPONSABILIZAÇÃO DOS SERVIDORES

No mês de outubro celebramos o dia do **Servidor Público** (28/10), feriado dia 02/11, além de um dia de celebração à república, é dia de refletir a respeito das responsabilidades desta nobre e honrada profissão que escolhemos desempenhar.

Nós servidores públicos assumimos a nobre missão de ajudar na implementação das políticas públicas que vão moldar o futuro do país. Em nossos mãos estão os frutos dos trabalhos de milhões de pessoas que pagam seus impostos e esperam serviços públicos e investimentos em retorno. Por isso mesmo, um servidor que pratique irregularidades nas suas atribuições deve ser responsabilizado civil, penal e administrativamente (Art. 121 da Lei 8.112/90) e sofrer sanções cumulativamente, em cada esfera e independentes entre si (Art. 125 da Lei 8.112/90).

A **responsabilidade penal** ocorre mediante a prática de crimes ou contravenções penais, como por exemplo, a do crime de corrupção passiva ou inserção de dados falsos em sistema de informações.

Já a **responsabilidade civil** decorre de possíveis danos patrimoniais causados à administração, a terceiros ou de casos de improbidade Administrativa previstos na Lei 8.429/92.

A prática de condutas proibidas, o descumprimento de deveres funcionais elencados na Lei 8.112/902 ou o dano ao erário apurado por Tomada de Contas Especial podem ensejar na responsabilização administrativa.

A **responsabilização administrativa** é realizada seguindo rito legal predefinido e é realizada por unidades especializadas sob a coordenação da CGU. No MDR, a unidade responsável pela apuração de infrações disciplinares é a Corregedoria-Geral. Confira nosso próximo informe sobre o que faz e como funciona esse órgão.



Correição

A Corregedoria do Ministério do Desenvolvimento Regional é a unidade responsável pela atividade correccional do Ministério do Desenvolvimento Regional e integra o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal.

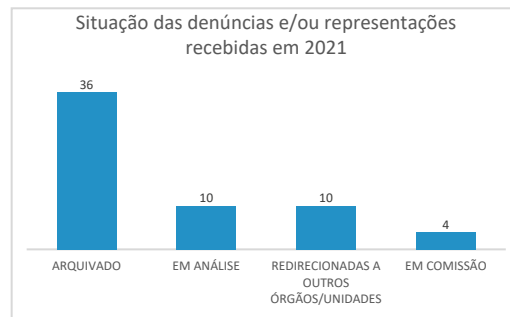
A Corregedoria passou a integrar o Gabinete do Ministro por meio do Decreto 10.773/21 e tem como principais competências a gestão dos feitos disciplinares (investigação preliminar, juízo de admissibilidade, instauração e acompanhamento das comissões de PAD), manifestações técnicas para subsidiar julgamento pelo ministro em penas capitais; ações de promoção da ética e disciplina funcional, orientação dos servidores e gestores sobre a matéria disciplinar; promoção de ações preventivas, entre outras.

Em 2021, a Corregedoria-Geral implementou medidas de transparência ativa e iniciou a divulgação de dados de Juízo de Admissibilidade e Processos Administrativos Disciplinares no Portal de dados abertos do MDR. Além disso, atualizou e ampliou sua página, oferecendo mais informações para a sociedade e para os servidores.

Está em construção banco de jurisprudência administrativa da Corregedoria do MDR, com fins de sedimentar o conhecimento correccional produzido e promover a uniformização de entendimentos em assuntos correlatos.

Denúncias Recebidas

Conforme dados extraídos em 04 de janeiro de 2022, a Corregedoria recebeu 60 novas denúncias e/ou representações no ano de 2021, sendo analisadas de forma preliminar e por meio de juízo de admissibilidade, das quais 36 foram arquivadas, 10 redirecionadas a outros órgãos e/ou unidades, 4 foram detectados indícios de irregularidades que ensejaram a instauração de 3 Processos Administrativos Disciplinares-PAD e 1 Processo de Responsabilização de Pessoa Jurídica- PAR. Estão em análise em sede de juízo de admissibilidade 10 dessas denúncias. O gráfico a seguir demonstra a situação das denúncias e ou representações recebidas em 2021 na Corregedoria – Geral do MDR.

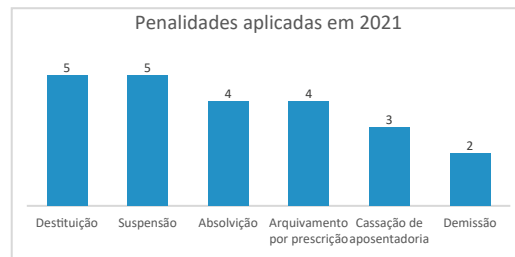


Penalidades Aplicadas

Em 2021, além dos 3 PADs mencionados acima, houve mais 3 instaurações relacionadas às demandas recebidas em anos anteriores, sendo assim, ao todo, no ano de 2021, foram instaurados 6 PADs e 1 PAR, bem como celebrados 2 Termos de Ajustamento de Conduta e realizados 2 Relatórios de Ação Correccional, instrumento criado pela Corregedoria-Geral para fazer recomendações às áreas com base em casos concretos analisados.

Dos processos administrativos encerrados e julgados no ano de 2021, em 13, houve aplicação de penalidades. As penalidades aplicadas foram: 5 destituições de cargo em Comissão; 3 cassações de aposentadoria; 2 suspensões e 2 demissões. Houve também 4 absolvições e 3 arquivamentos por prescrição.

Houve, ainda, Procedimentos Administrativos Disciplinares instaurados no MDR e encaminhados para julgamento em outros órgãos, sendo aplicadas 3 suspensões e 1 arquivamento por prescrição, conforme gráfico a seguir.





3

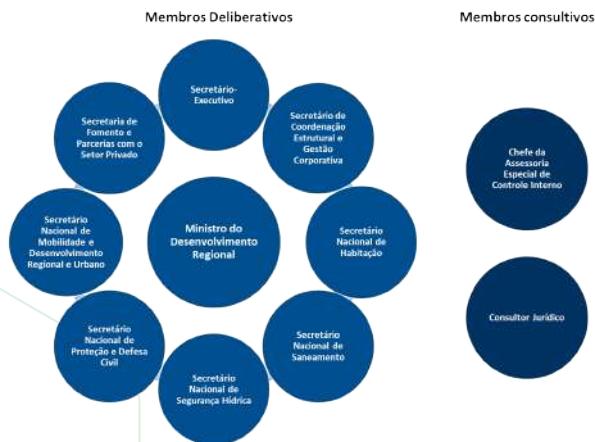
GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Governança

A estrutura de governança do Ministério é fundamental para o direcionamento das áreas no processo de tomada de decisão para alcance dos objetivos estratégicos, geração de valor público à população brasileira e cumprimento da missão institucional de promover o desenvolvimento sustentável das regiões e das cidades.

O Comitê Interno de Governança, instituído desde 2019, é coordenado pelo Ministro do Desenvolvimento Regional com a participação do Secretário-Executivo e dos Secretários da Pasta. Além desses membros deliberativos, há a participação, em caráter consultivo, do Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno e do Consultor Jurídico.

Estrutura do Comitê Interno de Governança do MDR - Cigov



Conforme disposto na [Portaria GM/MDR nº 397, de 5 de março de 2021](#), o Cigov possui competências intimamente relacionadas ao processo de governança do Ministério e do direcionamento do planejamento e da gestão estratégica, com destaque para as seguintes:

- Incentivar e promover iniciativas que busquem implementar o acompanhamento de resultados no Ministério do Desenvolvimento Regional, que promovam soluções para melhoria do desempenho institucional ou que adotem instrumentos para o aprimoramento do processo decisório;
- Estabelecer objetivos, indicadores, iniciativas e metas em conformidade com as diretrizes de governança da Administração Pública Federal;
- Aprovar, monitorar e avaliar o planejamento estratégico;
- Promover a priorização e monitorar o desempenho de projetos corporativosestratégicos;
- Estabelecer diretrizes de monitoramento, avaliação e aprimoramento dos programas, das políticas públicas e da carteira de investimentos de responsabilidades do Ministério do Desenvolvimento Regional; e
- Promover o aprimoramento contínuo da governança, da gestão de riscos, dos controles internos e do programa de integridade, inclusive no que se refere à adequação das estruturas institucionais necessárias e à integração dos agentes responsáveis.

Apoio da estrutura de governança à capacidade de gerar valor

A Alta Administração, com o apoio da Secretaria de Coordenação Estrutural e Gestão Corporativa e da Diretoria de Gestão Estratégica e Coordenação Estrutural, buscou qualificar a governança e a gestão por meio do aprimoramento dos processos internos e da melhoria dos resultados de suas políticas, guardando conformidade com os apontamentos de órgãos de controle.

Nesse ínterim, podem ser exemplificados o monitoramento do **iGG/TCU (Índice Integrado de Governança e Gestão Pública)** e seus planos de trabalho, assim como o monitoramento do **Plano de Gestão Estratégica e Transformação Institucional - PGT do Programa TransformaGov** no qual pode ser destacada a redução de despesas com imóveis, a implantação do Peticionamento Eletrônico, a revisão e consolidação de normas e a migração de instrumentos de transferências do MDR para a Plataforma + Brasil.

Na linha de apoio às unidades e para facilitar o acesso às informações, diversas ferramentas computacionais vêm sendo desenvolvidas para agilizar, automatizar e melhorar o fluxo e o controle de dados e informações, como, por exemplo, o Velocímetro, MDR Entrega, MDR Investe, MDR Contrata, Painéis de Informação e de Obras, Cadastro no CIPI, Tarifas CAIXA, SISHAB, Central de Custos, dentre outras.

Estratégia e Alocação de Recursos

A Estratégia do MDR está consubstanciada no Plano Estratégico Institucional (PEI). Em 2021, foi realizada revisão substantiva desse documento a partir de nova metodologia que possibilitou melhorias significativas, resumidas a seguir:

- Maior engajamento da estrutura de Governança (Cigov) na definição da estratégia da Pasta;
 - Abordagem por políticas públicas e programas;
 - Orientação para a solução de problemas e alcance de desafios fundamentais;
 - Redação de objetivos estratégicos que refletem melhor as prioridades das políticas públicas;
 - Maior aproximação com as entidades vinculadas, com sua participação no processo de revisão/elaboração do novo PEI;
 - Estabelecimento dinâmica de excelência em gestão estratégica que consiste na realização de reuniões mensais de gestão estratégia nas secretarias e reuniões trimestrais de avaliação da estratégia pelo Cigov;
 - Melhoria da vinculação entre o PEI e os principais instrumentos de planejamento governamental de médio e longo prazo, como a Estratégia Federal de Desenvolvimento, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e o Plano Plurianual.
- Integração do Plano Estratégico aos relatórios institucionais de maior relevância, uma vez que a partir das informações de seu monitoramento são construídos a Mensagem Presidencial e o Relatório de Gestão

O processo de revisão do PEI foi realizado por meio de diversas oficinas virtuais com a participação direta de mais de 160 gestores e servidores do MDR e de suas entidades vinculadas, num processo de reflexão crítica e debate participativo acerca dos elementos fundamentais da estratégia do MDR.

Como resultado, foram revistos missão, visão, valores do MDR, identificados os principais eixos e subeixos estratégicos de atuação do MDR e suas sinergias, realizada análise SWOT, construído o mapa estratégico, além de revistos todos os elementos específicos do PEI, como objetivos estratégicos, indicadores estratégicos, metas, programas e iniciativas.

O mapa estratégico e os objetivos estratégicos do novo PEI, foram aprovados por meio da [Resolução Cigov nº 1, de 22 de outubro de 2021](#).

No mês de dezembro foram lançados o **Sumário Executivo**, que apresenta os pontos fundamentais da nova metodologia do PEI, bem como um panorama dos indicadores estratégicos, programas e iniciativas. Além disso, foram lançados os **Cadernos Estratégicos**, que apresentam os problemas, desafios, objetivos estratégicos, indicadores, metas, programas e iniciativas relacionados a cada Eixo Estratégico.

O monitoramento é realizado por meio do Sistema de Gestão do Planejamento Estratégico – Sisplan, ferramenta desenvolvida a partir da plataforma PowerApps pela própria equipe do MDR sem geração de custos para o Ministério.

Os resultados do monitoramento passaram então a ser divulgados por meio do Painel Estratégico, lançado em 2022, com dashboards de desempenho relativos aos indicadores, programas e iniciativas do MDR.

Todos esses documentos e o Painel Estratégico se encontram disponíveis em: [Planejamento Estratégico Institucional — Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](http://www.gov.br/PlanejamentoEstrategicoInstitucional—Português(Brasil))



Por fim, apresenta-se o **Mapa Estratégico do MDR**, documento que tem a finalidade de sintetizar a estratégia da pasta em uma imagem, deixando claras as prioridades de atuação e os resultados que devem ser gerados. O Mapa Estratégico apresenta a missão (razão de existir), a visão (onde se quer chegar, que posição a organização deseja alcançar no futuro) e os valores (princípios de atuação), além dos objetivos estratégicos. No próximo capítulo serão abordados os principais resultados alcançados com foco nos objetivos estratégicos de cada eixo de atuação do MDR.

MAPA ESTRATÉGICO - MDR 2020-2023



MISSÃO

Promover o desenvolvimento sustentável das regiões e das cidades, com ampliação de oportunidades, visando à redução das desigualdades regionais

VISÃO

Ser reconhecido pela excelência na promoção do desenvolvimento sustentável, da melhoria da qualidade de vida e da equidade nas regiões e cidades

VALORES

Comprometimento, Integração, Transparência, Integridade e Excelência

Resultado Integrado

Promover o desenvolvimento sustentável, a emancipação das pessoas e a redução das desigualdades regionais



Políticas Públicas



Ampliar a provisão de moradia digna para famílias de baixa renda, considerando as diversidades socioeconômicas e regionais



Universalizar o acesso da população a serviços adequados de saneamento básico



Tornar os deslocamentos urbanos sustentáveis, priorizando o transporte público coletivo e a segurança viária



Ampliar a segurança hídrica, em bases sustentáveis, especialmente em regiões em situação crítica



Promover a inclusão produtiva e o desenvolvimento sustentável nas regiões prioritárias da PNDR



Melhorar as condições de habitabilidade e a segurança da posse em assentamentos precários



Melhorar a qualidade da prestação dos serviços de saneamento básico



Fomentar transformações urbanísticas estruturais sustentáveis, com foco em acessibilidade, orientadas para o cumprimento da função social da cidade



Realizar o efetivo gerenciamento dos recursos hídricos nacionais e transfronteiriços, de forma planejada e integrada, considerando as diversidades regionais e a promoção da segurança



Promover o planejamento e o uso coordenado do território brasileiro de forma integrada com a PNDR



Ampliar a qualidade e a modernização do setor da construção civil, com adoção de práticas sustentáveis



Reduzir os riscos de desastres, com efetivação da integração de políticas públicas e fortalecimento das capacidades dos atores do Sincdec



Melhorar a capacidade e a tempestividade de resposta e reconstrução pós-desastres



Preservar, conservar as bacias hidrográficas e recuperar aquelas cujos recursos hídricos estejam em situação de vulnerabilidade



Ampliar a área irrigada em bases ambientalmente sustentáveis

Parcerias e Fomento



Otimizar a aplicação e o acesso aos instrumentos de fomento ao desenvolvimento regional



Atrair investimentos privados e internacionais para prestação de serviços e desenvolvimento de infraestrutura regional e urbana



Consolidar um modelo de governança e gestão estratégica pautado pela integração e inovação, com foco em resultados



Melhorar a comunicação e a interação do MDR com os públicos interno e externo, priorizando o uso de ferramentas digitais



Prover e disponibilizar tempestivamente soluções de TIC integradas, seguras e de alto desempenho



Efetivar a plena execução orçamentária das ações finalísticas



Promover a excelência em contratações públicas e gestão de serviços internos



Promover o desenvolvimento de competências e a valorização da força de trabalho, com foco no desempenho institucional e na melhoria do clima organizacional



4

RESULTADO E DESEMPENHO DA GESTÃO

Resultado Integrado

O novo Plano Estratégico do MDR, explicado nos capítulos anteriores, dispôs de perspectiva específica sobre o resultado integrado do MDR, com objetivo estratégico sintetizador da atual estratégia do MDR e com a utilização de indicadores macroeconômicos e sociais mais relevantes relacionados ao desenvolvimento regional e a redução das desigualdades regionais, sem prejuízo dos indicadores setoriais para cada política pública, medidos nos demais objetivos estratégicos.

Nesse sentido foi estabelecido o objetivo de “promover o desenvolvimento sustentável, a emancipação das pessoas e a redução das desigualdades regionais”.

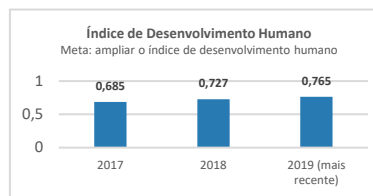
Essa dimensão, se caracteriza pelo alto nível de complexidade e de interdependência com as diversas políticas públicas do governo federal (não só as do MDR). Nesse sentido, os indicadores estratégicos de resultado integrado possuem sua meta estabelecida em termos de diretriz geral de evolução, não se estabelecendo valores numéricos, uma vez que não se pode definir com nível de precisão adequado o impacto da atuação do Ministério nos resultados desses indicadores.

Nesse sentido, os indicadores de resultado integrado não devem ser entendidos como medida de desempenho propriamente dito do Ministério, mas como balizadores da formulação e da execução das políticas públicas, tendo o condão de direcionar o estabelecimento de estratégias para redução das desigualdades e melhoria da qualidade de vida nas cidades. Apresenta-se ao lado resumo da evolução dos indicadores estratégicos de resultado integrado, cujos dados mais recentes datam de 2019 ou de 2020, este último marcado pela pandemia de Covid-19 e que apresentou impactos sociais e econômicos sem precedentes no Brasil e no mundo.

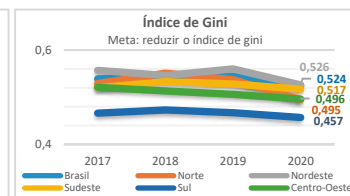
Os resultados verificados reforçam a importância da atuação do MDR, especialmente a partir de investimentos nas regiões Norte e Nordeste, que, em que pesem os avanços nos últimos anos, ainda são as que mais sofrem com a desigualdade e com os baixos indicadores de renda.

Para saber mais sobre os indicadores estratégicos de resultado integrado, acesse nosso [banco de indicadores](#) do planejamento estratégico do MDR.

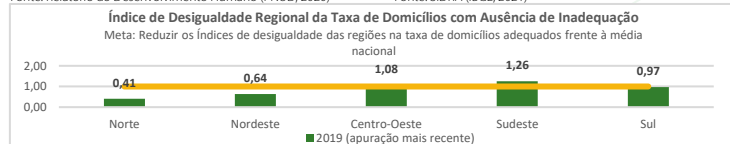
Nos próximos tópicos deste capítulo serão apresentados os avanços dentro de cada política pública do MDR, apresentando indicadores setoriais, bem como os principais resultados dos programas e iniciativas do MDR para a sociedade.



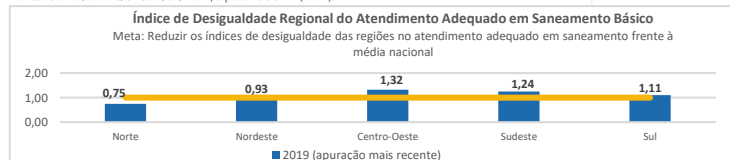
Fonte: Relatório do Desenvolvimento Humano (PNUD, 2020)



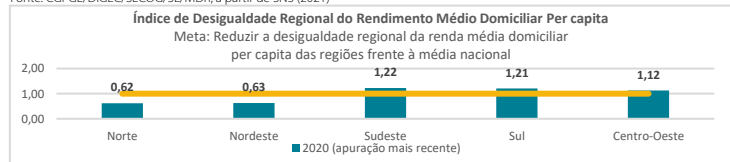
Fonte: SIDRA (IBGE, 2021)



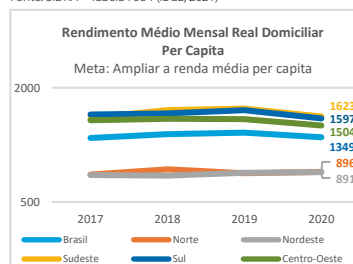
Fonte: CGPGE/DIGEC/SECOG/SE/MDR, a partir de SNH (2021)



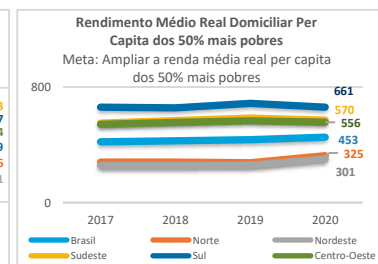
Fonte: CGPGE/DIGEC/SECOG/SE/MDR, a partir de SNS (2021)



Fonte: SIDRA – Tabela 7534 (IBGE, 2021)



Fonte: SIDRA – Tabela 7534 (IBGE, 2021)



Fonte: SIDRA – Tabela 7534 (IBGE, 2021)

Segurança Hídrica

A segurança hídrica, conceito cunhado pela Organização das Nações Unidas (ONU), existe quando há disponibilidade de água em quantidade e qualidade suficientes para o atendimento às necessidades humanas, à prática das atividades econômicas e à conservação dos ecossistemas aquáticos, acompanhada de um nível aceitável de risco relacionado a secas e cheias. No MDR, esta macropolítica está organizada em três subeixos: i) infraestrutura hídrica; ii) gerenciamento de recursos hídricos; e iii) revitalização de bacias hidrográficas.

O primeiro representa os esforços de implantação de infraestruturas hídricas no País a fim de reverter situações de insegurança hídrica.

O segundo corresponde às atividades voltadas ao gerenciamento dos recursos hídricos nacionais e transfronteiriços, de forma planejada e integrada, considerando as diversidades regionais e a promoção da segurança à atual e às futuras gerações.

O terceiro, por sua vez, representa a atuação do Ministério no que se refere à preservação e à conservação das bacias hidrográficas, além da recuperação daquelas cujos recursos hídricos se encontrem em situação de vulnerabilidade.

A seguir, são apresentados os principais resultados e perspectivas para cada uma dessas áreas.

SUBEIXO ESTRATÉGICO: INFRAESTRUTURA HÍDRICA

OBJETIVO ESTRATÉGICO	AMPLIAR A SEGURANÇA HÍDRICA, EM BASES SUSTENTÁVEIS, ESPECIALMENTE EM REGIÕES EM SITUAÇÃO CRÍTICA			
INDICADORES ESTRATÉGICOS	META 2020-2023	META 2021	VALOR APURADO	
Quantidade de municípios com Índice de Segurança Hídrica - ISH, na dimensão humana, mínimo ou baixo beneficiados com a ampliação da oferta hídrica	Ampliar a oferta hídrica em 132 dos 717 municípios com Índice de Segurança Hídrica, na dimensão humana, mínimo ou baixo	58	35	
Incremento da oferta hídrica em áreas com Índice de Segurança Hídrica, na dimensão humana, mínimo ou baixo	Incrementar 132,53 m³/s de oferta hídrica em áreas com Índice de Segurança Hídrica, na dimensão humana, mínimo ou baixo.	87	87	

RESUMO DE RESULTADOS - PROGRAMAS E INICIATIVAS

PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO SÃO FRANCISCO – PISF



INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2020	META 2021	APURAÇÃO
Implementação do Eixo Norte	% de Execução	93,90%	97,25%	99,51%
Implementação do Eixo Leste	% de Execução	97,13%	97,13%	97,13%
Recuperação de reservatórios estratégicos do PISF	Qtd de reservatórios recuperados	2	2	0
Ramal do Agreste Pernambucano	% de Execução	81,46%	100%	99,56%
Ramal do Apodi	% de Execução	-	11%	0%
Ramal do Salgado	% de Execução	-	5%	0%
Efetivação do sistema de gestão do PISF	% de Execução	0%	60%	60,25%
Programa de Implantação de Infraestrutura de Abastecimento de Águas ao Longo dos Canais - PBA 15 - PISF	Nº de sistemas implantados	13	11	8

PROGRAMA PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL SOBRE INFRAESTRUTURAS HÍDRICAS



INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2020	META 2021	APURAÇÃO
Elaboração do marco legal e normativo do serviço público prestado pelas infraestruturas hídricas	% de Execução	0	100%	100%
Elaboração de estudo de avaliação estratégica integrada e planejamento de intervenções hídricas para o desenvolvimento sustentável	% de Execução	0%	0%	0%

PROGRAMA OBRAS HÍDRICAS ESTRUTURANTES



INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2020	META 2021	APURAÇÃO
Implantação da Barragem da Arvorezinha	% de Execução	14,4%	14,4%	14,4%
Implantação da Barragem Jaguari	% de Execução	61,34%	76,05%	71,33%
Implantação do Canal do Sertão Alagoano (Trecho IV)	% de Execução	99%	100%	100%
Implantação do Cinturão das Águas do Ceará - CAC - Trecho 1	% de Execução	66%	75,5%	71,38%
Implantação do Sistema Adutor do Agreste - Fase 1	% de Execução	69%	74%	70,93%
Implantação das Vertentes Litorâneas Trechos 1 e 2 e derivações de Gurinhém e Araçagi	% de Execução	69,10%	74%	85,96%

PROGRAMA ÁGUA DOCE



INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2020	META 2021	APURAÇÃO
Implantação de sistemas de dessalinização de águas salobras e salinas	Nº de sistemas implantados	81	33	21

Principais Avanços e Perspectivas

Em 2021, 35 municípios em situação crítica de segurança hídrica (ISH, na dimensão humana, mínimo ou baixo) foram beneficiados com ampliação de oferta de água por meio da implantação de infraestruturas hídricas pelo MDR. O indicador de incremento da oferta hídrica em áreas prioritárias foi atingido com a execução do Eixo Norte (25m³/s), Cinturão das Águas (30m³/s) e o Trecho IV do Canal do Sertão Alagoano (32m³/s) com detalhes ao longo do texto.

Em relação ao Projeto de Integração do São Francisco - PISF, em 2021, foram executados 99,51% das obras de implantação da infraestrutura hídrica no Eixo Norte e a água bombeada percorreu o trecho do reservatório Atalho ao reservatório Boa Vista,

e de lá, por leito natural, para o reservatório estratégico Eng. Avidos. Isso representa a operacionalização e o fluxo de água em toda a extensão de canais do Eixo Norte, que propiciou a liberação 569,799 milhões de m³ de água no trecho. No que se refere ao Eixo Leste, a liberação de água aos beneficiários totalizou 80,479 milhões de m³, em 2021.

Quanto aos ramais associados ao PISF, o maior destaque é a entrega do Ramal do Agreste, que já se encontra 100% operacional e permite o enchimento do reservatório Ipojuca, em Pernambuco. Em 2021, foi publicado o edital de licitação das obras do Ramal do Salgado (CE) e concluído o processo licitatório que permitiu a contratação de empresa para a execução das obras civis do Ramal do Apodi (PB e RN).

Também em 2021, foram concluídas as obras de 8 sistemas de abastecimento de água de comunidades localizadas ao longo dos canais do PISF: 3 no estado da Paraíba e 5 em Pernambuco.

Outro avanço diz respeito à iniciativa de elaboração do marco legal e normativo do serviço público prestado pelas infraestruturas hídricas, que foi concluída em 2021, resultando na apresentação do Projeto de Lei nº 4.546/2021 ao Congresso Nacional, que pretende instituir a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica e dispor sobre a organização da prestação e de exploração dos serviços hídricos que são prestados por meio das infraestruturas hídricas.

Quanto às Obras Hídricas Estruturantes executadas com apoio do MDR, destacam-se:

- Canal do Sertão Alagoano - Trecho IV: concluído;
- Barragem Jaguari (RS): retomada da obra, que agora se encontra em ritmo adequado;
- Cinturão das Águas do Ceará - Trecho 1: os trechos prioritários dos Lotes 1, 2 e 5 se encontram em funcionamento;
- Sistema Adutor do Agreste Pernambucano: em relação ao 1º Lote, o Sistema opera parcialmente. Quanto ao Lote 2, foi realizada nova licitação e a execução foi retomada no ano de 2021;
- Implantação das Vertentes Litorâneas Paraibanas (Trechos I e II e derivações de Gurinhém e Araçagi): foi verificada melhora no ritmo de execução das obras em relação aos exercícios anteriores e início de testes nos sifões Surrão e Ingá.

Por fim, cumpre ressaltar os resultados do Programa Água Doce, que promove o acesso à água de qualidade para o consumo humano por meio do aproveitamento sustentável de águas subterrâneas, incorporando cuidados técnicos, ambientais e sociais na implantação e gestão de sistemas de dessalinização, prioritariamente no semiárido brasileiro. Em 2021, 21 sistemas de dessalinização entraram em operação, sendo: 7 sistemas em Alagoas, 7 sistemas na Bahia, 3 sistemas no Rio Grande do Norte, 1 sistema em Pernambuco e 3 sistemas no Piauí.

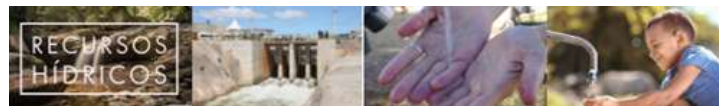
SUBEIXO ESTRATÉGICO: GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS

OBJETIVO ESTRATÉGICO	REALIZAR O EFETIVO GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS NACIONAIS E TRANSFRONTEIRIÇOS, DE FORMA PLANEJADA E INTEGRADA, CONSIDERANDO AS DIVERSIDADES REGIONAIS E A PROMOÇÃO DA SEGURANÇA			
INDICADORES ESTRATÉGICOS	META 2020-2023	META 2021	VALOR APURADO	
Total de Unidades da Federação com planos estaduais de recursos hídricos vigentes	Aumentar o número de planos estaduais e distritais de recursos hídricos vigentes para 24 até 2023	22	19	
Número de bacias hidrográficas federais com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos implementada	Efetivar a implementação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas 10 bacias hidrográficas federais com comitês instituídos	6	6	
% de recursos da CFURH aplicado nas prioridades definidas no Plano Nacional de Recursos Hídricos-PNRH	Alcançar alocação de 70% dos recursos da CFURH nas prioridades definidas no PNRH até 2023.	50%	*	

* puração d meta será iniciada a partir do exercício de 2022, com a aprovação do PNRH 2022-2040, que deverá orientar a aplicação dos recursos da CFURH.

RESUMO DE RESULTADOS – PROGRAMAS E INICIATIVAS

PROGRAMA PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS



INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2020	META 2021	APURAÇÃO
Elaboração do Plano Nacional dos Recursos Hídricos 2022-2040	% de Execução	0	75%	25%
Elaboração do Painel de Segurança Hídrica	% de Execução	0	75%	75%
Revisão e atualização dos planos estaduais de recursos hídricos	PERH elaborado, atualizado ou revisado	2	0	0
Revisão da normatização das modalidades de reuso direto não potável da água	% de Execução	0	60%	52%
Revisão da normatização sobre a cobrança pelo uso de recursos hídricos no Brasil.	% de Execução	0	40%	40%

PROGRAMA PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA DE BARRAGENS



INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2020	META 2021	APURAÇÃO
Mapeamento das necessidades de regulamentação da Política Nacional de Segurança de Barragens	% de Execução	0	75%	75%

Principais Avanços e Perspectivas

Os Planos de Recursos Hídricos têm um papel central e estratégico para garantir água em quantidade e qualidade para os usos múltiplos, além de promover a segurança hídrica e a sustentabilidade ambiental. Nesse sentido, o MDR apoia os estados na elaboração ou revisão desses planos. Atualmente, 25 estados e o Distrito Federal contam com Planos Estaduais de Recursos Hídricos elaborados, estando 19 deles vigentes. Como perspectiva, é importante destacar que o Rio Grande do Sul está em processo de revisão de seu Plano Estadual e que o MDR está apoiando a elaboração do plano do Amapá, de forma que se espera ampliação do número de planos vigentes nos próximos anos.

Quanto ao Plano Nacional de Recursos Hídricos, foi iniciada, em 2021, a realização de oficinas regionais, setoriais e oficinas nacionais de estabelecimento de visão de futuro, cenários prospectivos e de consolidação de programas e ações. Para 2022, espera-se a realização de oficinas de pactuação, a conclusão do conteúdo do PNRH e encaminhamento para apreciação e aprovação do CNRH ainda no primeiro semestre.

Também está sendo desenvolvido pelo MDR o Painel de Segurança Hídrica, com a finalidade de sistematização e divulgação de dados e como ferramenta de transparência sobre a situação da segurança hídrica. No ano de 2021, foram coletados, tratados e incorporados ao Painel de Segurança Hídrica dados Geospaciais do SNIRH, do SNIS, do S2iD, da Operação Carro-Pipa e dados relativos ao PISF. Foram criados 32 quadros de análise de dados, sendo 28 deles na escala nacional, integrando as bases de dados em prol da melhoria dos processos de monitoramento, avaliação e planejamento das políticas públicas.

Outro ponto relevante desenvolvido em 2021 foi o início dos trabalhos de revisão das modalidades de reuso direto e não potável da água e a revisão da normatização sobre a cobrança pelo uso de recursos hídricos. Quanto ao primeiro, já está em curso a revisão da Resolução CNRH nº 54/2005, que deve ser finalizada em 2022. Quanto ao segundo, o PL nº 4.546/2021, já mencionado neste relatório, apresentou proposta de dispositivos que promovem a implementação do instrumento da cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

Por fim, no que tange à Política Nacional de Segurança de Barragens, em 2021 foi realizado mapeamento das necessidades de regulamentação da Lei nº 12.334/2010, considerando a sua atualização por meio da Lei nº 14.066, em setembro de 2020. Para 2022, tem-se a perspectiva de apreciação pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos de uma resolução para o estabelecimento de diretrizes para a fiscalização de barragens de usos múltiplos.

SUBEIXO ESTRATÉGICO: REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PRESERVAR, CONSERVAR AS BACIAS HIDROGRÁFICAS E RECUPERAR AQUELAS CUJOS RECURSOS HÍDRICOS ESTEJAM EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE		
	INDICADORES ESTRATÉGICOS	META 2020-2023	META 2021 VALOR APURADO
	Intervenções realizadas para revitalização de bacias hidrográficas	Realizar 80 intervenções para promover a revitalização de bacias hidrográficas até 2023	10 23

RESUMO DE RESULTADOS - PROGRAMAS E INICIATIVAS

PROGRAMA ÁGUAS BRASILEIRAS



INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2020	META 2021	APURAÇÃO
Implementação de projetos de revitalização de recursos hídricos por meio de parcerias com o setor privado	Nº de projetos patrocinados	-	10	11

PROGRAMA NACIONAL DE REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS



INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2020	META 2021	APURAÇÃO
Instituição do novo Programa Nacional de Revitalização de Bacias Hidrográficas	% de execução	-	100%	15%
Estabelecimento de diretrizes e prioridades nacionais para a revitalização de bacias hidrográficas	% de execução	30%	60%	40%

Principais Avanços e Perspectivas

No que se refere às intervenções realizadas para revitalização de bacias hidrográficas, foi superada a meta prevista, com a realização de 23 intervenções. Como intervenções são consideradas a assinatura de convênios, termos de execução descentralizada e termos de fomento para realização de estudos, projetos e diagnósticos ambientais, ações de recuperação e preservação ambiental, além dos projetos patrocinados no âmbito do Programa Águas Brasileiras.

Cumprir destacar que no âmbito deste programa, foram obtidos patrocínios para 11 Projetos de Revitalização de Bacias Hidrográficas por meio de parcerias com o setor privado. Tem-se como meta para 2022 o patrocínio de mais de 26. Também há 18 projetos inscritos no Selo Aliança pelas Águas Brasileiras.

Por fim, importante frisar que, em 2021, além das atividades em curso para estabelecimento de diretrizes e prioridades nacionais para revitalização de bacias, foi iniciado trabalho para instituição do novo Programa Nacional de Revitalização de Bacias Hidrográficas – PNRBH, que terá como objetivo formular diretrizes e estratégias, assim como viabilizar um conjunto de ações integradas de preservação, conservação e recuperação das bacias hidrográficas para promover o uso sustentável dos recursos naturais, a melhoria das condições socioambientais e o aumento da disponibilidade hídrica, em quantidade e qualidade, para os mais diversos usos. Está prevista para 2022 a apresentação e publicação do decreto de instituição do referido programa.

Habitação

A universalização do acesso à moradia, direito social assegurado pela Constituição Federal, é o princípio norteador da política habitacional brasileira. No Governo Federal, o Programa Casa Verde e Amarela está organizado de acordo com linhas de atendimento que considerem as necessidades habitacionais expressas pelo déficit e inadequação habitacional (Decreto nº 10.600/2021), que podem ser agrupadas nos seguintes subeixos: i) provisão habitacional; ii) urbanização de assentamentos precários; e iii) qualidade e modernização produtiva da construção civil.

O primeiro trata das linhas de atendimento que buscam promover o acesso à moradia por meio do fomento à produção e aquisição de moradias, bem como da concessão de auxílio para locação social, esse último ainda em fase de formulação de projetos piloto.

O segundo diz respeito às linhas de atendimento que buscam promover a melhoria das condições de moradia por meio de ações de urbanização de assentamentos precários, melhoria habitacional regularização fundiária. Já o terceiro consiste das ações de indução à melhoria da qualidade e produtividade e modernização da cadeia produtiva da construção civil para habitação social. Apresentam-se a seguir os principais resultados relacionados a cada uma dessas frentes de atuação.

SUBEIXO ESTRATÉGICO: PROVISÃO HABITACIONAL

OBJETIVO ESTRATÉGICO	AMPLIAR A PROVISÃO DE MORADIA DIGNA PARA FAMÍLIA DE BAIXA RENDA, CONSIDERANDO AS DIVERSIDADES SOCIOECONÔMICAS E REGIONAIS.		
INDICADORES ESTRATÉGICOS*	META 2020-2023	META 2021	VALOR APURADO
Taxa de atendimento à necessidade de produção habitacional (TAPH)	Atender, ao menos, a 31,07% da necessidade de produção habitacional até 2023.	28,68%	29,3%

RESUMO DE RESULTADOS - PROGRAMAS E INICIATIVAS PROGRAMA CASA VERDE E AMARELA - PROVISÃO



INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2020	META 2021	APURAÇÃO
Aquisição subsidiada de unidades habitacionais	Quantidade de famílias beneficiadas com a entrega de unidades habitacionais subsidiadas	63.027	29.748	37.385
Aquisição financiada de unidades habitacionais	Quantidade de famílias beneficiadas com aquisição de unidades habitacionais financiadas	365.039	498.704	354.056
Produção Habitacional por agentes públicos	Famílias beneficiadas com unidades habitacionais de interesse social concluídas	2.747	7.419	7.069
Apoio a iniciativas locais de aluguel social	% de execução da iniciativa	-	60%	45,4%

Principais Avanços e Perspectivas

No ano de 2021, verificou-se superação da meta prevista para a taxa de atendimento à necessidade de produção habitacional, alcançando-se o valor de 29,3%, o que demonstra que o programa Casa Verde e Amarela (PCVA) teve impacto significativo na oferta de moradia digna aos brasileiros, pois mesmo em um contexto de restrição fiscal, a aquisição de unidades habitacionais financiadas com recursos do FGTS manteve seu patamar de contratação próximo ao de anos anteriores.

A princípio, deve-se destacar o alcance de 125,6% da meta prevista para a aquisição subsidiada de unidades habitacionais em 2021, o que reflete o compromisso e os esforços em curso para garantir a continuidade das obras em andamento e a retomada das obras paralisadas.

No que se refere à aquisição financiada de unidades habitacionais, em 2021 foram verificados entraves que dificultaram o alcance da meta prevista decorrentes dos efeitos da pandemia de COVID-19 na economia, como o aumento de custos de produção e a dificuldade de acesso ao crédito, sobretudo por parte de famílias de mais baixa renda.

Não obstante, foram adotadas medidas visando facilitar o acesso das famílias de baixa renda ao financiamento habitacional com recursos FGTS e a manter a atratividade para o Mercado da construção civil, de forma a garantir a continuidade das contratações. Destaca-se a ampliação do teto dos imóveis para enquadramento na habitação

popular (Resolução CCFGTS nº 1.008, de 13 de setembro de 2021), a redução das taxas de juros de famílias com renda entre R\$ 4 mil e R\$ 7 mil, em 0,5 ponto percentual, passando de 8,16% para 7,66% ao ano, até o fim do ano de 2022 (Resolução CCFGTS nº 1.009, de 13 de setembro de 2021), a ampliação dos subsídios concedidos às famílias de menor renda, notadamente aquelas com renda mensal bruta de até R\$ 2 mil e a expansão das menores taxas de juros da história do FGTS para essas mesmas famílias (Resolução CCFGTS nº 1.008, de 13 de setembro de 2021).

Além disso, foi criada a iniciativa "Parcerias", por meio da qual estados e municípios poderão, na forma de contrapartida, custear a entrada do financiamento em nome da família, reduzindo assim o valor a ser financiado.

Nesse sentido, projetando, como efeito das medidas aprovadas em 2021, uma ampliação nas contratações para os anos seguintes, foi aprovada, ainda, a expansão dos orçamentos oneroso e não oneroso do FGTS para os programas de habitação popular a partir de 2022.

Em 2021, foram retomadas 9 operações de produção habitacional por agentes públicos, e outras 13 foram concluídas. Em 2022, há perspectiva de abertura da recepção de propostas na modalidade produção de conjuntos habitacionais do programa Pró-Moradia, operado com recursos do FGTS.

Assim, no âmbito do PCVA, somente no ano de 2021, foram beneficiadas mais de 398,5 mil famílias com o financiamento via FGTS e a entrega de unidades habitacionais subsidiadas com recursos federais. Para 2022, pretende-se beneficiar aproximadamente 552 mil famílias nessas três modalidades do Programa.

O PCVA inovou, ainda, ao prever a locação social como linha de atendimento habitacional. No ano de 2021 foram articulados estudos para a implantação de projetos-piloto de iniciativas de locação social por estados e municípios, como o firmado entre o MDR, a Prefeitura de Recife/PE, o Ministério da Economia e a Caixa Econômica Federal, com recursos do Fundo de Apoio à Estruturação de Projetos de Concessão e Parceria Público-privada – FEP, para estruturação da primeira PPP habitacional voltada à locação social com apoio federal. Em 2022, será avaliada a viabilidade de estruturação de ações para apoio a outras iniciativas locais de aluguel social.

Por fim, merece destaque o esforço de retomada das obras inconclusas da modalidade Oferta Pública para municípios com até 50 mil habitantes. A Lei nº 14.118, de 2021 concedeu novo prazo para retomada, conclusão e entrega das obras inconclusas, permitindo que, já no exercício de 2021, 4.326 unidades fossem entregues aos seus beneficiários finais.

SUBEIXO ESTRATÉGICO: URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

OBJETIVO ESTRATÉGICO	MELHORAR AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE E A SEGURANÇA DA POSSE EM ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS		
INDICADOR ESTRATÉGICO	META 2020-2023	META 2021	VALOR APURADO MAIS RECENTE (2019)
Taxa de domicílios com ausência de inadequação	Manter a taxa de domicílios com ausência de inadequação em patamar igual ou superior ao valor de 60,16.	60,16%	60,16%

RESUMO DE RESULTADOS - PROGRAMAS E INICIATIVAS

PROGRAMA CASA VERDE E AMARELA - URBANIZAÇÃO



INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2020	META 2021	APURAÇÃO
Urbanização de Assentamentos Precários	Famílias beneficiadas por intervenções de urbanização de assentamentos precários concluídas	36.276	16.424	43.936
Regularização Fundiária FDS	Famílias beneficiadas por intervenções de regularização fundiária concluídas	-	15.000	0
Regularização Fundiária por Agentes Públicos	Operações de regularização fundiária concluídas	3	3	9
Melhoria Habitacional	Famílias beneficiadas por contratação de intervenções de melhoria habitacional	-	3.000	0

Principais Avanços e Perspectivas

Os dados mais recentes acerca da taxa de domicílios com ausência de inadequação datam de 2019 e a apuração, àquela época, de 60,16% sobre o total de domicílios particulares permanentes, demonstra o desafio existente para a redução da inadequação habitacional no Brasil. Para fins de obtenção de dados mais atualizados, foi firmado, em dezembro de 2021, convênio com a Fundação João Pinheiro (FJP) para cálculo do Déficit Habitacional de Inadequação de Domicílios para os anos de 2020 e 2021.

A urbanização de Assentamentos Precários (UAP) prevê obras integradas e integrais de

melhoria habitacional, produção de novas unidades nos casos de necessidade de reassentamento ou realocação, saneamento, infraestrutura urbana, recuperação ambiental, proteção, contenção e estabilização do solo, construção de equipamentos públicos e regularização fundiária, além de trabalho social com as famílias da área de intervenção.

Em 2021, seus principais avanços foram a retomada de 58 operações e a conclusão de outras 26 operações, beneficiando, assim, quase 44 mil famílias com intervenções de UAP. No âmbito do programa Pró-Moradia, operado com recursos do FGTS, foram contratadas 2 operações de crédito a entes públicos e selecionadas 12 novas propostas.

Ainda no escopo das linhas de atendimento para melhoria das condições de moradia, o Programa de Regularização Fundiária e Melhoria Habitacional, instituído pelo PCVA, visa superar as inadequações habitacionais mais graves e assegurar segurança jurídica na posse, por meio da concessão de financiamento, em condições altamente subsidiadas, para a execução de obras e serviços de regularização fundiária de núcleos urbanos informais e melhoria habitacional. Em 2021, além dos esforços de concepção e regulamentação do novo programa, foi realizada uma série de tratativas para a disponibilização de cotas do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) para financiar o Programa. Vencidas todas essas etapas, foi lançado o primeiro processo para seleção e contratação de propostas, com a edição da Portaria MDR nº 3.261, de 20 de dezembro de 2021.

Com vistas a avançar na implementação da política de regularização fundiária, a SNH MDR em parceria com a Universidade Federal Rural da Região do Semiárido (UFERSA), ofertou gratuitamente aos gestores públicos e demais profissionais, curso EaD para capacitação em regularização fundiária. Até o final de 2021, mais de 2.000 participantes obtiveram certificado de conclusão do curso. Outro destaque foi a conclusão de 9 operações de regularização fundiária. Nessas operações estão incluídos contratos de repasse e Termos de Execução Descentralizada.

Também cabe destacar, a conclusão da pesquisa para identificação de Núcleos Urbanos Informais (NUI), realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), por meio de termo de execução descentralizada iniciado em 2019. Os resultados da pesquisa trazem contribuições valiosas na compreensão dos tipos de irregularidade e como identificá-los, tendo mapeado mais de 5 mil núcleos urbanos informais em diferentes regiões do país.

SUBEIXO ESTRATÉGICO: QUALIDADE E MODERNIZAÇÃO PRODUTIVA DA CONSTRUÇÃO CIVIL

OBJETIVO ESTRATÉGICO	AMPLIAR A QUALIDADE E A MODERNIZAÇÃO DO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL, ADOÇÃO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS		
INDICADOR ESTRATÉGICO	META 2020-2023	META 2021	VALOR APURADO
Indicador de conformidade dos materiais, componentes e sistemas construtivos	Alcançar o valor de 90% para o indicador médio de conformidade dos PSQ até 2023	84%	78,4%

RESUMO DE RESULTADOS - PROGRAMAS E INICIATIVAS

PROGRAMA BRASILEIRO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT



INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2020	META 2021	APURAÇÃO
Lançamento do novo portal do PNQP-h	% de execução da iniciativa	60%	100%	100%
Adequação do PBQP-h à economia verde	% de execução da iniciativa	-	30%	70%
Estudos sobre o histórico e avaliação dos impactos do PBQP-h	% de execução da iniciativa	10%	60%	60%

Principais Avanços e Perspectivas

O principal indicador de acompanhamento do setor da construção civil é o indicador de conformidade de materiais, componentes e sistemas construtivos, por meio dos Programas Setoriais de Qualidade – PSQ. Em 2021, foi alcançado o índice de 78,4%, com o desafio de alcançar 90% de índice de conformidade, até 2023.

Os PSQ objetivam assegurar a implantação de mecanismos específicos de combate à não conformidade na fabricação e nas revendas dos produtos, com base no monitoramento trimestral da qualidade dos produtos-alvo, definidos por cada Programa Setorial. Não foram observadas alterações significativas na evolução da linha histórica dos indicadores de conformidade, porém não foi atingida a meta do índice de conformidade estimada em 84%. Historicamente, verifica-se uma grande disparidade entre a conformidade dos diferentes produtos-alvo integrantes dos PSQ. Em 2021, cerca de 1/3 (8 PSQ) ficaram abaixo da meta, em especial 5 PSQ com indicador de conformidade abaixo de 60%, contribuindo para que o desempenho apurado ficasse ligeiramente abaixo da meta proposta.

Dentre os principais avanços do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do

Habitat (PBQP-H) no ano de 2021, destaca-se o lançamento do seu [novo Portal](#), mais interativo e que facilita a navegação e a busca por informações. Parte da nova identidade visual e estratégia de comunicação, que buscam comunicar melhor os valores do Programa, se alinhando com sua evolução em direção a um olhar não só para a qualidade, produtividade e segurança, como também para a sustentabilidade do setor da construção civil.

Também foi iniciado, em 2021, o processo de adequação do PBQP-h à economia verde, tendo sido desenvolvido estudo, com o apoio da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH - GIZ, no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica EEDUS - Eficiência Energética para o Desenvolvimento Urbano Sustentável, em que foram apresentadas propostas de melhorias relacionadas à sustentabilidade e à eficiência energética nos três sistemas do Programa - SIAC, SiMaC e SINAT. Em 2022, as propostas deverão ser traduzidas em normativos, para implementação da estratégia de adequação à economia verde.

Por fim, cumpre destacar a publicação do estudo [“Histórico e levantamento de publicações sobre o PBQP-h”](#), que apresenta as ações e estratégias adotadas ao longo do tempo que contribuíram para que o PBQP-h atingisse o estágio atual de credibilidade junto à cadeia produtiva do setor da construção civil brasileira, ao meio acadêmico e órgãos públicos em todas as esferas governamentais. Em continuidade a esse trabalho, para 2022 está prevista a realização de avaliação dos impactos do programa.

Ações Transversais de Desenvolvimento Institucional da Política de Habitação

O ano de 2021 representou a retomada do planejamento de médio e longo prazo da política habitacional, com o início do processo de revisão do Plano Nacional de Habitação – PlanHab 2040. Foram firmados dois Termos de Execução Descentralizada para realização de estudos técnicos, projeção de cenários e metas, construção de diagnóstico, avaliação ex-ante e expost, que irão subsidiar o novo Plano.

A construção do diagnóstico, primeira etapa da revisão, está sendo realizada de forma colaborativa, por meio de um conjunto de Webinários, Nacional e Regionais, que ocorreram ainda em 2021, e encontram-se disponíveis no canal do MDR no YouTube. Ao longo do ano de 2022, serão formulados e debatidos estudos técnicos e proposições para a implementação e monitoramento de estratégias e ações para o enfrentamento da questão da moradia nas diferentes regiões do país, com a contribuição da sociedade civil, dos setores públicos estaduais e municipais e de agentes do setor privado.

Saneamento Básico

Para contribuir com a universalização e com a melhoria da gestão dos serviços de saneamento básico, o MDR atua em duas frentes: i) provisão de infraestrutura em saneamento básico; ii) planejamento, regulação e gestão dos serviços de saneamento básico.

A primeira consiste na implantação de infraestruturas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólido, além de drenagem e manejo de águas pluviais.

A segunda envolve a realização de atividades que promovam a melhoria dos serviços de saneamento básico, contemplando ações de planejamento, aprimoramento de normas, desenvolvimento sistemas de informação e estabelecimento de modelos e orientações.

A seguir são detalhados os principais resultados verificados para esses dois subeixos estratégicos do saneamento básico.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	UNIVERSALIZAR O ACESSO DA POPULAÇÃO A SERVIÇOS ADEQUADOS DE SANEAMENTO BÁSICO		
INDICADORES ESTRATÉGICOS	META 2020-2023	META 2021	VALOR APURADO MAIS RECENTE (2019)
Taxa de domicílios urbanos abastecidos com água por rede de distribuição com canalização interna ou na propriedade, ou por poço ou nascente com canalização interna	Alcançar a taxa de 98,2% dos domicílios urbanos abastecidos com água por rede de distribuição com canalização interna ou na propriedade, ou por poço ou nascente com canalização interna até 2023.	97,88%	97,80%
Índice de atendimento adequado em saneamento básico	Alcançar o índice de 64,1% de atendimento adequado em saneamento básico até 2023.	61,00%	59,21%
Taxa de domicílios urbanos servidos por rede coletora ou fossa séptica para os excretas ou esgotos sanitários	Aferir o acesso da população urbana a serviços adequados de esgotamento sanitário	82,02%	81,20%
Taxa de domicílios não sujeitos a risco de inundações na área urbana	Alcançar a taxa de 96,73% dos domicílios não sujeitos a risco de inundações na área urbana até 2023.	96,50%	96,50%

RESUMO DE RESULTADOS - PROGRAMAS E INICIATIVAS

PROGRAMA SANEAMENTO ESTRUTURAL



INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2020	META 2021	APURAÇÃO
Fomento a empreendimentos de abastecimento de água potável*	Nº de empreendimentos de abastecimento de água potável concluídos	41	28	49
Fomento a empreendimentos de esgotamento sanitário*	Nº de empreendimentos de esgotamento sanitário concluídos	62	30	50
Fomento a empreendimentos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos	Nº de empreendimentos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos concluídos	5	2	3
Fomento a empreendimentos de drenagem e manejo de águas pluviais urbana	Nº de empreendimentos de drenagem e manejo de águas pluviais urbana concluídos	38	20	30
Fomento a empreendimentos de saneamento integrado	Nº de empreendimentos de saneamento integrado concluídos	13	5	19

*Valores apresentados consideraram obras fomentadas pelo MDR e obras executadas pela Codevasf.

Principais Avanços e Perspectivas

Para fins de aferição dos indicadores estratégicos, os dados mais recentes datam de 2019. Isso ocorre pois os indicadores são produzidos a partir de pesquisas do IBGE e outras fontes cujo tempo para levantamento e consolidação de informações pode durar mais de um ano. O destaque para o ano da última apuração foi a melhoria da taxa de domicílios urbanos servidos por rede coletora ou fossa séptica para os excretas ou esgotos sanitários, que passou de 80,2% para 81,2%. Mais informações sobre dados daquele período podem ser acessadas nos [relatórios de avaliação anual do Plano Nacional de Saneamento Básico - Plansab](#), no site do MDR.

Dentre as principais entregas para a sociedade no ano de 2021, destaca-se a conclusão de 49 empreendimentos de abastecimento de água potável, de 50 empreendimentos de esgotamento sanitário, de 3 empreendimentos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, de 19 empreendimentos de saneamento integrado e de 30 empreendimentos de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, além da elaboração de 11 estudos e projetos de engenharia e outros 5 contratos de desenvolvimento institucional e redução e controle de perdas.

Com isso, milhões de pessoas foram beneficiadas com geração de empregos, desenvolvimento da infraestrutura das cidades e a consequente melhoria das condições de saúde da população, garantindo, assim, mais qualidade de vida a todos. No âmbito do Programa Saneamento para Todos – Mutuários Públicos, em 2021 foram selecionados 21 empreendimentos nas modalidades de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Manejo de Águas Pluviais, Redução e Controle de Perdas, e Estudos e Projetos, perfazendo aproximadamente R\$ 1,0 bilhão em investimentos, com vistas à universalização e à melhoria da qualidade dos serviços de saneamento. Para 2022, tem-se como meta a conclusão de 119 empreendimentos de saneamento básico (considerando todas as suas modalidades).

Também é importante destacar que o Novo Marco do Saneamento, em vigor desde 2020, garantiu investimentos de R\$ 71 bilhões em serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Em 2021, foram realizados leilões nos estados do Rio de Janeiro, Alagoas e Amapá. No Rio de Janeiro, quatro blocos foram licitados por R\$ 24,8 bilhões de outorga e R\$ 31,8 bilhões em investimentos que beneficiarão 49 municípios. Em Alagoas, dois blocos foram licitados por R\$ 1,6 bilhão de outorga e R\$ 2,8 bilhões em investimentos que beneficiarão 74 municípios. No Amapá também houve leilão arrematado por R\$ 930 milhões de outorga e R\$ 2,9 bilhões de investimentos em benefício de dezesseis municípios.

SUBEIXO ESTRATÉGICO: PLANEJAMENTO, REGULAÇÃO E GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

OBJETIVO ESTRATÉGICO

MELHORAR A QUALIDADE DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO.

INDICADORES ESTRATÉGICOS	META 2020-2023	META 2021	VALOR APURADO MAIS RECENTE (2020)
Índice de perdas de água na distribuição em sistemas de abastecimento	Diminuir para 34% o Índice de Perdas de Água na Distribuição em Sistemas de Abastecimento até 2023	38,48%	40,14%
Percentual de municípios que cobram pelo serviço de manejo de RSU	Alcançar a taxa de 65,20% dos municípios que cobram pelo serviço de manejo de RSU até 2023.	47,95%	40,3%

RESUMO DE RESULTADOS - PROGRAMAS E INICIATIVAS

PROGRAMA SANEAMENTO BÁSICO ESTRUTURANTE



INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2020	META 2021	APURAÇÃO
Revisão do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab)- Edição 2022	% de execução da iniciativa	-	10%	12,5%
Implementação do Sistema de Informações em Saneamento Básico (SINISA)	% de execução da iniciativa	10%	30%	20%
Apoio à implantação de estruturas de prestação regionalizadas de água e esgoto	% de execução da iniciativa	-	30%	23%
Regulamentação do novo marco legal do saneamento	% de execução da iniciativa	50%	75%	82,5%
Desenvolvimento de modelo lógico e framework para novas alternativas de financiamento	% de execução da iniciativa	-	75%	32%

Principais Avanços e Perspectivas

No que se refere aos indicadores relacionados à qualidade dos serviços de saneamento básico os resultados mais recentes datam de 2020. Naquele ano, foi verificado aumento no índice de perdas de água na distribuição de 39,2% para 40,1%, influenciado por questões como vazamentos nos sistemas de abastecimento ou devido às ligações clandestinas e falhas de leitura por conta da utilização de hidrômetros antigos.

Com o objetivo de enfrentar esse desafio na gestão dos serviços de saneamento básico, o marco regulatório adotou a redução e controle das perdas de água como princípio fundamental dos serviços públicos de saneamento básico e como diretriz da política federal de saneamento básico, além de exigir a inclusão de metas de redução e controle de perdas como uma das condições para validade dos contratos de prestação de serviços públicos do setor.

Outro aspecto medido em relação à gestão dos serviços de saneamento é o percentual de municípios que cobram pelos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos. Por meio da cobrança, busca-se a autossuficiência e a melhoria da capacidade de prestação do serviço. Em 2020, foi verificado que somente 40,3% dos municípios cobravam pelos serviços, taxa que se almeja aumentar para 65,2% até 2023.

Acerca das iniciativas para melhoria dos serviços de saneamento, cumpre destacar que foi publicado o Decreto nº 10.710/2021, que regulamentou a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira das empresas prestadoras de serviços de saneamento.

A implantação de estruturas de prestação regionalizada de água e esgoto nos estados é outra iniciativa apoiada pelo MDR para garantir a viabilidade econômico-financeira da prestação e a universalização dos serviços mediante ganho de escala e gerenciamento integrado. Ao final de 2021, foram selecionados para recebimento de consultoria os estados de Tocantins e Mato Grosso do Sul e, para 2022, foram iniciativas tratativas com os estados do Pará, Santa Catarina, Amapá e São Paulo.

A melhoria dos serviços de saneamento no Brasil é fundamental para um planejamento efetivo, com acompanhamento de indicadores consistentes. Nesse sentido, foi iniciado processo de revisão do Plansab. Em 2021 foi contratada consultoria que está realizando a revisão do modelo de cálculo das necessidades de investimentos para universalização do acesso ao saneamento básico – com entrega final da ferramenta de software com o modelo implementado já no primeiro semestre de 2022.

Além disso, estão previstos importantes avanços em 2022 para o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA), que viabilizarão ganhos de escala e de escopo de informações e indicadores disponíveis sobre saneamento básico. Em 2022, será concluído o sistema web para coleta de informações e serão feitas as primeiras coletas experimentais, de modo que, em 2023 será possível substituir o SNIS pelo SINISA, proporcionando melhores condições de acompanhamento e diagnóstico sobre o setor.

Outro importante avanço para o setor de saneamento previsto para 2022, será o desenvolvimento de modelo lógico e framework para a incorporação de critérios ambientais, sociais e de governança (ASG) nos instrumentos sob a gestão do governo federal, no crédito via Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em mercado de capitais, em especial Debêntures Incentivas de Infraestrutura.

Proteção e Defesa Civil

A Proteção e Defesa Civil é composta por um conjunto de ações de prevenção, mitigação, preparação, além de resposta e reconstrução em caso de ocorrência de desastres. São atividades realizadas permanentemente nos estados, municípios e no Distrito Federal para evitar desastres e minimizar seus efeitos. Nessa linha, o MDR tem a função de coordenar esforços públicos e privados para, juntamente com a comunidade, construir cidades mais resilientes.

Assim, o MDR trabalha em duas linhas de atuação principais (subeixos estratégicos): i) gestão de riscos de desastres; e ii) gestão de desastres. A primeira representa a política pública que abrange as ações de prevenção, mitigação, preparação frente aos riscos de desastres. A segunda representa a linha de atuação voltada para a resposta e recuperação de áreas afetadas por desastres.

A seguir, são apresentados os principais resultados e perspectivas para cada uma dessas áreas.

SUBEIXO ESTRATÉGICO: GESTÃO DE RISCOS DE DESASTRES

OBJETIVO ESTRATÉGICO	REDUZIR OS RISCOS DE DESASTRES, COM EFETIVAÇÃO DA INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E FORTALECIMENTO DAS CAPACIDADES DOS ATORES DO SINPDC			
INDICADORES ESTRATÉGICOS*	META 2020-2023	META 2021	VALOR APURADO	
Capacidade dos municípios na atuação da gestão de riscos e de desastres	Aumentar de 2,68 para 3,31 a capacidade de atuação dos municípios na gestão de riscos e de desastres	3,13	3,45	

RESUMO DE RESULTADOS - PROGRAMAS E INICIATIVAS

PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL



INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2020	META 2021	APURAÇÃO
Institucionalização do Sistema Federal de Proteção e Defesa Civil	% de execução	-	100%	48,25%
Revisão do pacote de gestão das ações apoiadas pela SEDEC - S2iD 4.0	% de execução	-	24%	31,56%
Regulamentação da Lei 12.340/2010	% de execução	50%	96%	96%
Boas práticas em Proteção e Defesa Civil	% de execução	-	100%	100%
Capacitação Continuada em Proteção e Defesa Civil	Nº de entes capacitados em defesa civil	686	690	1.900

PROGRAMA DE PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO AOS RISCOS DE DESASTRES



INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2020	META 2021	APURAÇÃO
Intervenções para contenção de encostas	Nº de obras de contenção de encostas concluídas	14	22	17
Fomento a empreendimentos de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas	Nº de empreendimentos de drenagem e manejo de águas pluviais urbana concluídos	38	20	30

Principais Avanços e Perspectivas

Em 2021, um dos grandes avanços está relacionado ao Indicador de Capacidade Municipal (ICM) na atuação da gestão de riscos e de desastres, cuja meta prevista para 2023 (3,31) já foi superada, tendo em vista o valor alcançado de 3,45. Esse resultado se deveu à ampliação do número de municípios com planos de contingência elaborados, a capacitação em defesa civil e a adesão ao Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2iD.

No que se refere aos programas e iniciativas executados em 2021, voltados para a gestão de riscos e de desastres, houve grande enfoque no fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC. Nesse sentido, foi iniciado projeto de institucionalização do Sistema Federal de Proteção e Defesa Civil, que busca uma maior integração entre órgãos federais relacionados à temática e resultará, em 2022, no estabelecimento de uma Estratégia de Atuação do Sistema Federal de Proteção e Defesa Civil (EASif). No ano de 2021, avançou-se na definição da metodologia, definição dos principais eixos de atuação coordenada e no levantamento de ações em resposta a desastres com diversos Ministérios, com explicitação das formas de mobilização interna e externa dos órgãos, além dos pontos focais internos do órgão.

Em 2021, foram dados também importantes avanços para a regulamentação da Lei 12.340, 1º de dezembro de 2010, que tratará das transferências de recursos, bem como trará regras mais objetivas, transparentes e alinhadas com as evoluções processuais das ações de defesa civil. A previsão é que o decreto de regulamentação seja publicado ainda nos primeiros meses de 2022.

O Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2iD 4.0 é outro projeto de grande relevância em curso, cujo desenvolvimento e atualização do sistema tornarão o atendimento a estados e municípios mais célere, transparente e eficiente. No ano de 2021 houve o desenvolvimento do Cadastro de Usuários e de Municípios Críticos; execução das primeiras etapas dos módulos de Reconhecimento Federal, de Monitoramento e de Resposta. O projeto como um todo tem previsão para término em 2023. Ademais, estão em andamento as tratativas finais para assinatura do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre a Sedec e o ME para operacionalização das transferências na Plataforma + Brasil, integrando com a plataforma S2iD, tornando possível ampliar os resultados das políticas públicas sob responsabilidade da Sedec.

Outra iniciativa de destaque em 2021 para o fortalecimento do SINPDEC, foi o lançamento de ambiente virtual para compartilhamento do [Banco de Boas Práticas em Proteção e Defesa Civil](#). Nesse ambiente são apresentadas experiências de sucesso para a replicação e adaptação a outras realidades.

Também foram verificados, em 2021, avanços na capacitação continuada em proteção e defesa civil, que alcançou 1.900 entes em 2021. O resultado se deveu especialmente à oferta de um portfólio de cursos, a nível nacional, via plataforma EaD (EV.G da Enap).

No que tange à prevenção e à preparação aos riscos de desastres, destacam-se os resultados referentes às iniciativas de realização de intervenções para contenção de encostas em áreas de risco alto e muito alto e o fomento a empreendimentos de drenagem e manejo de águas pluviais.

Quanto ao primeiro, verificou-se a conclusão de 17 intervenções em 2021, tendo-se como meta para 2022 a conclusão de mais 22. Quanto ao segundo, foram 30 empreendimentos concluídos em 2021, com a previsão de mais 20 em 2022.

SUBEIXO ESTRATÉGICO: GESTÃO DE DESASTRES

OBJETIVO ESTRATÉGICO	MELHORAR A CAPACIDADE E A TEMPESTIVIDADE DE RESPOSTA E RECONSTRUÇÃO PÓS-DESASTRES		
INDICADORES ESTRATÉGICOS	META 2020-2023	META 2021	VALOR APURADO
Tempo médio ajustado entre a data do desastre e a solicitação de reconhecimento federal	Reduzir para 25 dias o tempo médio ajustado entre a ocorrência do desastre e a solicitação de reconhecimento federal	30	29
Tempo médio ajustado entre o pedido e o reconhecimento federal	Reduzir para 6 dias o tempo médio ajustado entre a solicitação de reconhecimento federal e a publicação da portaria de reconhecimento federal	13	13
Tempo médio ajustado entre a solicitação de recursos e a transferência de recurso para socorro e assistência humanitária	Reduzir para 8 dias o tempo médio ajustado entre o reconhecimento federal e a transferência de recursos para socorro e assistência humanitária	19	18
Tempo médio ajustado entre a solicitação de recursos e a transferência de recurso para restabelecimento de serviços essenciais	Reduzir para 30 dias o tempo médio ajustado de reconhecimento federal e a transferência de recurso para restabelecimento de serviços essenciais	42	35

Tempo médio ajustado entre o pedido de reconhecimento federal e a transferência de recurso para reconstrução	Reduzir para 245 dias o tempo médio ajustado entre o pedido de reconhecimento federal e a transferência de recursos para a reconstrução	212*	249
Índice de efetivação das transferências para ações de resposta e reconstrução dentro de um mesmo exercício	Alcançar até 2023 um índice de 75% de efetivação das transferências para ações de resposta e reconstrução dentro de um mesmo exercício	71%	67%
Prazo médio ajustado de análise para liberação de recursos para ações de reconstrução	Reduzir para 44 dias o prazo médio ajustado de análise das solicitações de recursos para ações de reconstrução	48	61
Prazo médio ajustado de liberação de recursos após empenho para ações de reconstrução	Reduzir para 145 dias o prazo médio ajustado de liberação dos recursos após empenho para ações de reconstrução	130*	137
Taxa de Demandas de Ouvidoria Recebidas sobre a Operação Carro Pipa	Reduzir para 2 a taxa de reclamações por milhão de beneficiários da OCP	2	1,87
Taxa de Atendimento das Demandas de OCP	Alcançar o nível de atendimento de 80% das demandas municipais da Operação Carro Pipa Federal	80%	81%

* Metas para 2021 relativas a reconstrução foram atipicamente inferiores a meta final de 2023, pois para aquele ano não estavam previstos pedidos de reconstrução nas regiões Norte e Sul, que normalmente afetam o indicador com piora dos prazos. Para 2022, com a inclusão de pedidos de estados dessas regiões, se prevê a grande probabilidade de aumento dos tempos médios previstos em relação a 2021.

RESUMO DE RESULTADOS - PROGRAMAS E INICIATIVAS

PROGRAMA DE SOCORRO E ASSISTÊNCIA ÀS VÍTIMAS DE DESASTRES



INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2020	META 2021	APURAÇÃO
Revisão de Instrução Normativa de Reconhecimento Federal	% de execução	-	100%	97,5%

Revisão da normatização sobre cooperação com o Ministério da Defesa para a Operação Carro Pipa

% de execução - 65% 50%

Inclusão das informações da Operação Carro Pipa no Pannel de Segurança Hídrica do MDR

% de execução - 20% 88%

Institucionalização do Grupo de Apoio a Desastres - GADE

% de execução - 80% 100%

PROGRAMA DE RESTABELECIMENTO E RECONSTRUÇÃO



INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2020	META 2021	APURAÇÃO
Aprimoramento de processos administrativos para ações de reconstrução	% de execução	20%	40%	45,5%

Principais Avanços e Perspectivas

A Gestão de Desastres visa à melhoria da capacidade e da tempestividade de resposta e reconstrução pós-desastres. Para apurar a evolução em direção a esse objetivo estratégico, empregam-se os indicadores e as metas listados na tabela acima. O primeiro desafio a essa evolução é a redução do tempo de resposta aos desastres. Por isso, os indicadores estratégicos são, predominantemente, relacionados à redução de prazos. Dentre os indicadores, destacam-se os avanços ocorridos em 2021 quando comparados com a meta apurada em 2020:

- O tempo médio ajustado entre a solicitação de recursos e a transferência de recurso para socorro e assistência humanitária, evoluiu com a redução de 24 dias para 18 dias;

- O tempo médio ajustado entre o pedido de reconhecimento federal e a transferência de recursos para reconstrução, apresentou uma evolução com a redução de 402 dias para 249 dias. Há previsão de redução significativa quando o S2ID 4.0 estiver disponível para execução;

- O prazo médio ajustado de liberação de recursos após empenho para ações de Reconstrução, apresentou avanço significativo com redução de 266 dias para 137 dias;

- O Índice de efetivação das transferências para ações de resposta e reconstrução dentro de um mesmo exercício, apresentou evolução de 49% para 67%.

No que tange ao programa de socorro e assistência às vítimas de desastres do planejamento estratégico do Ministério, foram verificados avanços no que se refere à revisão e adequação de normas. Em 2021, foi executado projeto de revisão da instrução normativa de reconhecimento federal. Com essa iniciativa, em 2022 será publicada nova norma, em forma de portaria, que tornará os procedimentos mais célere.

Além disso, houve avanço na elaboração de minuta de portaria interministerial que promoverá aprimoramentos na cooperação técnica entre o MDR e Ministério da Defesa para a operacionalização da Operação Carro-Pipa - OCP. Em 2022, após aprovação jurídica e de mérito do Ministério da Defesa, espera-se a publicação da portaria.

Além disso, no que tange à OCP, no ano de 2021 foi dado início a projeto de inclusão de informações da Operação no Pannel de Segurança Hídrica do MDR, que já em 2022 apoiará o planejamento das ações de implantação de infraestruturas hídricas em locais atingidos pelas secas, contemplados pela OCP.

Outra iniciativa importante foi a institucionalização do Grupo de Apoio a Desastres – GADE por meio do Decreto n. 10.689, de 27 de abril de 2021, que organizou os mecanismos de acionamento, atuação, operacionalização e desmobilização.

Por fim, cumpre destacar o trabalho iniciado em 2021 para aprimoramento de processos administrativos para ações de reconstrução, que envolveu o desenvolvimento e teste de metodologia para implantação de moradia provisória para situações pós-desastre. Espera-se em 2022 a construção completa do protótipo, realização de testes e elaboração da documentação técnica para aplicação da metodologia.

Mobilidade e Desenvolvimento Urbano

Mobilidade e Desenvolvimento Urbano são fatores fundamentais para a concretização do acesso universal a cidade, com a ampliação de oportunidades e redução das desigualdades sociais no Brasil. A atuação sobre essa temática se divide em dois subeixos: i) mobilidade urbana; e ii) desenvolvimento urbano.

O primeiro representa a política pública relacionada à integração entre os diferentes modos de transporte e à melhoria da acessibilidade e mobilidade das pessoas e cargas no território do município.

O segundo expressa a política pública relacionada à melhoria do planejamento e desenvolvimento das cidades e de suas infraestruturas, de forma a contribuir para que se equilibrem os benefícios e os ônus do processo de urbanização.

A seguir constam os resultados de cada uma dessas áreas de atuação.

SUBEIXO ESTRATÉGICO: MOBILIDADE URBANA

OBJETIVO ESTRATÉGICO	TORNAR OS DESLOCAMENTOS URBANOS SUSTENTÁVEIS, PRIORIZANDO O TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO E A SEGURANÇA VIÁRIA		
INDICADORES ESTRATÉGICOS*	META 2020-2023	META 2021	VALOR APURADO MAIS RECENTE
Taxa da população que gasta 1 hora ou mais no deslocamento casa-trabalho nas principais regiões metropolitanas	Manter em 19,7% a proporção da população que gasta 1 hora ou mais no deslocamento casa-trabalho nas principais regiões metropolitanas	19,7%	19,7% (2015)
Percentual de municípios com Plano de Mobilidade Urbana elaborado dentre aqueles considerados obrigatórios	Aumentar de 11% para 25% a proporção dos municípios que possuem Plano de Mobilidade Urbana elaborado até 2023 dentre aqueles obrigatórios	18%	16,7% (2021)
Taxa da população vivendo próxima a terminais e estações de transporte de média e alta capacidade nas principais regiões metropolitanas	Alcançar 14,28% da população das 10 principais regiões metropolitanas vivendo até 1km de terminais e estações de média e alta capacidade	13,68%	13,38% (2020)
Quantidade de empreendimentos de mobilidade urbana concluídos	Concluir 14.458 empreendimentos de mobilidade urbana até 2023	4001	2.759 (2021)

RESUMO DE RESULTADOS - PROGRAMAS E INICIATIVAS

PROGRAMA DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL EM MOBILIDADE URBANA



INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2020	META 2021	APURAÇÃO
Assistência técnica à elaboração de Planos Locais de Mobilidade Urbana	Nº de municípios cadastrados no Sistema de Apoio à Elaboração de Planos de Mobilidade Urbana	44	100	128
Elaboração do Plano Nacional de Mobilidade Urbana	% de execução	0%	5%	10%
Implantação do Sistema Nacional de Informações em Mobilidade Urbana - SIMU	% de execução	22,5%	40%	76,95%
Aprovação do Marco Legal do Transporte Público Coletivo	% de execução	0%	25%	36%
Projetos de Transição para a eletromobilidade nas cidades brasileiras	% de execução	0%	20%	49,25%
Projetos de Desenvolvimento Orientados ao Transporte	% de execução	50%	80%	79,2%

PROGRAMA MOBILIDADE URBANA



INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2020	META 2021	APURAÇÃO
Investimento em empreendimentos de transporte coletivo	Quantidade de empreendimentos de transporte coletivo urbano concluídos	112	125	128
Investimento em empreendimentos de transporte não motorizado e qualificação viária	Quantidade de empreendimentos de transporte não-motorizado e qualificação viária concluídos	3.286	3.705	2.549

PROGRAMA PRÓ-TRANSPORTE



INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2020	META 2021	APURAÇÃO
Financiamento de empreendimentos de transporte coletivo	Quantidade de empreendimentos de transporte coletivo urbano concluídos	4	31	11
Financiamento de empreendimentos de transporte não motorizado e qualificação viária	Quantidade de empreendimentos de transporte não-motorizado e qualificação viária concluídos	108	140	71

PROGRAMA INCENTIVOS FISCAIS PARA MOBILIDADE URBANA



INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2020	META 2021	APURAÇÃO
REIDI Mobilidade Urbana	Quantidade de projetos de infraestrutura no setor de mobilidade urbana apoiados com REIDI	3	3	1
Debêntures Incentivadas - Mobilidade Urbana	Quantidade de projetos de infraestrutura no setor de mobilidade urbana habilitados à emissão de debêntures incentivadas	3	3	2

Principais Avanços e Perspectivas

Um importante indicador de qualidade de vida relacionada à mobilidade urbana é a Taxa da população que gasta 1 hora ou mais no deslocamento casa-trabalho nas principais regiões metropolitanas. Seu resultado mais recente data de 2015, em que foi apurado o valor de 19,7%. Com a realização do Censo, em breve estarão disponíveis informações mais atualizadas desse indicador.

Outra medida de grande relevância é o percentual da população vivendo próxima a terminais e estações de transporte de média e alta capacidade nas principais regiões metropolitanas, cuja apuração mais recente (2020) apresentou o resultado de 13,38%, impactado pela alteração da metodologia, que passou a considerar a distância real das estações seguindo as vias públicas e não o raio a partir das estações.

Outro fator importante para a uma mobilidade urbana de qualidade nas cidades é a adoção de Planos de Mobilidade Urbana pelos municípios. Nesse sentido, verificou-se evolução de municípios com Plano de Mobilidade Urbana elaborado dentre aqueles

considerados obrigatórios pela Lei n. 12.587, de 2012, se comparado a 2020, evoluiu de 15% para 16,7%. Para 2022 há perspectiva de ampliação para 22%.

Dentre os principais avanços em 2021 das iniciativas do MDR em 2021, destacam-se, no âmbito do **Programa de Mobilidade Urbana** (com recursos do OGU), a conclusão de 128 empreendimentos de transporte coletivo e 2.549 de não motorizado e qualificação viária totalizando 2.677 empreendimentos em 2021. Para 2022, há perspectiva de ampliação para 3.224. Por outro lado, no **Programa Pró-Transportes** (com recursos do FGTS), foram concluídos 11 empreendimentos de transporte coletivo e 71 de transporte não motorizado e qualificação viária, totalizando 82 empreendimentos em 2021. Para 2022, há previsão de conclusão de 121 empreendimentos. Somados os dois programas, foram concluídos 2.759 empreendimentos de mobilidade urbana, com previsão de expansão para mais de 3.345 em 2022.

No tocante ao **Programa de Desenvolvimento Institucional em Mobilidade Urbana**, em 2021, cabe destacar o lançamento do Sistema Nacional de Informações em Mobilidade Urbana - SIMU, que reúne, em um único local, os principais dados e informações da área de mobilidade urbana, para formulação de políticas públicas e para uso pela sociedade. Além disso, houve a criação do Fórum Consultivo de Mobilidade Urbana, colegiado de entidades do setor instituído pelo Decreto nº 10.803, de 17 de setembro de 2021, com o objetivo de assessorar o Governo Federal em temas relativos à mobilidade urbana, sobretudo, quanto aos serviços de transporte público coletivo. Também foram realizadas, pelo governo, ações de assistência técnica, apoio e financiamento à elaboração de planos locais de mobilidade pelos entes federativos.

Já no âmbito do Programa de Incentivos Fiscais para Mobilidade Urbana, dedicaram-se esforços para atração de investimentos e fortalecimento de parcerias com o setor privado nesse setor. Nesse sentido, em 2021, foram realizadas iniciativas de habilitação de projetos de emissão de debêntures incentivadas, sendo enquadrados como projetos prioritários os empreendimentos da Linha 6 - Laranja do Metrô de São Paulo e o BRT de Sorocaba.

Também foram realizadas iniciativas de apoio a projetos de infraestrutura em mobilidade urbana, por meio do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI. Destaque-se, ademais, a apresentação de um projeto de enquadramento no REIDI pela Concessionária das Linhas 8 e 9 do Sistema de Trens Metropolitanos de São Paulo, que tem por objeto a concessão do transporte metroviário de passageiros das Linhas 08 - Diamante e 09 - Esmeralda, do sistema público de transporte metropolitano sobre trilhos de passageiros de São Paulo. Em 2022, está prevista a intensificação de ações voltadas ao fortalecimento dessas iniciativas.

Por fim, cabe destacar que uma das mais importantes entregas para o setor de mobilidade urbana está prevista para 2022: a elaboração de proposta de Novo Marco Legal para o Transporte Público Coletivo Urbano, iniciativa que possui o objetivo de estruturar políticas públicas de fomento e melhorar o ambiente regulatório do setor, de forma a viabilizar maior atratividade para realização de investimentos no setor, em benefício da sociedade.

SUBEIXO ESTRATÉGICO: DESENVOLVIMENTO URBANO

OBJETIVO ESTRATÉGICO

FOMENTAR TRANSFORMAÇÕES URBANÍSTICAS ESTRUTURAIS SUSTENTÁVEIS, COM FOCO EM ACESSIBILIDADE, ORIENTADAS PARA O CUMPRIMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE

INDICADOR ESTRATÉGICO	META 2020-2023	META ATÉ 2021	VALOR APURADO
Quantidade de Empreendimentos de Desenvolvimento Urbano Concluídos	Concluir 199 empreendimentos de desenvolvimento urbano até 2023	135	403

*Valor cumulativo (considera obras concluídas desde 2020).

RESUMO DE RESULTADOS - PROGRAMAS E INICIATIVAS

PROGRAMA DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL EM DESENVOLVIMENTO URBANO

INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2020	META 2021	APURAÇÃO
Elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – PNDU	% de execução	0%	80%	41,25%
Implementação da Carta Brasileira para Cidades Inteligentes	% de execução	0%	0%	50%

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO URBANO (PRÓ-CIDADES)

INICIATIVA	INDICADOR	STATUS 2020	META 2021	APURAÇÃO
Projetos integrados de melhoria de perímetros urbanos	Valor total de intervenções selecionadas	R\$ 90,7 milhões	R\$ 1 bilhão	R\$ 2,06 milhões

PROGRAMA DE REABILITAÇÃO E URBANIZAÇÃO ACESSÍVEL



INICIATIVA	INDICADOR	STATUS 2020	META 2021	APURAÇÃO
Apoio a projetos e obras de reabilitação e urbanização acessível em áreas urbanas	Quantidade de intervenções concluídas	198	212	184

PROGRAMA DE DEBÊNTURES INCENTIVADAS – ILUMINAÇÃO PÚBLICA



INICIATIVA	INDICADOR	STATUS 2020	META 2021	APURAÇÃO
Aprovação de projetos prioritários de iluminação pública para fins de emissão de debêntures incentivadas	Nº de projetos prioritários de iluminação pública aprovados para fins de emissão de debêntures incentivadas	-	3	5

Principais Avanços e Perspectivas

Em 2021 foram concluídos 184 empreendimentos de desenvolvimento urbano, que somados aos concluídos no ano de 2020 perfazem um total de 403, superando as metas estabelecidas para todo o período.

No âmbito do Programa de Fortalecimento Institucional em Desenvolvimento Urbano, destaca-se o progresso na elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), com a promoção de diálogos com os entes subnacionais, a academia e representantes da sociedade civil para construir políticas públicas que beneficiem quem vive nas cidades brasileiras. Foram realizadas oficinas participativas e conferências livres para estabelecimento dos Objetivos de Desenvolvimento Urbano Sustentável - ODUS, que estruturam uma agenda nacional para o desenvolvimento urbano e irão nortear a PNDU, cuja publicação está prevista para 2022.

Em 2021 ainda foram executadas iniciativas de divulgação e incentivo aos entes para a implantação da Carta Brasileira de Cidades Inteligentes, com a realização de cursos voltados aos prefeitos, em parceria com a ENAP. Ocorreram avanços significativos na elaboração do guia de cidades inteligentes para prefeitos e no site da Carta, que devem ser lançados no primeiro semestre de 2022. A versão resumida da Carta já foi entregue. Assim sendo, novos encaminhamentos devem ser dados a essas iniciativas em 2022.

No ano de 2022, também serão envidados esforços para expansão da Rede para o Desenvolvimento Urbano Sustentável (REDUS), lançada em agosto de 2021. Novas iniciativas e funções serão incorporadas à plataforma, que tem como objetivo a promoção, integração e coordenação de atores locais, estaduais e federais em prol do desenvolvimento urbano sustentável (DUS) e do intercâmbio de conhecimentos, experiências e boas práticas.

No âmbito do Programa de Desenvolvimento Urbano (Pró-Cidades), em 2021, cabe destacar o financiamento a projetos integrados de melhoria de perímetros urbanos. Foram selecionadas duas intervenções no município de Butiá/RS, que somam o valor de 2.061.500 reais em 2021; e contratadas propostas, que somam o valor de 30.380.000 reais, decorrentes de seleções de anos anteriores. No mesmo ano, foram realizados três seminários de divulgação do Programa Pró-Cidades para os entes públicos e privados em todas as regiões do País.

Já no âmbito do Programa de Reabilitação e Urbanização Acessível, em 2021, foram concluídas 184 intervenções para apoio à projetos e obras de reabilitação e urbanização acessível em áreas urbanas, bem como foram celebrados 183 novos empreendimentos, o que proporcionará uma previsão de 101 intervenções concluídas até o final de 2022.

Por fim, no âmbito do Programa de Debêntures Incentivadas - Iluminação Pública, em 2021 foram aprovados 5 projetos prioritários de iluminação pública para fins de emissão de debêntures incentivadas. Os projetos aprovados se referem aos municípios de Petrolina/PE, Vila Velha/ES, Uberlândia/MG, Porto Alegre/RS e Palhoça/SC, totalizando R\$ 230 milhões a serem levantados no mercado de capitais.

Planejamento e Desenvolvimento Produtivo e Regional

O Planejamento e Desenvolvimento Produtivo e Regional visa favorecer a geração de investimento em áreas estratégicas para se alcançar o máximo de benefícios em termos de crescimento econômico e desenvolvimento social. Assim, essa macropolítica foi organizada em três frentes fundamentais: i) planejamento do

desenvolvimento regional e ordenamento territorial; ii) irrigação; e iii) fomento ao desenvolvimento produtivo.

A primeira representa a política pública relacionada ao planejamento da ocupação e à gestão territorial.

A segunda expressa a política pública de apoio ao desenvolvimento produtivo por meio de infraestruturas de irrigação.

A terceira corresponde à política pública relacionada à implantação de estruturas e rotas para favorecer o desenvolvimento produtivo, com consequências positivas para as regiões em que são implantadas.

A seguir são evidenciados os principais resultados dentro de cada uma dessas linhas de atuação.

SUBEIXO ESTRATÉGICO: PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ORDENAMENTO TERRITORIAL

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROMOVER O PLANEJAMENTO E O USO COORDENADO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO DE FORMA INTEGRADA COM A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL			
	INDICADOR ESTRATÉGICO	META 2020-2023	META 2021	VALOR APURADO
	Quantidade de municípios com agentes capacitados em planejamento regional/sub-regional	Alcançar 1.000 municípios com agentes capacitados em planejamento regional/sub-regional em 2023	679	2077

RESUMO DE RESULTADOS - PROGRAMAS E INICIATIVAS PROGRAMA FRONTEIRA INTEGRADA



INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2020	META 2021	APURAÇÃO
Elaboração do Plano de Ação para Faixa de Fronteira	% de execução	-	25%	25%
Lançamento de Edital para Custeio de Projetos Promotores de Desenvolvimento Regional na Faixa de Fronteira	% de execução	-	30%	18%

PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DE CAPACIDADES GOVERNATIVAS DOS ENTES SUBNACIONAIS – PFCG



INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2020	META 2021	APURAÇÃO
Reestruturação do Portal Capacidades	% de execução	-	35%	31%
Capacitação Continuada para o Fortalecimento do Desenvolvimento Regional e Urbano	Quantidade de pessoas capacitadas	7.520	15.040	19.396
Publicação da Portaria do Cadastro Técnico Multifinalitário	% de execução	30%	30%	36%

PROGRAMA DE PLANEJAMENTO REGIONAL E ORDENAMENTO TERRITORIAL



INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2020	META 2021	APURAÇÃO
Estruturação do Plano de Trabalho do Comitê Executivo para a PNDR	% de execução	-	25%	50%
Regulamentação e Instalação do Núcleo de Inteligência Regional	% de execução	-	25%	62,5%
Elaboração do projeto de lei de estabelecimento da PNDR	% de execução	-	20%	30%

Principais Avanços e Perspectivas

Dentre os principais avanços em 2021 referentes à melhoria do planejamento regional e do ordenamento territorial, destaca-se o lançamento do Programa Fronteira Integrada, que visa reduzir as desigualdades socioeconômicas nas cidades localizadas em uma área de 150 quilômetros de largura ao longo das fronteiras terrestres brasileiras.

Após o lançamento, iniciou-se a elaboração do Plano de Ação para a Faixa de Fronteira, com a confecção do termo de referência visando à elaboração de Carta-Acordo (FAO). O processo seletivo simplificado entre universidades federais está em andamento e as propostas serão recebidas até o dia 14 de fevereiro. Para 2022, está previsto finalizar a elaboração da carteira de projetos estruturantes para o desenvolvimento regional na Faixa de Fronteira, seguida pelo lançamento do primeiro edital do Programa Fronteira Integrada. Além disso, há intenção de ampliar a rede com as universidades da faixa de fronteira, com o intuito de se formarem parceiras para a construção de ações na região.

No âmbito do Programa de Fortalecimento de Capacidades Governativas dos Entes Subnacionais - PFCG, foram alcançados bons resultados na capacitação para o desenvolvimento regional e urbano. Em 2021, 19.396 pessoas residentes em 2077 municípios se inscreveram nos cursos de capacitação, valor que se pretende ampliar em 2022. Também foi estabelecido, em 2021, plano de ação para a reestruturação do Portal Capacidades, atividade fundamental para reposicionar o Programa, dando-lhe mais capilaridade e efetividade. Para 2022, há duas previsões: lançamento do referido Portal e publicação da portaria do Cadastro Técnico Multifinalitário.

Em relação ao Programa de Planejamento Regional e Ordenamento Territorial, destaca-se, em 2021, a realização das primeiras reuniões entre MDR e Superintendências a fim de estruturar o plano de trabalho do Comitê Executivo da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional. As reuniões ocorreram quinzenalmente e suscitaram a construção da minuta de portaria para implementação do Núcleo de Inteligência Regional. Ademais, foi iniciada a elaboração do projeto de lei de estabelecimento da PNDR.

Em 2022, estão previstos avanços para a governança da PNDR. Espera-se, também, a regulamentação e a instalação do Núcleo de Inteligência Regional e o início da implantação do Sistema Nacional de Informações do Desenvolvimento Regional (SNIDR). No âmbito do Plano Sub-Regional de Desenvolvimento do Xingu, será reativado o comitê gestor.

SUBEIXO ESTRATÉGICO: IRRIGAÇÃO

OBJETIVO ESTRATÉGICO	AMPLIAR A ÁREA IRRIGADA EM BASES AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEIS		
INDICADOR ESTRATÉGICO	META 2020-2023	META 2021	VALOR APURADO MAIS RECENTE
Área total irrigada	Ampliar para 7.291.156 ha a área irrigada do País até 2023	6.741.084 ha	6.481.812 ha (2020)

RESUMO DE RESULTADOS - PROGRAMAS E INICIATIVAS

PROGRAMA IRRIGAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E REGIONAL



INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2020	META 2021	APURAÇÃO
Implantação de Polos de Agricultura Irrigada	Quantidade de polos implantados	6	10	7
Sistemas Implantados de Reuso das Águas Residuárias para Irrigação	Quantidade de sistemas implantados	-	3	0
Estruturação de Unidades de Referência em Ensino para o Desenvolvimento da Agricultura Irrigada	Nº de unidades de referência estruturadas	-	2	2
Sistema Nacional de Informações sobre Agricultura Irrigada	% de execução	-	50%	26,5%
Projeto de Implementação de Melhoria da Gestão dos Recursos Hídricos para a Irrigação	% de execução	-	10%	0%
Emancipação de Projetos Públicos de Irrigação - PPIs	Nº de projetos emancipados	-	-	-
Elaboração de Programa de Assistência Técnica para Agricultores Familiares em PPIs	% de execução	-	5%	5%
Elaboração do Plano de Ação Nacional de Agricultura Irrigada em Pequenas Propriedades	% de execução	3%	50%	50%

Principais Avanços e Perspectivas

Os dados mais recentes acerca da área irrigada no País demonstraram uma evolução de 6,23 milhões de hectares para 6,48 milhões de hectares considerando o período de 2019 a 2020. A ampliação da área irrigada é fundamental para o desenvolvimento das regiões brasileiras e da maior oferta de alimentos, de forma que se tem como meta até 2023 sua ampliação para 7,29 milhões de hectares.

Dentre os principais avanços em 2021, destaca-se, no âmbito da irrigação, o progresso na implantação de Polos de Agricultura Irrigada, que reúnem produtores locais com o objetivo de ampliar a atuação por meio de parcerias. Destaque-se, nesse sentido, a implantação do Polo de Irrigação do Noroeste de Minas - MG. Com isso, chegou-se a um total de 7 polos implantados até 2021, número que será ampliado para 9 até o final de 2022.

Além disso, os sistemas de reuso das águas residuárias para irrigação nas cidades de Ganambi - BA, Nossa Senhora das Dores - SE e Parnamirim - PE encontram-se na fase final de implantação com previsão de ateste de conclusão para 2022.

Foi publicada a Portaria nº 1.696, de 18 e agosto de 2021, que reconheceu o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Campus Primavera do Leste como unidade de referência em produção irrigada, integrada ao Polo de Irrigação Sustentável do Sul de Mato Grosso. Há previsão de ampliação para 4 unidades de referência até o final de 2022, que são fundamentais para difusão de conhecimentos sobre agricultura irrigada no País.

Além disso, pretende-se em 2022 avançar na emancipação de projetos públicos de irrigação (PPIs), na elaboração de um programa de assistência técnica para agricultores familiares em PPIs e dar continuidade ao processo de elaboração do Plano de Ação Nacional de Agricultura Irrigada em Pequenas Propriedades, a ser finalizado em 2023.

SUBEIXO ESTRATÉGICO: FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROMOVER A INCLUSÃO PRODUTIVA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS REGIÕES PRIORITÁRIAS DA POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL		
INDICADOR ESTRATÉGICO	META 2020-2023	META 2021	VALOR APURADO
Quantidade de empreendimentos concluídos pela SMDRU no âmbito do desenvolvimento produtivo	Concluir 1.071 empreendimentos no âmbito do desenvolvimento produtivo	174	755

*Valor cumulativo (considera empreendimentos concluídos desde 2020).

RESUMO DE RESULTADOS - PROGRAMAS E INICIATIVAS

PROGRAMA ROTAS DE INTEGRAÇÃO NACIONAL



INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2020	META 2021	APURAÇÃO
Implantação de Polos da Estratégia Rotas de Integração Nacional	Quantidade de Polos	37	48	43
Revisão dos requisitos para cadeias produtivas a serem fomentadas pelo Programa Rotas de Integração Nacional	% de execução	-	-	100%

Principais Avanços e Perspectivas

No que se refere a fomento ao desenvolvimento produtivo brasileiro no ano de 2021 foram concluídos 534 empreendimentos, beneficiando a população das diversas regiões brasileiras, podemos destacar que desde 2012 foram investidos cerca de R\$ 619,2 milhões, desse valor, R\$ 253,1 milhões foram liberados no corrente exercício para aquisição de máquinas e equipamentos; pavimentação e/ou recuperação de vias, pontes e passagem molhada; e outras intervenções, tais como: recuperação e/ou ampliação de mercado público, aquisição de equipamento e melhoramento genético de bovinos leiteiros, no âmbito da Rota do Leite, e estruturação e qualificação produtiva e comercial de confecção e artesanato.

O principal programa voltado para o desenvolvimento produtivo no MDR é o **Programa Rotas de Integração Nacional**. Este programa promove o incentivo à estruturação de cadeias produtivas estratégicas capazes de promover a inclusão e o desenvolvimento sustentável das regiões brasileiras priorizadas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

Ao todo, já foram implantados 43 Polos da Estratégia até 2021, nas seguintes Rotas de Integração: do Açaí, da Biodiversidade, do Cacau, do Cordeiro, da Economia Circular, da Fruticultura, do Leite, do Mel, da Tecnologia da Informação e Comunicação. Cumpre destacar que em 2021 foi também lançada uma nova Rota de Integração, denominada Rota da Moda, no estado do Rio Grande do Norte, com perspectivas de

regulamentação e de ampliação para todos os estados do nordeste brasileiro, com a implantação de novos polos nessa área. Para 2022, está previsto o fortalecimento dessas cadeias por meio da seleção de projetos e ampliação dos polos da estratégia.

Dentre os projetos implementados e em implementação no âmbito dos polos das Rotas de Integração Nacional em 2021, podemos mencionar os seguintes: no âmbito da Rota do Açaí, destaca-se a implementação do projeto Casa do Açaí - polo Nordeste Paraense, oriundo do TED nº19/2019 firmado entre SMDRU/MDR e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA. O projeto objetiva a criação de laboratório escola e viveiro de mudas para tornar-se um espaço institucional de qualificação em boas práticas de manipulação do açaí nas dependências do IFPA Castanhal a fim de promover capacitação dos agentes da cadeia produtiva de açaí através do programa Rotas da Integração Nacional. Seu público-alvo é composto de pequenos e médios agricultores, produtores, batedores artesanais, empreendedores, agroindústrias e atores secundários dos municípios pertencentes ao polo ne paraense e baixo tocantins da rota do açaí.

O MDR também promoveu a iniciativa pioneira de integração da cadeia produtiva da açaicultura no contexto da Rota do Açaí, mobilizando os atores produtivos interessadas (cooperativas de extrativistas e indústria beneficiadora) e elaboração e formalização dos contratos de integração vertical, nos termos da Lei nº 13.288/2016 que "dispõe sobre os contratos de integração, obrigações e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e integradores".

Em 2021 também teve início a implantação do projeto piloto (TED 10/2020 firmado entre MDR e UFPA) para a rastreabilidade na cadeia do açaí visando fornecer dados real time desde a origem do produto até o beneficiamento e exportação com gerenciamento da qualidade, segurança alimentar, certificação, identificação geográfica, informações para além do geoprocessamento. Ressalta-se, ainda, que no âmbito do acordo de cooperação - projeto FAO UTF/BRA/087/BRA, temos a promoção de políticas públicas de desenvolvimento regional, realização de diagnósticos, organização de conferências nacionais e elaboração de manuais técnicos entre outros produtos para as Rotas do Açaí, do Mel e do Leite.

No âmbito da Rota do Cacau cabe destacar a implementação do projeto para "elaboração de sistema de boas práticas e unidades demonstrativas em cacauicultura no polo transamazônica da Rota do Cacau" (TED nº 21/2019 firmado entre o MDR e a UFPA), que tem como objetivo o fortalecimento do sistema de Ater e pesquisa na atividade cacauera visando ao desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva do cacau e chocolate. O projeto visa também a elaboração de "sistema de boas práticas em cacauicultura" com foco em sistemas agroflorestais - safes, para servir referência de

financiamento para o sistema bancário avaliar os riscos do empréstimo, além de criar e difundir conteúdos capacitação (Ater) para produtores e técnicos de instituições públicas e privadas.

Cabe destacar, ainda, a implantação do parque científico e tecnológico na faixa de fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia em Benjamin Constant (AM) – PCT Alto Solimões, um projeto da Rota da Biodiversidade, polo Bioamazonas. Ressalta-se que o ecossistema de inovação criado por meio da instalação do PCT Alto Solimões deverá contribuir para a criação de novos negócios, voltados principalmente à geração de valor a partir do uso sustentável da biodiversidade da região, com desenvolvimento e comercialização de produtos de alto valor agregado como biocosméticos, fitoterápicos e alimentos nutraceuticos elaborados com insumos da amazônia. Contribuindo para a expansão da rota da TIC, o Ministério do Desenvolvimento Regional investiu em um projeto-piloto para fomentar o uso de tecnologia na produção de frutas na Região Nordeste. Batizada de Agritech NE, a iniciativa vai mapear necessidades dos produtores locais, promover capacitação sobre o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), disponibilizar uma plataforma on-line para a promoção de negócios e fomentar a criação de startups agrícolas (Agritechs) que trabalhem com ferramentas voltadas a expandir a produtividade dos fruticultores.

Parcerias e Fomento

O aumento da demanda pela prestação de serviços públicos de qualidade pela população, associada à redução da disponibilidade de recursos para investimento no orçamento da União, bem como no dos entes federados, tem levado à busca por soluções que possibilitem a melhoria e a ampliação da infraestrutura e da qualidade na prestação de serviços por meio de parcerias com o setor privado.

Para que isso ocorra, os diversos setores de infraestrutura têm aprimorado seus marcos normativos e a regulação visando trazer segurança jurídica aos investidores e a ampliação da infraestrutura do Brasil. O Ministério do Desenvolvimento Regional tem trabalhado para melhorar marcos legais e regulatórios, além de promover a realização de parcerias visando a atração de investimentos privados nas suas áreas de competência.

Os recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste são os principais instrumentos de financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Parcela de recursos tributários da União são destacados para implementação de políticas de desenvolvimento regional e de redução das desigualdades inter-regionais do País.

Já os Fundos de Desenvolvimento Regional disponibilizam recursos para a realização de investimentos em infraestrutura e serviços públicos através de empreendimentos produtivos com grande capacidade germinativa de negócios e de atividades produtivas nas áreas de atuação das Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia, do Nordeste e do Centro Oeste.

No MDR, o eixo Parcerias e Fomento está organizado em dois subeixos: i) parcerias com o setor privado e internacional; e ii) instrumentos de fomento ao desenvolvimento regional.

O primeiro subeixo representa a atuação transversal do Ministério do Desenvolvimento Regional para a implantação de infraestruturas e prestação de serviços públicos por meio dos diversos mecanismos disponíveis de parceria com os atores privados e internacionais.

O segundo envolve a atuação transversal voltada para a estruturação e melhoria de instrumentos de fomento, como os Fundos Constitucionais de Financiamento, Fundos de Desenvolvimento Regional, do Fundo de Apoio à Estruturação de Projetos de Concessão e PPP (FEP), do Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável e dos incentivos fiscais para o desenvolvimento regional. A seguir, são apresentados os principais resultados e perspectivas para cada uma dessas áreas.

SUBEIXO ESTRATÉGICO: PARCERIAS COM O SETOR PRIVADO E INTERNACIONAL

OBJETIVO ESTRATÉGICO	ATRAIR INVESTIMENTOS PRIVADOS E INTERNACIONAIS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURA REGIONAL E URBANA			
	INDICADORES ESTRATÉGICOS	META 2020-2023	META 2021	VALOR APURADO
	Número de projetos de parcerias com o setor privado estruturados	Estruturar 91 projetos de parcerias com o setor privado	20	20
	Volume total de investimento privado atraído por meio de parcerias (R\$ Mil)	Atrair R\$ 57 bilhões de investimentos por meio de parcerias com o setor privado	R\$ 37,8 bilhões	R\$ 37,8 bilhões

RESUMO DE RESULTADOS – PROGRAMAS E INICIATIVAS

PROGRAMA PARCERIAS COM O SETOR PRIVADO

INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2020	META 2021	APURAÇÃO
Estruturação de projetos de concessão com apoio do FEP e outros instrumentos	Nº de leilões realizados	9	9	9
Desestatização da CBTU-MG	% de Execução	0	0	36%
Desestatização da TRENSURB	% de Execução	0	0	15%
Concessão do perímetro público de irrigação do Baixo do Irecê	% de Execução	30%	90%	90%

PROGRAMA INCORPORAÇÃO DE CRITÉRIOS ASG EM PROJETOS

INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2020	META 2021	APURAÇÃO
Elaboração de 5 frameworks ASG para os setores de saneamento e segurança hídrica	% de Execução	0	100%	45%
Elaboração de Guia ASG para Mobilidade Urbana	% de Execução	0	100%	70%

Principais Avanços e Perspectivas

Em 2021, o MDR trabalhou com muito enfoque no desenvolvimento de parcerias para atração de investimentos privados. Reflexo disso, foi a criação, por meio do Decreto nº 10.773/2021, em vigor desde 8 de setembro de 2021, da Secretaria de Fomento e Parcerias com o Setor Privado - SFPP, unidade voltada para essa temática.

A missão da SFPP é fomentar e apoiar a estruturação de concessões, PPPs e outras formas de parcerias com o setor privado nas áreas de competência do MDR. Para tanto, atua em parceria com as demais secretarias e entidades vinculadas do MDR, nos projetos relativos às suas respectivas áreas de competência, além da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos do Ministério da Economia.

Cabe ainda destacar o papel do FEP, o Fundo de Apoio à Estruturação de Projetos de Concessão e PPP, administrado pela Caixa Econômica Federal, e do BNDES, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, responsáveis pela efetiva estruturação da maioria dos projetos de concessão e PPP nas áreas de competência do MDR.

Ao todo, foram celebrados 20 projetos de parceria com o setor privado nas áreas de atuação do MDR, o que significa uma atração de investimentos no montante de R\$ 37,8 bilhões. No período entre 2020 e 2023, estimam-se atualmente 91 projetos, com atração de R\$ 57 bilhões de investimentos. Há ainda diversos outros projetos em fase inicial de estudos, que poderão aumentar a carteira, conforme os estudos avancem e permitam previsão sobre cronograma e investimentos estimados.

Dos investimentos atraídos em 2021, R\$ 55 milhões se referem a 11 projetos patrocinados no âmbito do Programa Águas Brasileiras, que contribuirão para a revitalização de bacias hidrográficas, ampliando a quantidade e a qualidade da água disponível. Trata-se de formato inovador de parceria com o setor privado, que proporciona o financiamento exclusivamente privado de projetos de interesse público por meio de patrocínios. O valor arrecadado chegou a R\$ 69 milhões com a efetivação de outros dois contratos de patrocínio em janeiro de 2022. Há ainda outros 13 projetos selecionados no 1º Edital do Programa e mais 49 projetos preliminarmente selecionados pelo 2º Edital do Programa Águas Brasileiras, abrangendo todas as bacias hidrográficas do Brasil.

Para valorizar iniciativas do setor privado pela preservação dos rios do Brasil, o MDR criou o Selo Aliança pelas Águas Brasileiras, como forma de reconhecimento oficial do Governo ao compromisso das empresas brasileiras na revitalização de bacias hidrográficas já implementados ou em implementação. Foram selecionados 12 projetos que somam investimentos de R\$ 465 milhões no 1º Edital.

Outra inovação no âmbito das parcerias com o setor privado foi a estruturação da Concessão do Perímetro Público de Irrigação do Baixo do Irecê, projeto piloto de concessão de perímetros públicos de irrigação. Em 2021 foram concluídos os estudos de viabilidade, realizada a consulta pública e a publicação do edital. O leilão está previsto para março de 2022. E para avançar nessa agenda, na última reunião do Conselho do PPI de 2021, foi aprovada a qualificação como prioritários de 7 novos projetos de irrigação no PPI, que serão estruturados ao longo de 2022. Entre eles está o Projeto Hidroagrícola Vale do Jequitai, em Minas Gerais, cujos estudos já iniciaram em 2021, por meio de um Procedimento de Manifestação de Interesse.

Tiveram andamento também os estudos, conduzidos pelo BNDES, e as discussões e negociações no âmbito do Governo Federal e dos entes federativos beneficiados pelo Projeto de Integração do Rio São Francisco para definição de modelagem de parceria com o setor privado para operação e manutenção do projeto, a mais importante obra de infraestrutura hídrica do país.

Avançou também o projeto de desestatização da subsidiária da CBTU em Minas Gerais, associado à concessão do Metrô da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Foram concluídos pelo BNDES os estudos de viabilidade da concessão e foi aberta a consulta pública para concessão dos serviços pelo Governo de Minas Gerais, titular do serviço. Os estudos da desestatização da CBTU-MG estão concluídos e Audiência Pública foi realizada em 25 de fevereiro de 2022. A expectativa é que a próxima subsidiária da CBTU a ser desestatizada seja a de Pernambuco, associada à concessão do Metrô da Região Metropolitana de Recife. Em seguida, serão estruturadas as desestatizações das operações de Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. Também estão adiantados os estudos da desestatização da Trensurb e da concessão do Metrô da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Além disso, houve avanço marcante na estruturação de projetos de concessão dos entes subnacionais com apoio do governo federal. Ressalta-se o setor de saneamento básico, que concretizou em 2021 importantes concessões, como as dos estados do Rio de Janeiro, Alagoas e Amapá, estruturadas pelo BNDES. Os leilões realizados em 2021 atraíram 37,6 bilhões de reais para investimentos voltados à universalização do saneamento básico nesses estados, comprovando o enorme potencial do setor, impulsionado pelo Novo Marco Legal do Saneamento Básico, conduzido pelo MDR.

Merece destaque também o setor de iluminação pública. Em 2021 foram realizados, com estruturação do FEP, leilões de PPPs de iluminação pública em Campinas e Patos de Minas, com investimentos previstos de R\$ 214 milhões ao longo do prazo do contrato. Os estudos para modelagem das concessões pelo FEP e pelo BNDES avançaram em 2021 e resultarão em novos leilões em 2022 nos setores de iluminação pública, abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos.

O MDR também iniciou em 2021, ações para estimular a incorporação de critérios ASG (ambiental, social e governança) em projetos de saneamento, segurança hídrica e mobilidade, medida importante para atração de investimentos do setor privado para a carteira de projetos do MDR.

SUBEIXO ESTRATÉGICO: INSTRUMENTOS DE FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

OBJETIVO ESTRATÉGICO	OTIMIZAR A APLICAÇÃO E O ACESSO AOS INSTRUMENTOS DE FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL		
INDICADORES ESTRATÉGICOS	META 2020-2023	META 2021	VALOR APURADO
Índice de Contratações dos FCFs com tomadores de Menor Porte	Alcançar o valor de, no mínimo, 51%, para o ICMP dos Fundos Constitucionais de Financiamento	51%	54,6%
Índice de Contratações nas Tipologias Prioritárias da PNDR com recursos dos FCFs	Alcançar o valor de, no mínimo 55%, para o ICTP dos Fundos Constitucionais de Financiamento	55%	72,1%

RESUMO DE RESULTADOS – PROGRAMAS E INICIATIVAS

PROGRAMA INTEGRAR E DESENVOLVER

INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2020	META 2021	APURAÇÃO
Reestruturação das normas que tratam dos setores prioritários dos Incentivos Fiscais	% de Execução	0	50%	80%
Revisão de modelo de informações enviadas pelos bancos para monitoramento e avaliação dos fundos constitucionais	% de Execução	0	90%	100%
Apresentação de proposta de taxas de juros prefixadas para os Fundos Constitucionais	% de Execução	0	50%	100%

PRINCIPAIS AVANÇOS E PERSPECTIVAS

Avanços na gestão e aplicação de recursos dos Fundos Constitucionais	
1 - Renegociação das Dívidas junto ao Finam/Finor Lei nº 14 165/2024 MP 1 017/2020	6 - Avanços Fundos Constitucionais Lei nº 14 227/2021 MP 1 052/2021
2 - Regulamenta as condições de renegociação Finam/Finor Portaria MDR nº 2.389/2021	7 - Criação do Novo Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável Lei nº 227/2021 MP 1 052/2021
3 - Renegociação das Dívidas junto aos Fundos Constitucionais de Financiamento Lei nº 14 165/2024 MP 1 016/2020	8 - Novas taxas prefixadas para o setor não rural (proposta encaminhada em dezembro/21 ao CMNU)
4 - Regulamenta condições de renegociação dos Fundos Constitucionais de Financiamento Decreto nº 10.836/2021	9 - Novo mecanismo para adesão a fundos garantidores de crédito como garantia ao pequeno tomador
5 - Revisão da Portaria de Informações para Gestão dos Fundos Constitucionais Portaria MDR nº 2.858/2021	10 - Nova regra de compartilhamento de risco (del credere) com instituições parceiras para ampliar o acesso aos recursos dos fundos Portaria MDR nº 3.025/2021

No que tange à otimização da aplicação e acesso a instrumentos de fomento, 2021 foi um ano em que o MDR propôs um conjunto de medidas para aprimorar os fundos sob sua gestão. Foi aprovada a MP 1.017/2020 (Lei nº 14.165/2021), que possibilitou aos bancos operadores do FINAM e FINOR liquidar e renegociar dívidas, atendendo a demanda histórica, regulamentada pela Portaria MDR nº 2.389/2021.

Além disso, a aprovação da MP nº 1.016/2020 (Lei nº 14.166/2021), e sua regulamentação por meio do Decreto nº 10.836/2021, autorizou os bancos operadores dos Fundos Constitucionais de Financiamento a renegociarem operações de crédito já provisionadas ou lançadas totalmente como prejuízo.

Ademais, mais medidas para aprimoramento da gestão dos Fundos Constitucionais de Financiamento foram aprovadas pela MP nº 1.052/2021 (Lei nº 14.227/2021) regulamentadas por meio de Portarias do MDR.

O exercício de 2021 foi um marco para os Fundos Constitucionais de Financiamento (FNO, FNE e FCO) que realizaram o melhor ano de aplicação de recursos de toda sua história. Juntos, esses Fundos aplicaram recursos da ordem de R\$ 48 bilhões, em mais de 700 mil operações de crédito contratadas. Desse total, R\$ 26,2 bilhões (54,6%) foram contratados com tomadores de Faturamento Bruto Anual de até R\$ 16 milhões, considerados tomadores de Menor Porte.

Ainda, considerando-se o valor total contratado, R\$ 34,6 bilhões (72,1%) foram os municípios classificados como de baixa e média renda, independente do dinamismo, considerados prioritários pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

Os valores alcançados superaram as metas estabelecidas. Esses resultados são fundamentais para uma distribuição mais justa dos recursos desses Fundos, de forma a efetivar o desenvolvimento regional e a redução das desigualdades.

Em relação às iniciativas voltadas para o aprimoramento dos fundos, destacam-se os seguintes avanços em 2021:

- Conclusão do alinhamento técnico-jurídico quanto à competência para a definição dos setores da economia prioritários para o desenvolvimento regional nas áreas de atuação da Sudam e da Sudene, com a elaboração do parecer de mérito e as minutas de decreto e de exposição de motivos da proposta de alteração do Decreto nº 8.276/2014, que aprova a estrutura regimental da Sudene, e a revogação dos Decretos nº 4.212 e 4.213, ambos de 2002, que definem os setores prioritários nas áreas de atuação da Sudam e Sudene, respectivamente;

- Publicação da Portaria MDR nº 2.858, de 17 de novembro de 2021, que dispõe sobre o fornecimento, pelos bancos administradores dos fundos constitucionais de financiamento, das informações necessárias à supervisão, ao acompanhamento, ao controle da aplicação dos recursos e à avaliação de desempenho desses fundos, com base no art. 7º da Lei n. 10.177, de 12 de janeiro de 2001. Com isso, o MDR poderá atuar de forma mais participativa na aplicação dos recursos dos fundos, inclusive apontando a necessidade de ajustes pelos bancos;

- Encaminhamento, pelo MDR ao Ministério da Economia, de proposta de resolução do Conselho Monetário Nacional que visa definir a metodologia de cálculo dos encargos financeiros incidentes sobre os financiamentos de operações de crédito não rural com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento. A proposta tem como principal avanço a definição de taxas de juros pós e pré-fixadas nas operações não rurais, contratadas com recursos dos fundos constitucionais.

Por fim, cumpre destacar que estão previstos para 2022 avanços com a elaboração de projeto de desinvestimento do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e do Fundo de Investimento da Amazônia (Finam), bem como a revisão da sistemática de monitoramento e acompanhamento dos Fundos Regionais de Desenvolvimento.

Fundos Constitucionais de Financiamento (FCO, FNE, FNO)

A Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, ao regulamentar o artigo 159, inciso I, alínea "c" da Constituição da República Federativa do Brasil, criou os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social das Regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, por meio das instituições financeiras federais de caráter regional, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos.

Os recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento são os principais instrumentos de financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

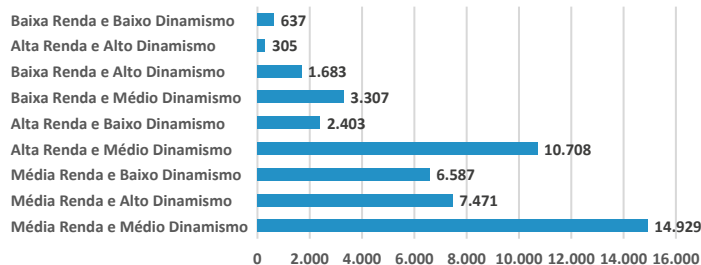
Os recursos que compõem esses Fundos correspondem a 3% do produto da arrecadação do IPI e IR. Deste Total, cabe ao FNO 0,6%, ao FCO 0,6% e ao FNE 1,8%. Integram ainda a fonte de recursos desses Fundos os retornos e resultados de suas aplicações, o resultado da remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados, calculado com base em indexador oficial e as disponibilidades dos exercícios anteriores.

A Programação anual de aplicação dos recursos disponíveis para o exercício é realizada com base nos marcos regulatórios dos Fundos Constitucionais, nas diretrizes e prioridades emanadas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), e pelas Superintendências do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), da Amazônia (Sudam), e do Centro-Oeste (Sudeco), respaldados pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), nos direcionamentos obtidos junto aos governos federal, estaduais e municipais, valendo-se da experiência dos Bancos Administradores dos Fundos.

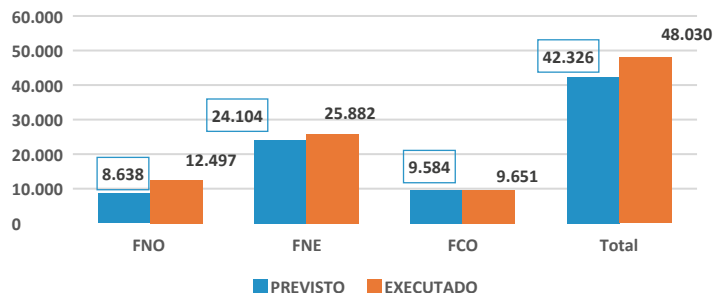
Para o exercício de 2021, as Diretrizes e as Orientações Gerais para a aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento foram estabelecidas pela Portaria MDR nº 2.175, de 13/08/2020.

A previsão de aplicação com os recursos dos Fundos Constitucionais para o exercício de 2021 foi na ordem de R\$ 42.326 milhões. No entanto, conforme se observa nos gráficos abaixo, a aplicação total dos Fundos Constitucionais no exercício de 2021 alcançou o montante de R\$ 48.030 milhões, o que representa um desempenho de 13,47% acima do valor previsto para o ano, sendo R\$ 12.497 milhões aplicados na Região Norte (FNO), com um total de 23.231 operações contratadas, R\$ 25.882 milhões na Região Nordeste (FNE), com 651.109 operações realizadas, e R\$ 9.651 milhões no Centro-Oeste (FCO), com 20.745 operações de crédito.

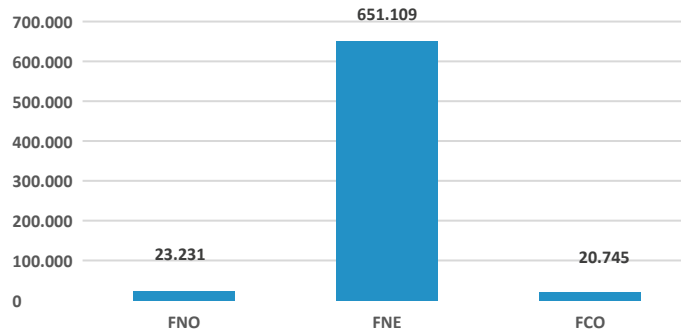
Valor Contratado de acordo com as Tipologias da PNDR - 2021 (R\$ milhões)



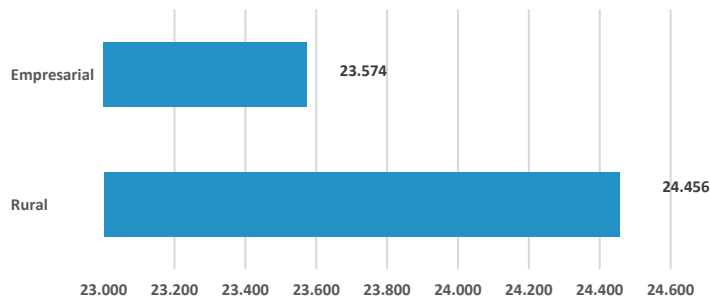
Valor Previsto/Valor Contratado - 2021 (R\$ milhões)



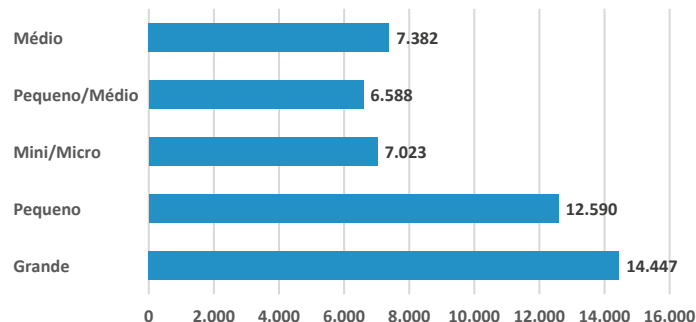
Quantidade de Operações Contratadas por Fundo - 2021



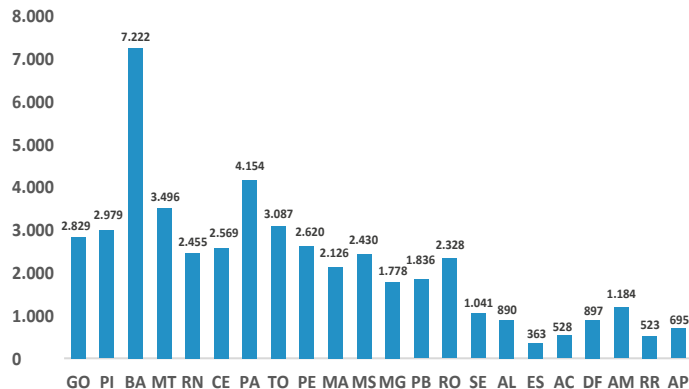
Valor Contratado por Setor - 2021
(R\$ milhões)



Valor Contratado por Porte - 2021
(R\$ milhões)



Valor Contratado por UF - 2021
(R\$ milhões)



O Ministério do Desenvolvimento Regional, ao estabelecer as Diretrizes e as Orientações Gerais para a aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento no exercício de 2021, mediante a Portaria MDR nº 2.175, de 13/08/2020, buscou fixar diretrizes que alinhasse a destinação dos recursos para atender a projetos de grande relevância para o desenvolvimento regional, e que fosse reservada, conforme previsão legal, a maior parte dos recursos para o tratamento preferencial às atividades produtivas de mini e pequenos produtores rurais e de micro e pequenas empresas, com foco na geração de emprego e renda em contribuição aos objetivos da política regional.

Continuidade no exercício de 2021 das medidas no âmbito dos Fundos Constitucionais para mitigar os impactos causados pela pandemia Covid-19

Visando amenizar os efeitos negativos da crise, o Conselho Monetário Nacional (CMN) publicou, em abril de 2020, após proposição do Ministério do Desenvolvimento Regional ao Ministério da Economia, a Resolução nº 4.798, de 6 de abril de 2020, que instituiu linhas de crédito especiais com recursos do FNO, do FNE e do FCO, e possibilitou, para as operações não rurais, a suspensão, por até doze meses, das parcelas dos financiamentos vencidas e vincendas até dezembro de 2020.

Em decorrência da permanência da crise sanitária e do término do financiamento por meio de linhas emergenciais e da prorrogação de parcelas vencidas e vincendas em 2020, autorizadas mediante a Resolução CMN nº 4.798, de 6 de abril de 2020, o MDR propôs ao ME que submetesse ao CMN a edição de nova resolução, que entre outras medidas, autorizasse as instituições financeiras administradoras dos Fundos Constitucionais de Financiamento a continuarem com as medidas contidas na Resolução nº 4.798/2020.

Assim, em abril de 2021, mediante a Resolução CMN n. 4.908, as parcelas com vencimento em 1º de janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2021 das operações de crédito não rural realizadas com instituições financeiras administradores do FNO, FNE e FCO foram prorrogadas por mais doze meses.

Resultados dos Fundos de Desenvolvimento Regional

Com relação aos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), do Nordeste (FDNE) e do Centro-Oeste (FDCO), os esforços em 2021 foram no sentido de dar continuidade ao trabalho de desburocratização, revisão e simplificação do processo de concessão de crédito com recursos desses Fundos.

O objetivo desse trabalho é tornar a operacionalização dos Fundos de Desenvolvimento mais célere, eficiente e eficaz, com critérios mais adequados e melhores condições para a oferta dos recursos desses Fundos ao financiamento dos diversos setores da economia, visando à geração de emprego e renda nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Nesse sentido, destaca-se em 2021 a publicação da Portaria Interministerial MDR/ME nº 2, de 22 de junho de 2021, que estabelece as normas de estruturação e padronização dos procedimentos básicos para aprovação da participação financeira do FDA e do FDCO em projetos, além de dispor sobre as informações necessárias à supervisão, ao acompanhamento, ao controle e à avaliação da aplicação desses recursos.

Destaca-se também a publicação da Portaria MDR nº 1.369/2021 que define as diretrizes e orientações gerais para a aplicação dos recursos dos Fundos de Desenvolvimento Regional e dos Fundos Constitucionais de Financiamento para os exercícios de 2022 e 2023, bem como para a integração desses instrumentos com a política de Incentivos Fiscais, tendo como uma das diretrizes principais o apoio à recuperação e preservação das atividades produtivas afetadas pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

No que tange à aplicação dos recursos, em 2021 foram disponibilizados cerca de R\$ 4,3 bilhões à conta dos Fundos de Desenvolvimento Regional, sendo R\$ 286,1 milhões para o FDA, R\$ 3,0 bilhões para o FDNE e R\$ 962,7 milhões para o FDCO, conforme tabela a seguir.

Fundo	Recursos aprovados 2021	Empenhos				Desembolsos			
		Projetos	Valor Projetos	Atividades P&D (Sups)	Total	Projetos	Valor projetos	Despesa (Sups)	Total
FDA	286,1	1	286,1	0	286,1	3	184,1	3,7	187,8
FDNE	3.073,7	33	3.063,3	10,3	3.073,7	9	592,3	11,8	604,2
FDCO	962,7	8	1.897,5	0	1.897,5	1	13,0	0,3	13,3

(R\$ milhões)

A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), responsável pela administração da carteira do FDA, informou o empenho, em 2021, do valor de R\$ 286,1 milhões, referente a um projeto do setor de infraestrutura/energia, bem como a liberação do montante de R\$ 184,1 milhões a 3 projetos também do setor de infraestrutura/energia.

Já a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), administradora do FDNE, informou que foram empenhados no exercício R\$ 3,0 bilhões, referentes a 33 diferentes projetos do Fundo. Além disso, em 2021 a Sudene informou a contratação de 14 novos projetos, todos no setor de infraestrutura/energia, perfazendo o equivalente a R\$ 2,8 bilhões de investimentos na região, sendo R\$ 1,8 bilhão de participação do Fundo. Ainda, em 2021 foram liberados aproximadamente R\$ 592,3 milhões a 9 diferentes projetos apoiados pelo FDNE.

Por fim, a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), responsável pela carteira do FDCO, informou o empenho em 2021 do montante de R\$ 1,9 bilhão, referente a 8 projetos que serão apoiados pelo Fundo, além da liberação, no exercício, de R\$ 13,0 milhões do Fundo a um projeto do setor de transporte rodoviário.

Resultados dos Fundos de Investimento

Os Fundos de Investimentos da Amazônia (Finam) e do Nordeste (Finor) foram criados em 1974 com a finalidade de alavancar o desenvolvimento das regiões da Amazônia e do Nordeste, por meio da concessão de crédito ao setor produtivo, reduzindo, assim, as desigualdades regionais e socioeconômicas.

No entanto, a complexidade da sistemática, somada ao número de órgãos envolvidos em seu funcionamento (antigas Superintendências de Desenvolvimento Sudam/Sudene, Receita Federal do Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional, Bancos Operadores) e os diversos acontecimentos econômicos dos anos 1990, com efeitos que repercutiram no Brasil e no mundo, culminaram no atraso da implantação dos projetos de empresas que tomaram créditos perante o Finam e o Finor, resultando na elevada inadimplência no pagamento dessas dívidas, frustrando o objetivo de retroalimentação destes Fundos.

Dessa forma, o MDR vem realizando, há alguns anos, um trabalho de saneamento das carteiras desses Fundos, juntamente com a proposição de medidas para a renegociação das dívidas das empresas. O objetivo final é pôr termo à forma de financiamento concedido pelos Fundos de Investimentos, encerrando suas carteiras e conferindo maior autonomia aos Bancos Operadores quanto à administração financeira e orçamentária, permitindo que sejam recuperados administrativamente e de forma mais célere os empréstimos realizados ao longo dos anos por meio do Finam e do Finor.

Assim, no exercício de 2021, destaca-se a conversão da Medida Provisória nº 1.017, proposta pelo MDR em 2020, na Lei nº 14.165/2021, que dispõe sobre a possibilidade de quitação e de renegociação das dívidas em debêntures do Finam e do Finor, além de estabelecer as diretrizes para o desinvestimento, a liquidação e a extinção desses Fundos. Na mesma linha, registra-se a publicação da Portaria MDR nº 2.389, de 23 de setembro de 2021, que disciplina os procedimentos, os requisitos e condições para a renegociação das dívidas e o encerramento dos Fundos.

Com relação à administração das carteiras do Finam e do Finor, destacam-se as seguintes atividades realizadas no decorrer do exercício de 2021 pelas Representações do Norte (Renort) e do Nordeste (Renor), unidades vinculadas à Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Regional:

Atividades Desenvolvidas	Quantidade
Ações de Campo (Acompanhamentos de projetos)	4
Instauração de Processo Administrativo Apuratório	4
Cancelamentos de Incentivos	11
Liberação de Recursos	1
Cobranças Administrativas	6
Emissões de Certificado de Empreendimento Implantado - CEI	7
Encaminhamentos de Processos às Procuradorias da Fazenda Nacional (PNFs)	2
Repactuações de Dívidas em Debêntures	4
Revisão Administrativa	1
Total	40

A perspectiva para 2022 é dar continuidade ao trabalho de saneamento das carteiras e de renegociação de dívidas para, enfim, possibilitar o desinvestimento e a extinção desses Fundos.

Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável

Em 2021, foi lançado o Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável criado a partir da reestruturação do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE), utilizando os recursos atualmente disponíveis, na ordem de R\$ 780 milhões.

O Fundo terá três finalidades que visam apoiar o ciclo completo de investimentos em infraestrutura:

- Viabilizar a estruturação e o desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas (PPPs) da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios do País;
- Concessão de garantias destinadas à cobertura dos riscos relacionados ao descumprimento de obrigações pecuniárias assumidas pelo parceiro público em projetos resultantes de parcerias público-privadas; e Participação em fundos de investimento regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM;
- Projetos resultantes de parcerias público-privadas; e Participação em fundos de investimento regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

O Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável, regulamentado pelo Decreto nº 10.918, de 29 de dezembro de 2021, representa um avanço importante para o desenvolvimento da infraestrutura do Brasil, por meio da atração do capital privado, já que a cada R\$ 1 milhão investido pelo poder público em projetos, há estimativas de investimentos privados da ordem de R\$ 100 milhões.

O novo instrumento priorizará os projetos situados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, especialmente pela disponibilização de recursos e apoio técnico para que estados e municípios elaborem os estudos que permitam a expansão e a melhoria da qualidade dos serviços públicos ofertados à população por meio da sua concessão à iniciativa privada.

Resultados do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS

O FGTS tem como missão constituir reserva financeira para o trabalhador, de acordo com seu tempo de serviço, e fomentar o investimento, contribuindo para o desenvolvimento do País e para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira. O Ministério do Desenvolvimento Regional atua como Gestor das Aplicações desse Fundo que, por intermédio da Secretaria-Executiva, é responsável por, acompanhar e definir metas para fomentar o desenvolvimento regional por meio da execução dos programas de habitação popular, saneamento básico e infraestrutura urbana previstos no orçamento do FGTS.

Nesse âmbito, em 2021, foram aprovadas duas resoluções orçamentárias: A primeira aprovada por intermédio da Resolução nº 1.009, de 13 de setembro de 2021, tratou da reformulação dos orçamentos operacional, financeiro e econômico para o exercício de 2021, e do orçamento plurianual de aplicação, para o período 2022-2024. Quanto à reformulação destaca-se a aprovação, para a área de habitação, do remanejamento de R\$ 851.425.000,00 (oitocentos e cinquenta e um milhões e quatrocentos e vinte e cinco mil reais), a fim de garantir a disponibilidade de recursos para a demanda por contratações nos referidos programas e regiões. Adicionalmente foi aprovada a redução, em caráter temporário, na taxa de juros do Grupo G3 e do Programa Pró-Cotista, com vistas a incentivar a contratação por este público alvo.

A segunda, aprovada na forma da Resolução nº 1.013 de 18 de novembro de 2021, trata dos orçamentos operacional, financeiro e econômico para o exercício de 2022, bem como dos respectivos orçamentos plurianuais, para o período 2023-2025. Para 2022, o orçamento aprovado para Habitação foi de R\$ 64,4 bilhões para a contratação de obras (+ R\$ 6,9 bilhões) e R\$ 8,5 bilhões em subsídios para a aquisição de moradias (+ R\$ 500 milhões).

Destaca-se que até 2025, estão previstos R\$ 278 bilhões para a construção de novas residências através do programa Casa Verde e Amarela. Além desse valor, R\$ 34 bilhões serão disponibilizados até 2025 para a concessão de descontos nos financiamentos para a aquisição da casa própria a pessoas físicas com renda familiar mensal de até R\$ 4 mil - um incremento de R\$ 4,5 bilhões com relação ao orçamento anterior. Ressalta-se, ainda, a incorporação das "Operações de Mercado do FGTS", a partir do exercício de 2022, uma nova modalidade de aplicação contemplando os programas de saneamento básico e infraestrutura urbana, e que permitirá a expansão do investimento público e contribuirá no alcance da missão do Fundo.

Para além das ações elencadas, previsão normativa acima relatados, foram realizados remanejamentos de recursos entre programas e entre Unidades da Federação, por

solicitação do Agente Operador do Fundo, não resultando em prejuízo para nenhuma das modalidades de aplicação e materializaram-se por meio das seguintes instruções normativas - IN's do MDR: IN nº 22, de 06 de julho de 2021; IN nº 23, de 14 de julho de 2021; IN nº 40, de 28 de setembro de 2021; IN nº 44, de 25 de outubro de 2021; e IN nº 48, de 8 de dezembro de 2021.

Por fim, há de se destacar a aprovação das metas para o exercício de 2021 dos Indicadores Estratégicos do FGTS (Resolução nº nº 1.005, de 5 de agosto de 2021), utilizados para o acompanhamento da execução dos objetivos estratégicos, cujos resultados podem ser acompanhados no site do FGTS.

Revisões Normativas

No que tange às revisões normativas, cumpre citar, a revisão da metodologia de descontos para fins de pagamento de parte da aquisição ou construção de imóveis, com o objetivo de ampliar os níveis de contratação de famílias com renda mensal bruta de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e melhorar a performance das contratações nas regiões Norte e Nordeste, por meio da Resolução nº 1.008, de 13 de setembro de 2021.

Outra ação importante realizada no exercício reside na criação do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 319, de 24 de fevereiro de 2021, cujo escopo foi o aprimoramento das linhas programáticas financiadas com recursos do FGTS destinados aos mutuários públicos nas áreas de habitação popular, saneamento básico e infraestrutura urbana, visando, com isso, dar maior celeridade à realização das operações de crédito e tornar o Fundo uma linha de crédito mais competitiva.

Como medida de melhoria da gestão, ressalta-se a disponibilização do novo painel de informações (link <http://paineis.mdr.gov.br>), que permite o acompanhamento contínuo da gestão da aplicação do Fundo, conferindo maior transparência ao Conselho Curador e à sociedade.

Finalmente, enfatiza-se que outras ações relevantes e os desafios enfrentados durante o exercício de 2021 na aplicação dos recursos do FGTS serão apresentados por meio do Relatório de Gestão específico do Fundo, que será publicado no sítio do FGTS (link www.fgts.gov.br).

Orçamento Operacional FGTS – Exercício 2021

Contratação e Metas Físicas

Áreas Orçamentárias	Orçamento Original	Orçamento Final	Execução	%	Valor de Investimento
Habitação	R\$ 65.000.000.000,00	R\$ 68.000.000.000,00	R\$ 54.712.295.608,60	80,46%	R\$ 68.707.827.940,41
Saneamento Básico	R\$ 4.000.000.000,00	R\$ 4.000.000.000,00	R\$ 1.171.061.856,45	29,28%	R\$ 1.607.748.870,05
Infraestrutura Urbana	R\$ 5.000.000.000,00	R\$ 5.000.000.000,00	R\$ 159.249.286,96	3,18%	R\$ 171.635.501,97
Total	R\$ 74.000.000.000,00	R\$ 77.000.000.000,00	R\$ 56.042.606.752,01	72,78%	R\$ 70.487.212.332,43

Fonte: Base de dados do Agente Operador e Painel FGTS MDR (<http://painel.mdr.gov.br/>)

Posição: 06/01/2022

Observação: Valor de investimento = Financiamento FGTS + contrapartida

Áreas Orçamentárias	Metas físicas Unidade	Quantidade	Empregos gerados
Habitação	Famílias beneficiadas	354.056*	1.523.589
Saneamento Básico	Habitantes Beneficiados	2.522.658	46.874
Infraestrutura Urbana		203.216	3.776
		Total	1.574.239

*Considera, apenas, a contratação com pessoas físicas no exercício.

*Considera, apenas, a contratação com pessoas físicas no exercício.

Governança e Gestão Corporativa

Governança e Gestão Corporativa é o eixo que fornece a base fundamental para a atuação de todas as unidades do MDR. A governança está intimamente ligada com o direcionamento estratégico da organização, com fundamento em evidências e levando em conta os interesses da sociedade brasileira e das partes interessadas. A gestão, por sua vez, envolve o planejamento, a implementação das diretrizes estabelecidas e seu controle a fim de viabilizar a adequada execução da estratégia organizacional (TCU, 2021).

A Governança e Gestão Corporativa está organizada em 6 subeixos estratégicos: i) governança; ii) gestão de pessoas; iii) gestão de tecnologia; iv) gestão de contratações e logística; v) gestão orçamentária e financeira; e vi) comunicação interna e externa.

O primeiro engloba as ações relacionadas às temáticas liderança, estratégia, controle, riscos e integridade do Ministério.

O segundo engloba todas as ações relacionadas a pessoal, como capacitação/qualificação, promoção da qualidade de vida no trabalho, recrutamento, seleção etc.

O terceiro corresponde às ações de planejamento e desenvolvimento de tecnologias, em especial as de informação e comunicação, para apoio às atividades do Ministério.

O quarto relaciona-se às ações voltadas para a provisão de serviços, materiais e infraestruturas às unidades do Ministério.

O quinto envolve as ações voltadas para o adequado aproveitamento das dotações e recursos disponibilizados para execução das competências do Ministério

O sexto engloba a comunicação organizacional e a gestão do conhecimento, bem como a comunicação com a sociedade.

A seguir, são apresentados os principais resultados e perspectivas para cada uma dessas áreas.

GOVERNANÇA

OBJETIVO ESTRATÉGICO	CONSOLIDAR UM MODELO DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA PAUTADO PELA INTEGRAÇÃO E INOVAÇÃO, COM FOCO EM RESULTADOS.		
INDICADORES ESTRATÉGICOS	META 2020-2023	META 2021	VALOR APURADO
Índice Integrado de Governança e Gestão Pública (IGG)	Alcançar o valor de 60% para o Índice Integrado de Governança e Gestão Pública (IGG) até 2023	50%	51%
Índice de Maturidade em Gestão de Riscos	Atingir 70% de maturidade em gestão de riscos (Nível de Maturidade Aprimorado)	50%	52,68%

RESUMO DE RESULTADOS - PROGRAMAS E INICIATIVAS

PROGRAMA GESTÃO ESTRATÉGICA E ESTRUTURAÇÃO DE GOVERNANÇA				
INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2020	META 2021	APURAÇÃO
Implantação de modelo de gestão estratégica de processos	% de Execução	0	20%	31%
Projeto Fortalecimento da governança no MDR	% de Execução	0	20%	37,75 %
Novo sistema corporativo de gestão da carteira de investimentos (MDR Investe)	% de Execução	5,88%	23,53%	22,05%
Implantação de controles de qualidade de dados da carteira de investimentos do MDR	% de Execução	40%	85%	55%
Implantação de modelo de excelência em planejamento e gestão estratégica	% de Execução	0	47,5%	49%

PROGRAMA GESTÃO DE RISCOS, INTEGRIDADE E TRANSPARÊNCIA

INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2020	META 2021	APURAÇÃO
Implementar a gestão de riscos nos processos prioritários	% de Execução	0	-	-
Criação e aplicação de instrumento de avaliação do Programa de Integridade	% de Execução	0	-	-
Disponibilização de bases do MDR em formato de dados abertos	% de Execução	0	44%	16%

Principais Avanços e Perspectivas

Para acompanhamento dos avanços no que se refere à governança do MDR são adotados dois indicadores, o Índice Integrado de Governança e Gestão Pública (iGG) e o Índice de Maturidade em Gestão de Riscos.

Quanto ao primeiro, trata-se de indicador elaborado pelo Tribunal de Contas da União que avalia o avanço das organizações em termos de sua governança e gestão e permite ter uma visão comparativa com as demais instituições da Administração Pública Federal. No ano de 2021, O MDR obteve um aumento de seu índice em relação à apuração anterior, voluntária, passando de 47% para 51%.

No âmbito do planejamento estratégico foi criado o programa específico para tratar da melhoria da gestão estratégia e o fortalecimento da governança.

Nesse sentido, uma iniciativa relevante foi o Projeto Fortalecimento da Governança, em que foram identificadas as necessidades de aprimoramento e se iniciou uma articulação intensa para a construção de uma agenda e de planos de trabalho para as diversas áreas envolvidas com os fatores avaliados no âmbito do iGG. Atualmente, as iniciativas previstas nos planos de trabalho estão em andamento e espera-se uma grande melhoria dos resultados do índice já em 2022.

No exercício de 2021, também foram dados importantes passos para a implantação de um modelo de excelência em planejamento e gestão estratégica, com destaque para uma ampla revisão do PEI, a qual trouxe melhorias metodológicas, além de novidades como a criação do novo Sistema de Gestão do Planejamento Estratégico (Sisplan 2.0), do Portal da Estratégia (ferramenta de comunicação interna da estratégia) e a concepção inicial do Painei Estratégico. Para 2022 haverá a implantação gradual de dinâmica de realização de reuniões de monitoramento constantes dentro de cada temática tratada no PEI para efetivação da gestão da estratégia.

Também houve avanço na implantação do modelo de gestão estratégica de processos, com a construção da Cadeia de Valor MDR e criação do Painel Repositório de Processos, para a organização da base de informações de processos. Para 2022 está prevista a integração do Painel ao Portal da Estratégia, a publicação de metodologia de gestão de processos e definição da carteira de processos prioritários para mapeamento.

Ao longo de 2021, também foram envidados esforços na implantação de um novo sistema corporativo para o cadastro e o acompanhamento da carteira de investimentos (MDR investe), integrado aos sistemas de seleção existentes, além de um projeto de implantação de controles de qualidade de dados, iniciativa que visa à melhoria da qualidade das informações sobre a carteira de investimentos do MDR, por meio da integração de bases de dados existentes, formalização e normatização de processos e definição de regras de inconsistência e controles de monitoramento. Iniciativas com previsão de conclusão em 2022.

Com relação à maturidade em gestão de riscos, o indicador revelou o resultado de 52,68%, em 2021, que se mostra adequado, uma vez que o MDR ainda está no segundo ano da implementação da gestão de riscos. Destaque-se, a esse respeito, a participação dos gestores, com sugestões de melhoria e reconhecimento do trabalho realizado.

Para 2022 estão previstas no âmbito do programa de gestão de riscos integridade e transparência, a implementação da gestão de riscos nos processos prioritários do MDR e a criação e aplicação de instrumento para avaliação do programa de integridade.

Por fim, há de se destacar importante entrega realizada em 2021: o início da publicação das bases de dados do MDR no Portal de Dados abertos, um avanço significativo para a transparência e para o controle social. Para 2022 está prevista a implantação de diversas novas bases de dados da Pasta.

1. CONFORMIDADE LEGAL

Legislação Aplicada

Para assegurar a conformidade com a Lei nº 8112/1990 e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, o Ministério do Desenvolvimento Regional observa o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referenciadas pelo Governo Federal e aos apontamentos dos órgãos de controle.



Reposição ao Erário

Foram instaurados processos para reposição de valores recebidos indevidamente por servidores aposentados e beneficiários de pensão civil.

Total Restituído aos Cores Públicos em 2021: **R\$ 63.681,91**

Prestação de Informações

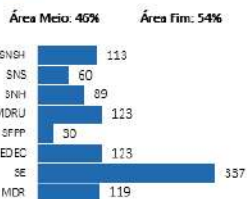
48 Atendimento às demandas da Auditoria e do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)

2. AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

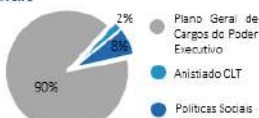
O quadro de pessoal do MDR finalizou o ano de 2021, com 1.204 servidores, empregados públicos, contratados temporários e estagiários.

Fem: 46,2% Masc: 53,8% PCD: 1,8%

Distribuição da Força de Trabalho por Unidade de exercício



Distribuição do Quadro Permanente em Carreira



Distribuição da Força de Trabalho por situação funcional



Evolução da Força



Servidores com Condições de Aposentadoria

20

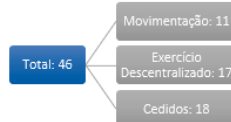
3. RECOMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Processos Seletivos

Para recomposição da força de trabalho do MDR foram abertos processos seletivos para servidores das carreiras transversais e para ocupação de cargos/funções vagas.



Recomposição Realizadas



Alocação de Servidores

Em 2021, **43** servidores foram movimentados internamente a fim de adequar os perfis profissionais à necessidade de pessoal das unidades.

Despesas com Pessoal

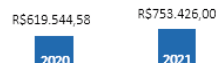
As despesas com pessoal aumentaram em relação ao ano anterior, tendo em vista a reestruturação de cargos e funções do MDR, nos termos do Decreto nº 10.773, de 23 de agosto de 2021.

Além da reestruturação regimental do órgão, a contratação de estagiários e a recomposição da força de trabalho também contribuíram para o aumento das despesas.

Ajuda de Custo



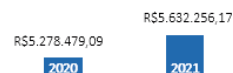
Auxílio Moradia



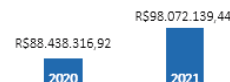
Benefícios



Inativos e Pensionistas



Ativos



4. ESTRATÉGIAS DE VALORIZAÇÃO POR DESEMPENHO

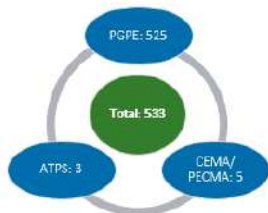
Avaliação de desempenho

O desempenho dos servidores é aferido anualmente por meio de processo de avaliação de desempenho, utilizando como referência as metas de desempenho institucional definidas para cada ciclo avaliativo. O ciclo avaliativo do MDR iniciou no dia 2/1/2021 e finalizou no dia 1/1/2022. Foram avaliados:

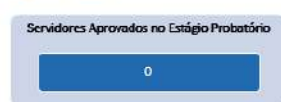


Progressão funcional

A progressão/promoção funcional é realizada com a participação de todos os servidores ativos que não se encontram no topo do cargo, com o intuito de promover o desenvolvimento funcional dentro da carreira a que pertencem.



Estágio Probatório



5. ESTRATÉGIAS PARA ALAVANCAR O DESEMPENHO E EFICIÊNCIA

Plano de Desenvolvimento de Pessoas

O Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) é um instrumento instituído pelo Decreto 9.091 de 28 de agosto de 2019, com a finalidade de elencar as ações de desenvolvimento necessárias à consecução dos objetivos institucionais de cada órgão.

Carga horária das ações de desenvolvimento



Número de ações de desenvolvimento



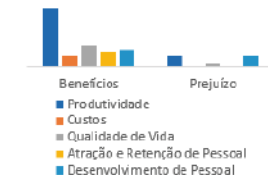
Orçamento utilizado nas ações de desenvolvimento

O orçamento utilizado para ações de capacitação de servidores e empregados públicos totaliza o valor:



Programa de Gestão

Em 2021, o programa de gestão foi ampliado, conforme orientações, critérios e procedimentos gerais previsto na Instrução Normativa nº 65, de 30 de julho de 2020. O programa de gestão demonstrou ser uma ferramenta eficaz para o aumento do desempenho e da eficiência.

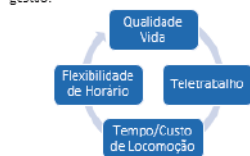


Fonte: Relatório de Ambientação das Unidades: CONJUR, SE, SEDUC, SNGH, SMDRU, SNIH e SNG

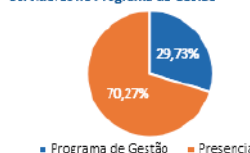
6. VALORIZAÇÃO DO AMBIENTE E DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

Programa de Gestão

Na linha da valorização do ambiente e das condições de trabalho, alguns fatores tiveram uma melhora significativa com o programa de gestão:



Servidores no Programa de Gestão



7. PRINCIPAIS DESAFIOS



Gestão de Pessoas no Planejamento Estratégico do MDR

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIA E A VALORIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO, COM FOCO NO DESEMPENHO INSTITUCIONAL E NA MELHORIA DO CLIMA ORGANIZACIONAL			
	INDICADORES ESTRATÉGICOS	META 2020-2023	META 2021	VALOR APURADO
Taxa de servidores capacitados	Aumentar para 76% a proporção de servidores capacitados.	65%	38,42%	

RESUMO DOS RESULTADOS – PROGRAMAS E INICIATIVAS

PROGRAMA GESTÃO POR COMPETÊNCIAS

INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2020	META 2021	APURAÇÃO
Projeto de mapeamento de competências	% de Execução	27,8%	66,65%	77,50%
Projeto de dimensionamento da força de trabalho	% de Execução	0	5,55%	1,66%

PROGRAMA VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR

INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2020	META 2021	APURAÇÃO
Maratona do Conhecimento	% de Execução	0	5%	9,5%
Projeto de Implantação de Política de Sucessão de Líderes	% de Execução	0	60%	84%
Mestrado Profissional em Gestão Pública	% de Execução	0	10%	30%
MBA em Orçamento Público: Planejamento, Financiamento e Governança Pública	% de Execução	0	45%	55,5%
Elaboração do Plano de ação voltado para a melhoria do Clima Organizacional	% de Execução	0	68%	62,5%
Aperfeiçoamento da Governança na Gestão de Pessoas	% de Execução	0	15%	49,5%

Principais Avanços e Perspectivas

Quanto ao indicador de taxa de capacitação dos servidores, verificou-se que 38,42% dos servidores foram capacitados. O resultado foi afetado especialmente pela pandemia do COVID-19. Entre os principais desafios encontrados, destaca-se o cancelamento de eventos de capacitação presencial; capacitação on-line dos servidores em trabalho remoto sem comunicação à gestão de pessoas; e dificuldades operacionais na adaptação das capacitações presenciais para capacitações virtuais.

Dentre os principais avanços obtidos em 2021, destacam-se as ações iniciadas relativas aos Programas de Gestão por Competências e Valorização do Servidor.

No âmbito do Programa de Gestão por Competências, em 2021, destacam-se os avanços da iniciativa do projeto de mapeamento de competências, com a entrega do Relatório Final juntamente com a proposta para o Modelo de Mapeamento de Competências a ser implementado no MDR.

Na iniciativa Projeto de dimensionamento da força de trabalho, destaca-se o envio de ofício manifestando Interesse deste MDR na implantação do modelo referencial de gestão do dimensionamento da força de trabalho, disponibilizado pelo Ministério da Economia (ME) aos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC).

No que se refere ao Programa de Valorização do Servidor destaca-se o início do projeto de desenvolvimento da iniciativa Maratona do Conhecimento, que envolverá a oferta de cursos específicos e a definição de planos de desenvolvimento individuais a partir de realização de pesquisa de domínio de competências gerenciais.

Além dessa iniciativa, serão realizados em 2022 cursos de desenvolvimento de altas lideranças, cursos de pós-graduação lato sensu (MBA de planejamento, financiamento e governança pública), e cursos de pós-graduação strictu sensu (mestrado profissional em gestão pública).

Ainda dentro do mencionado Programa, destaca-se a disponibilização às autoridades competentes da minuta de Portaria para instituir a Política de Sucessão de Líderes, que visa construir uma rede de servidores públicos de alto nível, aptos a atuarem como líderes inovadores e a ocupar cargos e funções estratégicas no Ministério do Desenvolvimento Regional.

Por fim, há de se destacar o desenvolvimento de plano de ação para melhoria do clima organizacional e a realização da iniciativa Aperfeiçoamento da Governança na Gestão de Pessoas, que envolverá o estabelecimento em 2022 de novos indicadores para monitoramento de aspectos relevantes da gestão de pessoas, de forma que o MDR passe a adotar boas práticas de governança na área.

Gestão de Tecnologias

O MDR tem empreendido uma série de ações para assegurar a conformidade legal da governança e da gestão de TI, dentre as quais se destacam:

- criação da coordenação de governança de TI, aprimoramento do funcionamento do Comitê de Governança Digital (CGD) e da Comissão Técnica do Comitê de Governança Digital,
- execução e monitoramento dos principais planos de TI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTIC 2020-2022), Plano de Dados Abertos e
- Plano de Transformação Digital.

A figura abaixo representa o modelo de governança de TIC adotado, ilustrando seus principais elementos.



A seguir são apresentados os resultados da área de tecnologia no âmbito do MDR.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROVER E DISPONIBILIZAR TEMPESTIVAMENTE SOLUÇÕES DE TI INTEGRADAS, SEGURAS E DE ALTO DESEMPENHO			
INDICADORES ESTRATÉGICOS	META 2020-2023	META 2021	VALOR APURADO	
Índice de execução das ações do PDTIC	Realizar 40% das ações previstas	40%	51%	
Índice de atendimentos de chamados de TI dentro do prazo	Atender 99% dos chamados de TI no prazo contratado	99%	97,42%	

RESUMO DE RESULTADOS - PROGRAMAS E INICIATIVAS

PROGRAMA APRIMORAMENTO DA SEGURANÇA DE TIC				
INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2020	META 2021	APURAÇÃO
Realizar estudo de conformidade às normas de segurança de TIC existentes	% de Execução	-	-	-
Implantação da Equipe de Tratamento de incidentes de Rede-ETIR	% de Execução	-	-	-
Orientação regular aos usuários acerca da segurança de TIC	Quantidade de ações realizadas de orientação aos usuários	-	2	1

PROGRAMA MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA				
INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2020	META 2021	APURAÇÃO
Renovação de soluções de Segurança em TIC	% de Execução	-	100%	75,5%
Disponibilização de Apoio Técnico Especializado em TIC	% de Execução	-	100%	40%
Disponibilização de Serviços de Inteligência Artificial e de Dados	% de Execução	-	55%	55%

Principais Avanços e Perspectivas

Em 2021, verificou-se que aproximadamente metade as ações do PDTIC foram efetivamente executada, superando a meta inicialmente prevista (40%). Destaca-se que a meta para o período havia sido estipulada considerando as dificuldades orçamentárias e de escassez de pessoal enfrentadas nos últimos anos. Entretanto, fatores como a reestruturação do MDR e o apoio do Ministério da Economia na transformação digital viabilizaram sua superação.

O aumento do volume de serviços e o surgimento de situações adversas foram alguns dos fatores que impactaram o atingimento das metas pactuadas no Índice de Atendimento de Chamadas de TI dentro do prazo, cujo resultado verificado em 2021 foi de 97,42%.

No Programa de Aprimoramento da Segurança de TIC, avançou-se com o início da implantação da orientação regular aos usuários acerca da segurança de TIC. Para 2022 será iniciado estudo de conformidade às normas de segurança de TIC existentes e a implantação de uma Equipe de Tratamento de Incidentes de Rede – ETIR.

No Programa de Modernização Tecnológica, a iniciativa de disponibilização de serviços de inteligência artificial e de avançou com a modelagem da contratação e detalhamento dos perfis profissionais. Em 2022 espera-se a contratação e efetiva disponibilização dos serviços.

Na iniciativa Disponibilização de Apoio Técnico Especializado em TIC, a modelagem da contratação e a definição dos perfis dos profissionais foram realizadas será continuada nos próximos anos.

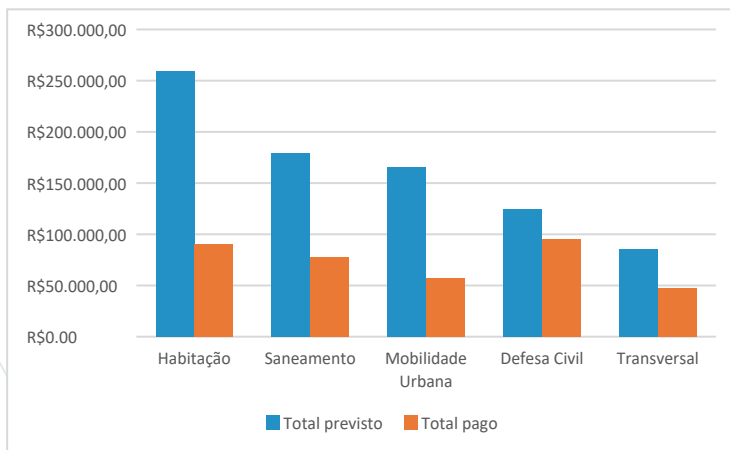
A iniciativa de renovação das soluções de segurança de TIC avançou com a prospecção e a contratação de manutenção para as salas cofre (já em execução) e à atualização das licenças de antivírus e AntiSpam, cuja ata de registros de preços foi assinada e deve ser executada em 2022.

Para 2022 também está prevista prospecção da solução de Correlacionamento de Eventos de Segurança de TIC.

A seguir, apresentam-se os principais serviços, projetos e resultados gerados por processo de trabalho da área de tecnologia da informação.

PROCESSO DE TRABALHO	SERVIÇOS E PROJETOS DA ÁREA DE TI	PRINCIPAIS RESULTADOS
Prover a Segurança de TIC	- Implementação da Solução de Proteção de dados (Backup); - Contratação de Solução de Antivírus.	- Melhoria na segurança da informação, retenção de backup, alta disponibilidade e diminuição de possíveis riscos à infraestrutura do Ministério.
Gerir Soluções e Serviços de TIC	- SISGP; - SIMU; - Integração do IDAP com o Telegram; - Cadastro de municípios no S2ID; - Pró-moradia; - Regmel - Regularização fundiária; - Painel de Obra; - CIPI; - Integração com a autenticação unificada do gov.br; - Consulta ao CPF, CNPJ e CEP do ConectaGov; - Integração com o serviço de avaliação do ConectaGov.	- Transparência nos dados e melhoria nas políticas públicas de mobilidade urbana; - Alertas da Defesa Civil sendo transmitidos à população; - Dados referentes às áreas de risco dos municípios coletados permitindo uma melhor tomada de decisão para ações preventivas; - Coleta de dados de moradia para permitir uma transferência de recursos mais assertiva melhorando as políticas públicas de moradia; - Adequação aos padrões do governo federal; - Maior agilidade para consulta aos dados de Pessoa Física, Jurídica e CEP; - Melhoria nos serviços prestados por meio da avaliação fornecida pelo cidadão.
Prover Serviço ao Usuário de TIC	- Contratação da FSW; - Contratação de Banco de Dados; - Contratação de Solução de videoconferência e multiconferência, de visualização e interatividade de imagens, de automação dos equipamentos e cenários para CENAD. - Contratação de subscrição de licenças de software, aplicativos e sistemas operacionais. - Atualização do Outsourcing de Impressão.	- Aumento da abrangência do serviço de desenvolvimento de software, permitindo a entrega de novas soluções para mais usuários; - Disponibilização de serviço de construções de painéis para a tomada de decisão e transparência dos dados; - Garantia da integração das ações de Defesa Civil, nas diferentes fases do desastre; - Disponibilização de aplicativos e softwares de escritório para facilitar a execução das atividades dos servidores do MDR; - Modernização do parque de impressora com recursos atualizados.

A seguir, apresenta-se visão geral custo previsto e realizado na execução dos projetos de soluções de TIC, agrupados por temática de atuação do MDR.



Por fim, destaca-se que para 2022 há três grandes desafios a serem trabalhados: i) melhorar os processos internos; ii) assegurar uma equipe técnica qualificada; e iii) garantir o orçamento adequado para atender às necessidades de TI elencadas no Plano Diretor de TIC.

Gestão de Contratações e Logística

Conformidade legal

Para a realização de licitações e formalização de contratos, é utilizada pelo MDR a legislação base: Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002, Lei nº 12.232/2010, Lei nº 14.133/2021, IN/ME nº 5/2017, IN/ME nº 3/2018, IN/ME nº 1, de 10 de janeiro de 2019, IN/ME nº 1, de 4 de abril de 2019, IN/ME nº 73/2020. Além dessas, é importante salientar a confecção de normas internas que ajudam a nortear as atividades realizadas, como a IN/MDR nº 12/2021, que trata do PAC no âmbito do Ministério, as Portarias/MDR nº 730/2020, nº 2708/2021 e nº 1014/2020, que tratam de delegação de competências, e a Portaria/MDR nº 1431/2020, que cuida da padronização de procedimentos para a emissão de Atestados de Capacidade Técnica.

Licitações e Contratações Realizadas



Melhorias implementadas

No exercício de 2021, foi realizado o mapeamento do processo de Planejamento Anual de Contratações, que culminou em Manual Operacional definindo atribuições de cada ator envolvido nas etapas dos processos e estabelecendo como indicadores de resultado: 1) número de itens previstos após a aprovação da LOA; e 2) número de inclusões extemporâneas no PAC.

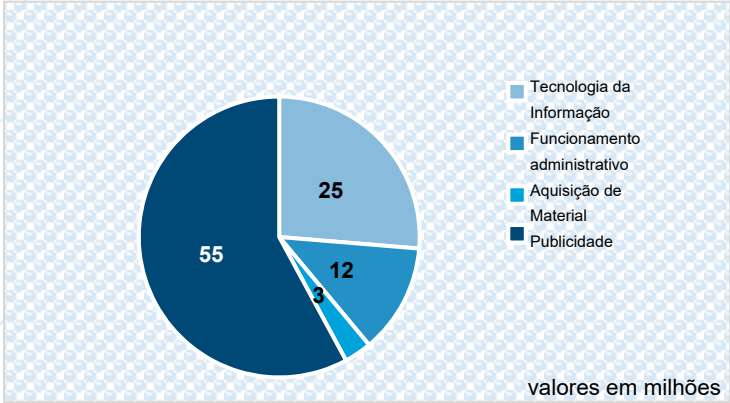
Principais Contratações Diretas

Contratada	Objeto	valor	Justificativa
CAIXA	Gestão operacional de contratos de repasse	R\$ 565.000.679,76	Atendimento à IN/ME nº 2/2018 que estabelece regras e diretrizes para a execução de contrato de prestação de serviço a ser celebrado entre a União e instituições financeiras oficiais federais, para a atuação como Mandatárias da União.
CAIXA	Atendimento das etapas exigidas para celebração e execução de convênios firmados pelo MDR	R\$ 12.271.770,83	Impossibilidade de aplicação da IN 2/2018 para aquisição de máquinas e equipamentos, parte significativa dos convênios celebrados pela SMDRU
CAIXA	Capacitações para diferentes áreas do MDR	R\$ 1.215.354,41	Melhorias dos processos de trabalho, aquisição de novas competências e aprimoramento daquelas já existentes, em conformidade com PDP

Outras contratações relevantes - além das principais contratações diretas destacadas, cabe também evidenciar as abaixo apresentadas, alinhadas ao planejamento estratégico do MDR.

Contratada	Objeto	Valor	Objetivo Estratégico
Fundação Dom Cabral	Programa de Desenvolvimento da alta liderança do MDR	R\$ 588.000,00	Promover o desenvolvimento de competências e a valorização da força de trabalho, com foco no desempenho institucional e na melhoria do clima organizacional.
FGV	MBA Executivo: Planejamento Financiamento e Governança Pública	R\$ 949.968,00	Melhorar a comunicação e a interação do MDR com os públicos interno e externo, priorizando o uso de ferramentas digitais.
Agência Nacional de Propaganda e Cálix comunicação e Publicidade	Publicidade de Utilidade Pública	R\$ 55.000.000,00	Prover e disponibilizar tempestivamente soluções de TIC integradas, seguras e de alto desempenho.
Orion Telecomunicações Engenharia	Manutenção para as Salas Cofres do MDR	R\$ 1.348.500,00	

Contratações por Finalidade



Gestão de Contratações e Logística no Planejamento Estratégico do MDR

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROMOVER A EXCELÊNCIA EM CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E GESTÃO DE SERVIÇOS INTERNOS		
INDICADORES ESTRATÉGICOS	META 2020-2023	META 2021	VALOR APURADO
Percentual de Contratações previstas no PAC e efetivadas	Efetivar 100% das contratações previstas no PAC	90%	70,45%
Percentual de Contratações Não Previstas no PAC e efetivadas	Zerar o percentual de Contratações efetivadas e sem estarem previstas no PAC	10%	11,5%

RESUMO DE RESULTADOS - PROGRAMAS E INICIATIVAS

PROGRAMA CONTRATAÇÕES E LOGÍSTICA EM AÇÃO

INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2020	META 2021	APURAÇÃO
Mapeamento do processo de planejamento e gestão de contratações	% de Execução	-	35%	48,25%
Estruturação de trilha de aprendizagem para planejamento e fiscalização de contratos	% de Execução	-	70%	0
Digitalização do passivo de arquivo físico do MDR	% de Execução	-	65%	0

Principais Avanços e Perspectivas

No que tange às contratações, os dois principais indicadores estão relacionados à melhoria da capacidade de planejamento e execução das contratações. Nesse sentido, em 2021 foi verificado que 70,45% das contratações previstas no PAC foram efetivadas. Além disso, somente 11,5% das contratações realizadas no ano não estavam previstas no PAC, valor próximo à meta estabelecida.

No que se refere às iniciativas para melhoria do setor de contratações e logística, foi registrado avanço no mapeamento dos seguintes processos relacionados a planejamento e gestão de contratações: planejamento de contratações, seleção de fornecedores (por pregão, adesão a SRP, dispensa e inexigibilidade) e gestão de contratos.

Como perspectiva futura em relação a essa iniciativa, está prevista a elaboração do descritivo dessas atividades mapeadas, em consonância com o cronograma estabelecido, visando à elaboração do manual do processo e ao desenvolvimento dos indicadores de cada processo.

Na iniciativa Estruturação de trilha de aprendizagem para planejamento e fiscalização de contratos, não ocorreram avanços significativos neste exercício, pois a sua proposição foi feita no final de 2021, o que coincidiu com as contratações do fim do exercício para a execução do orçamento.

A principal perspectiva é a definição do público-alvo da trilha, bem como de suas competências e das principais iniciativas de capacitação para o exercício.

O principal entrave para o desenvolvimento das iniciativas foi a sobrecarga de trabalho das equipes da CGLC, com a necessidade de contratações de final de exercício, o que prejudicou a conclusão do mapeamento e o desenvolvimento dos descritivos.

A iniciativa Digitalização do passivo de arquivo físico do MDR foi descartada por orientação do Ministério da Economia, uma vez que não se devem digitalizar documentos que não tenham passado pelo devido tratamento arquivístico. Por esse motivo o MDR buscou firmar um projeto de pesquisa com a Universidade de Brasília, voltado ao tratamento documental adequado. Somente após esse tratamento, o MDR poderá optar pela digitalização de documentos que não sejam passíveis de eliminação.

Gestão Patrimonial e Infraestrutura

Conformidade legal

Para as atividades de gestão patrimonial e infraestrutura utilizam-se as seguintes legislações bases: Instruções Normativas 05/2017 - SEGES e 01/2019 - SGD no planejamento da contratação; Instruções Normativas 05/2017 e 73/2020 nas pesquisas de preços; Modelos padronizados de termos de referência, edital e minutas de contrato AGU; IN/ME nº 40/2020 na elaboração de Estudos Técnicos Preliminares; Análise Jurídica da Consultoria Jurídica junto ao MDR.

Mudanças e desmobilizações relevantes

- Entrega do Edifício Telemundi II em 1/12/2021: com possibilidade de **economia anual** estimada em R\$ 12.162.664,12;

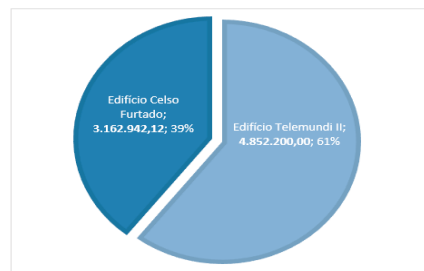
- Liberação de espaço nos arquivos: entrega ao DENATRAN dos documentos armazenados nas estruturas do MDR.

Obras e alterações da Infraestrutura

- Reestruturação do Edifício Celso Furtado para unificação das equipes do Ed. Celso Furtado e do Telemundi II;
- Adaptação do Edifício Telemundi II para a CBTU;
- Reforma dos banheiros do Bloco E com a troca de divisórias sanitárias;

Locação de imóveis e equipamentos

Valores anuais gastos com aluguel dos edifícios Telemundi II e Celso Furtado



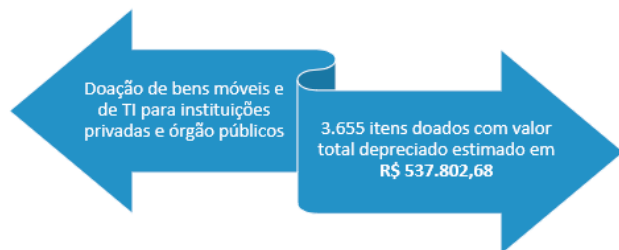
Gasto com ocupação dos edifícios alugados, terceirização de serviços e demandas de diárias e passagens

Manutenção predial	Copeiragem	Limpeza
RS 6.020.249,10	RS 4.213.291,40	RS 2.825.651,50
Brigada	Vigilância	Apoio
RS 2.563.039,80	RS 2935.690,00	RS 6.110.570,04

Principais investimentos de capital

No exercício de 2021 houve aquisição de bens permanentes tais como: microondas, bebedouros, climatizadores, aparelhos de TV de 50", armários, entre outros, totalizando um valor desembolsado de R\$ 95.667,00.

Desfazimento de Ativos



Principais desafios e ações futuras para 2022

Mapeamento de processos

- Padronização dos fluxos processuais e diretrizes balizadoras de procedimentos de fiscalização e gestão de contratos

Contratações em planejamento

- Manutenção predial
- Transporte de bens
- Carimbos
- Copeiragem
- Brigada
- Desmobilização e transferência de arquivos deslizantes
- Assistente Administrativo e Secretariado Trilíngue

Intervenções nos espaços de trabalho (layout)

- Montagem do gabinete da SFPP
- Projeto Piloto no Pilotis do Ed. Celso Furtado (coworking)
- Estruturação da SMDRU no 2º pavimento do Ed. Celso Furtado

Obras e reformas

- Fim da reforma do Bloco U do Complexo ANA (Arquivo Central)
- Reforma do Telhado do Bloco E
- Reforma das esquadrias do Bloco E
- Finalização da sala de amamentação no Ed. Celso Furtado

Patrimônio

- Elaboração do inventário de bens permanentes e Implantação do sistema SIADS

Gestão de demandas

- Gerenciamento da central de atendimento da CGSL no CITSMART

Sustentabilidade

Crítérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

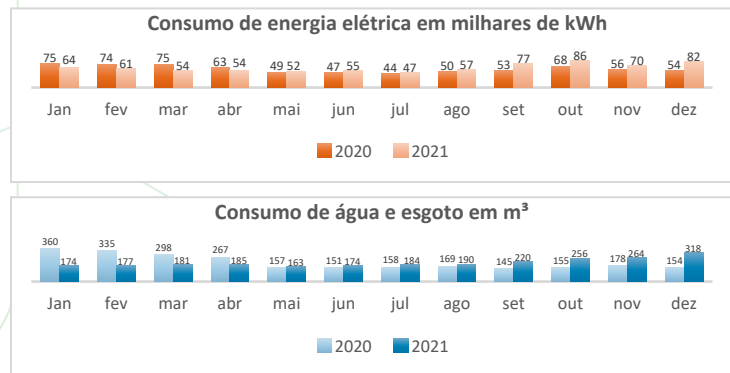
Iniciaram-se em 2021 as discussões para elaboração do manual de contratações sustentáveis, bem como a revisão do Plano de Gestão de Logística Sustentável.

Consumo de recursos

Consumo de energia elétrica e água/esgoto no Ed. Telemundi II (contrato encerrado em 1/12/2021) e no Ed. Celso Furtado

	Ed. Telemundi II		Ed. Celso Furtado	
	Consumo	Valor (R\$)	Consumo	Valor (R\$)
Energia elétrica	680 mil kWh	875.629,11	756 mil kWh	646.039,51
Água e esgoto	1.832 m³	52.888,83	2.486 m³	70.960,70

Detalhamento no consumo do Ed. Celso Furtado



O consumo de energia elétrica no Ed Celso Furtado em 2021 foi, aproximadamente, 7% maior que o consumo de 2020. Entende-se que tal aumento advém do adensamento do Edifício Celso Furtado, que passou a abrigar os colaboradores do Ed. Telemundi II. O adensamento foi intensificado a partir do mês de setembro/2021

Quanto ao consumo de água, verifica-se um consumo total em 2021 similar ao de 2020. A partir do mês de setembro, porém, nota-se aumento no consumo em relação ao mesmo período de 2020.

Coleta de resíduos sólidos

Ao longo de 2021 foram coletadas 47 toneladas de resíduos sólidos orgânicos e indiferenciados, encaminhadas para disposição final em aterros sanitários. Este valor representa um aumento de, aproximadamente, 9% em relação ao ano de 2020, tendo sido provável consequência da retomada de parte do trabalho presencial.

Ações para redução do consumo de recursos naturais

Projeto MDR sem papel: eliminação de aproximadamente 20 toneladas de papel pela CGSL.

Ações para redução do consumo de água: rondas periódicas para detecção e correção de problemas nas instalações hidrossanitárias; instalação de arejadores nas torneiras dos banheiros do Ed. Celso Furtado e Bloco E; colocação de placas orientativas nos banheiros.

Ações para redução do consumo de energia elétrica: divisão de circuito de iluminação, com uso de vários interruptores, possibilitando o desligamento parcial das luminárias em um mesmo ambiente; utilização de sistema de iluminação com lâmpadas fluorescentes T5 no Edifício Sede (Bloco "E") e lâmpadas fluorescentes T8 no Edifício Celso Furtado por serem mais econômicas; rondas diárias, após o horário de expediente para desligar luzes e ar condicionado; desligamento automático dos aparelhos de ar condicionado às 19h.

Comunicação Interna e Externa

comunicação interna e externa é um assunto de suma importância para a efetivação da integração dos colaboradores do MDR, bem como para garantir que a sociedade esteja a par dos benefícios gerados e serviços prestados pelo Ministério. Nesse sentido, apresenta-se a seguir panorama da abordagem estratégica desta Pasta relacionada à Comunicação.

OBJETIVO ESTRATÉGICO			
MELHORAR A COMUNICAÇÃO E A INTERAÇÃO DO MDR COM OS PÚBLICOS INTERNO E EXTERNO, PRIORIZANDO O USO DE FERRAMENTAS DIGITAIS DE COMUNICAÇÃO.			
INDICADORES ESTRATÉGICOS	META 2020-2023	META 2021	VALOR APURADO
Taxa de respostas em posts e demais interações em redes sociais do MDR	Alcançar 90% de resposta em posts e demais interações em redes sociais do MDR até 2023.	50%	54,93%
Quantidade de Visitas ao Site do MDR	Aumentar a visualização anual de páginas no Portal MDR para 2.469.961 até 2023	1.811.305	2.945.636
Quantidade de visitas à página da Intranet	Ampliar o quantidade anual de visitas à página da intranet do MDR de modo a alcançar 22.754 acessos em 2023.	15.568	76.154

RESUMO DE RESULTADOS - PROGRAMAS E INICIATIVAS

PROGRAMA COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA

INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2020	META 2021	APURAÇÃO
Produção de conteúdo de rádio para distribuição para veículos regionais	Quantidade de boletins de áudio produzidos	-	600	771

Principais Avanços e Perspectivas

A comunicação interna e externa do MDR melhorou significativamente em 2021. A quantidade de visitas à página da intranet alcançou quase cinco vezes a meta estipulada e a quantidade de visitas ao site alcançou o dobro da meta definida.

Outro aspecto importante foi o avanço na interação com a sociedade nas redes sociais do MDR, com o alcance de uma taxa de respostas em posts e demais interações em redes sociais de 54,93%. Esse resultado se deve a ações de interação que o MDR tem promovido diariamente em suas redes sociais (Twitter, Instagram, Facebook, Youtube e LinkedIn).

Por meio do gerenciamento de mídias digitais, foi possível compartilhar ações, serviços e programas do ministério, além de sanar dúvidas e questionamentos dos internautas de maneira direta, rápida e prática.

O Ministério também envidou esforços na ampliação e no aperfeiçoamento da comunicação por meio da distribuição de conteúdo para rádios de diversas regiões do país, atingindo um maior número de brasileiros.

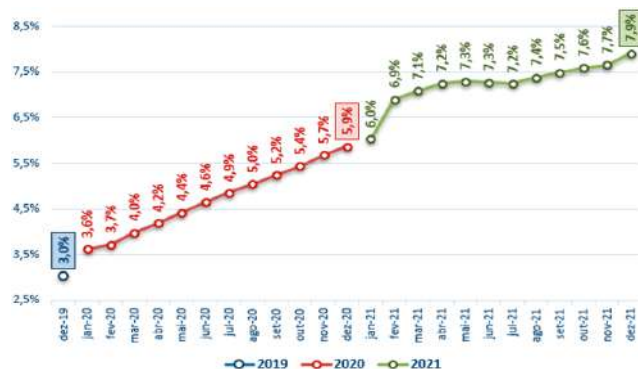
Os esforços visaram ao aperfeiçoamento do alcance e do conteúdo da comunicação, integrando temas e canais e examinando formas de divulgação que ampliassem o alcance das mensagens institucionais junto à população brasileira. Ao todo foram emitidos 771 boletins de áudio.

Para 2022 se prevê a manutenção dos trabalhos de geração de boletins de áudio, bem como a intensificação da interação com o cidadão por meio das redes sociais do MDR.

Gestão de Custos

A Setorial de Custos do Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR realiza a apuração do Indicador de Custos de Suporte Institucional – Isin, com apuração mensal, que visa avaliar o tamanho do “custeio da máquina pública”.

Gráfico 1 – Isin¹ de Dezembro de 2019 a Dezembro de 2021



(1) Média mensal da razão entre despesas de suporte institucional e o total da despesa liquidada pelo MDR até o mês de referência dentro do ano.
Elaboração: CGIE/DIGEC/SECOG/SE Fonte: Tesouro Gerenci

No numerador do indicador estão as despesas com suporte institucional, tais como, pagamento de pessoal, aluguéis, manutenções, água, luz, tarifas à Mandatária CEF pela prestação do serviço de operacionalização dos instrumentos de repasse de recurso do MDR. Já o denominador contém toda a despesa liquidada pelo MDR, tanto de suporte institucional quanto para as políticas públicas do MDR, como contratos de investimentos em projetos de habitação, saneamento, mobilidade, desenvolvimento regional e urbano, segurança hídrica e defesa civil. Ao dividir a despesa total com suporte pelo total de investimentos do MDR é possível avaliar a participação do custo da máquina pública do MDR.

Conforme se observa no Gráfico 1, desde janeiro de 2020 o indicador Isin (custo de suporte institucional) apresenta uma tendência de crescimento. Em dezembro/2019, o custo com suporte foi de 3,0%. Ou seja, o MDR consumia cerca de R\$ 3mil para cada R\$ 100 mil executado nas políticas públicas do MDR. Em dezembro/2020, esta relação já subiu para 5,9% e atualmente está em 7,9% (ou R\$ 7,9 mil para cada R\$ 100 mil executado).

Despesas com suporte institucional (numerador do Isin)

O custo de suporte institucional em 2021 ficou em R\$ 44,7 milhões por mês. Em 2020, o custo com suporte era de R\$ 31,2 milhões por mês. Assim, houve um aumento de 43,3% de 2020 para 2021. Ao detalhar esse custo de suporte em dois grandes grupos (suporte administrativo e tarifa CEF), verifica-se comportamentos em mesmo sentido, porém com intensidades bem diferentes.

Nas despesas de suporte administrativo, que incluem despesas com pessoal, aluguel, água, luz, manutenção predial etc., o exercício de 2021 apresentou aumento de 5,88% em relação a 2020, indo de R\$ 17 milhões/mês para R\$ 18 milhões/mês.

Enquanto nas despesas relativas aos contratos de prestação de serviço com a CEF para operacionalização de alguns programas do MDR, em 2021 o custo médio mensal ficou em R\$ 26,7 milhões, enquanto em 2020 era de R\$ 14,2 milhões. Um aumento de 88%. Destaca-se que entre 2019 e 2020 já havia sido observado um aumento de 100% nesse mesmo grupo de custo de suporte.

Despesas totais (denominador do Isin)

Gráfico 2 – Média Mensal do Total Liquidado pelo MDR de 2020 a 2021



Elaboração: CGIE/DIGEC/SECOG/SE Fonte: Tesouro Gerenci

Ao avaliar o total liquidado pelo MDR, verifica-se que durante o ano de 2021 o MDR trabalhou em níveis inferiores a 2020, fechando o ano com uma média mensal do total liquidado de R\$ 631 milhões, 19,4% inferior a 2020. Destaca-se que entre 2019 e 2020 já havia sido observada uma redução de 46% na média mensal do total liquidado. Dessa forma, a constante redução dos recursos disponibilizados nas leis orçamentárias anuais ao MDR têm pressionado o aumento do indicador Isin do MDR (Gráfico 1).

Principais custos institucionais do MDR em 2021 (média mensal)

Servidores: R\$ 9,73 milhões / mês

Locação de mão-de-obra: R\$ 3 milhões / mês

Outros serviços de terceiros (PJ): R\$ 1,86 milhão / mês

Top 3

Locação de imóveis: 655,1 mil / mês

Serviços de apoio ao ensino: R\$ 205,5 mil / mês

Serviços de comunicação em geral: R\$ 191,8 mil / mês

Serviços de TIC

Outras diversas: R\$ 878,8 mil / mês

: R\$ 1,5 milhão / mês

Gráfico 3 – Distribuição dos Principais Custos Institucionais do MDR em 2021



Elaboração: CGIE/DIGEC/SECOG/SE Fonte: Tesouro Gerencial

Principal desafio para 2022

Em 2021 iniciou-se o desenvolvimento de metodologia para estimação de custos unitários dos bens e serviços produzidos pelos programas governamentais de responsabilidade do MDR, que foi apresentada no XI Encontro de Gestão de Custos do Setor Público. A partir dessa metodologia pretende-se para os próximos anos integrar à gestão dos custos do MDR as informações relativas aos custos por área de atuação e por programa governamental.

Gestão Orçamentária e Financeira

A gestão orçamentária e financeira é uma atividade fundamental para o funcionamento do órgão. Nesse sentido, no âmbito do Planejamento Estratégico do MDR foi estabelecido objetivo estratégico específico voltado para essa área. A seguir são apresentados os principais resultados verificados, bem como informações adicionais acerca do orçamento e do perfil dos gastos do MDR.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	EFETIVAR A PLENA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES FINALÍSTICAS.		
INDICADORES ESTRATÉGICOS	META 2020-2023	META 2021	VALOR APURADO
Taxa de empenho das dotações finalísticas discricionárias, exceto créditos extraordinários	Executar 100% das ações finalísticas discricionárias	100%	100%
Percentual de Execução Orçamentária das Emendas Parlamentares	Executar 100% das emendas parlamentares impositivas	100%	100%

RESUMO DE RESULTADOS – PROGRAMAS E INICIATIVAS

PROGRAMA TODOS EMPENHADOS

INICIATIVAS	INDICADOR	STATUS 2020	META 2021	APURAÇÃO
Padronização de processos de execução orçamentária e financeira	Unidade padronizada	-	-	50%
Projeto de reforço da capacidade de execução orçamentária e financeira de final de exercício	Quantidade de servidores capacitados	-	5	15
Otimização de Restos a Pagar	Relação entre estoque de RAP antigo sobre o total	32%	24%	26%
Avaliação qualitativa da execução orçamentária e financeira	% de Execução	-	40%	31%

Principais Avanços e Perspectivas

Para acompanhamento dos avanços dessa temática, foram adotados dois indicadores relacionados à taxa de empenho das ações. O primeiro está relacionado às ações finalísticas discricionárias e o segundo é relativo às emendas parlamentares impositivas. Nesse sentido, quanto ao indicador Taxa de Empenho das ações finalísticas, embora tenham ocorrido suplementações tardias ao orçamento do MDR, as unidades ordenadoras de despesas e as equipes de execução da Diorf/Secog conseguiram atingir o percentual de 100% de empenho (arredondado).

No que se refere à execução de emendas parlamentares impositivas, foi alcançado o valor de 100% (arredondado). Em alguns casos, os recursos residuais estão relacionados a impedimento técnico para execução dos créditos no que se refere a emendas individuais impositivas (RP6) e emendas de bancada impositivas (RP7).

No programa Todos Empenhados, foram estabelecidas iniciativas para efetivação da plena execução orçamentária das ações finalísticas do MDR, que envolviam: padronização de processos de execução orçamentária e financeira; reforço da capacidade de execução orçamentária de final de exercício; otimização de restos a pagar e a realização de avaliação qualitativa da execução orçamentária e financeira.

Quanto à padronização de processos de execução orçamentária e financeira, trata-se de projeto realizado no âmbito da SNH e SNS, com prazo de conclusão para 2022. Já em 2021, as unidades iniciaram a tramitação de processos de empenho e pagamento pelo fluxo da CGOR e CGEOF e vêm sendo orientadas, desde então, sobre informações padrão necessárias ao andamento de processos dessa natureza.

No que se refere ao reforço da capacidade de execução orçamentária, logrou-se êxito com a capacitação de 15 servidores, o que viabilizou o reforço das equipes para fazer frente ao fluxo processual elevado de final de exercício e que se mostrou fundamental para o bom resultado verificado nos indicadores estratégicos.

Quanto à otimização de restos a pagar, a iniciativa consiste na realização de atividades para redução do quantitativo de restos a pagar mais antigos (superiores a quatro anos). Nesse sentido, verificou-se que em 2021 a relação entre estoque de RAP antigo sobre o total alcançou o valor de 26%, que apesar de não ter atingido a meta de 2021, demonstra esforço do órgão, quando comparado ao status de 2020, para redução de valores mais antigos de RAP.

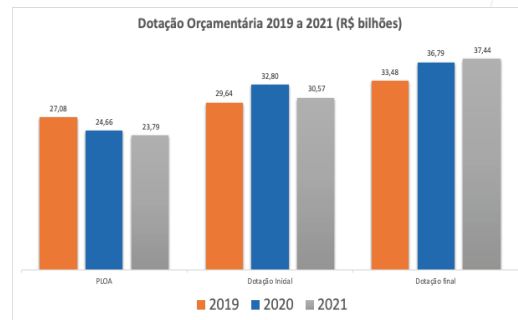
No que se refere à avaliação qualitativa da execução orçamentária e financeira, cumpre destacar que consiste em iniciativa para balizar a priorização da destinação dos recursos do MDR a partir de relatórios gerenciais, o que está previsto para ser entregue em 2022.

A seguir apresentam-se informações complementares acerca da gestão orçamentária do MDR.

Execução Lei Orçamentária Anual (LOA 2021)

A Lei Orçamentária Anual – LOA 2021 ([Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021](#)) fixou para o Ministério do Desenvolvimento Regional e suas unidades vinculadas a dotação inicial de R\$ 30,57 bilhões que, após acréscimos e supressões (suplementações e cancelamentos) ocorridos durante o exercício, chegou à dotação final de R\$ 37,44 bilhões.

Gráfico 1: Dotação Orçamentária de 2019 a 2021 (R\$ bilhões)

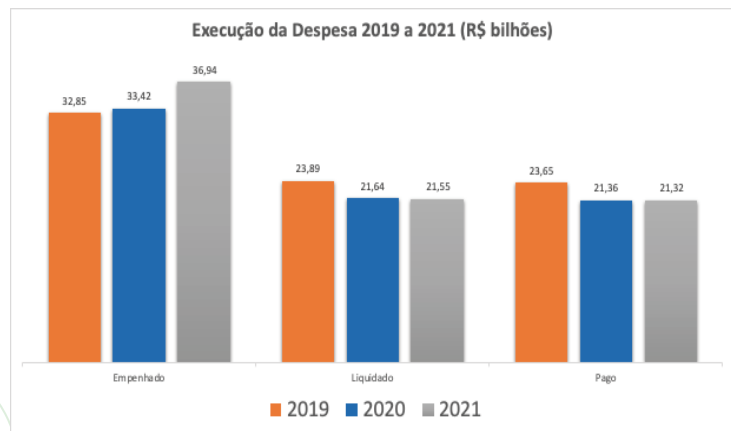


Destaca-se, preliminarmente, a limitação estabelecida pela Regra de Ouro, em 2021, que exigiu aprovação de lei para desbloqueio de parte dos valores previstos no orçamento. Esses recursos, concentrados em despesas discricionárias, representavam R\$ 2,5 bilhões no PLOA 2021. Após ajustes no Ministério da Economia e no Congresso Nacional, tais recursos foram efetivamente disponibilizados ao orçamento do órgão.

Com objetivo de dotar o Ministério de orçamento suficiente para realizar com êxito suas políticas institucionais, diversas ações foram tomadas para ajustar o orçamento às necessidades do MDR, por meio da obtenção de dotações adicionais ao longo do exercício Final (R\$ 37,44 bi). Isto é, houve incremento de R\$ 13,65 bilhões no orçamento do MDR, montante que representou um aumento de 57% no orçamento originalmente enviado ao Congresso Nacional.

Para efeitos de comparação, em 2020 as suplementações representaram 49% do PLOA e em 2019, 23%. Registrou-se ainda que, no último semestre do ano, o Ministério recebeu créditos orçamentários que somados chegaram a aproximadamente R\$ 1,5 bilhão.

Gráfico 2: Execução da Despesa de 2019 a 2021 (R\$ bilhões)



Fonte: Tesouro Gerencial

Nota-se que foram empenhados R\$ 36,94 bilhões, o que representa 99% da dotação final, superando o ano de 2020 em que o percentual atingido foi de 91%. Credita-se o ganho ao aprimoramento de processos promovido pela Setorial Orçamentária do MDR que capacitou servidores, ampliando a capacidade de execução orçamentária para o fechamento do exercício.

Tal movimento se torna mais evidente/relevante quando tratamos de recursos discricionários essencialmente destinados a obras de infraestrutura. Isto é, o Ministério do Desenvolvimento Regional obteve execução de 100% do orçamento.

Em relação a valores liquidados e pagos, pode-se afirmar que foi mantido mesmo patamar quando comparados aos exercícios de 2019 e 2020, a despeito da situação de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19, que permanece impactando cronogramas e ocasionando atraso em entregas.

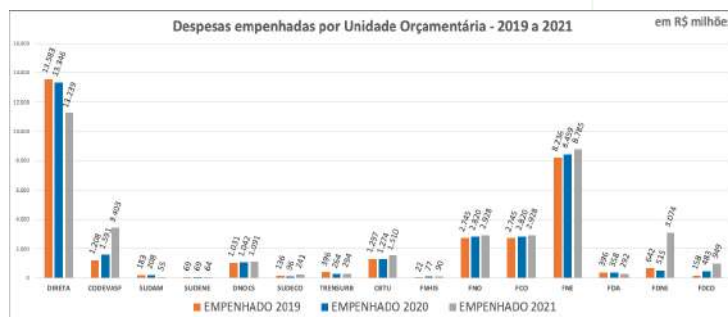
Para entender mais sobre as etapas de execução da despesa, [clique aqui](#).

Para mais detalhes sobre a execução orçamentária e financeira do MDR, [clique aqui](#).

Execução por Unidade Orçamentária

Caracterizada pela execução de projetos plurianuais focados em políticas públicas de habitação, saneamento, recursos hídricos e mobilidade urbana, dentre outros, a gestão orçamentária e financeira do Ministério do Desenvolvimento Regional é realizada por suas secretarias, órgãos da Administração Direta, entidades da Administração Indireta vinculadas, além de fundos que apoiam e financiam o desenvolvimento de políticas públicas.

Gráfico 3: Empenho por Unidade Orçamentária de 2019 a 2021 (R\$ milhões)

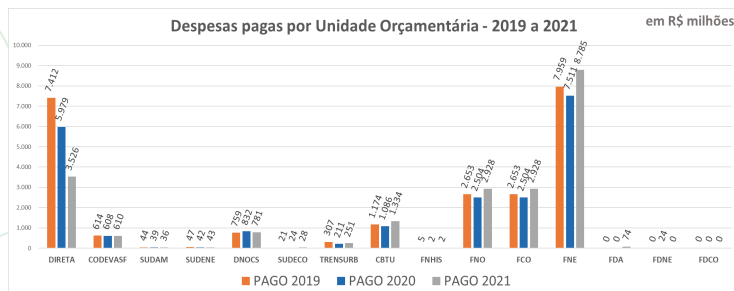


Quanto aos montantes empenhados por unidade do MDR, observa-se redução nos órgãos da Administração Direta e aumento na Codevasf ocasionado pelo remanejamento de dotações originalmente atribuídas àqueles órgãos para a referida empresa. Após verificar que a execução da despesa se daria na Codevasf, a setorial orçamentária do MDR procedeu à movimentação de créditos de modo a dar agilidade à execução do orçamento.

Gráfico 4: Liquidado por Unidade Orçamentária de 2019 a 2021 (R\$ milhões)



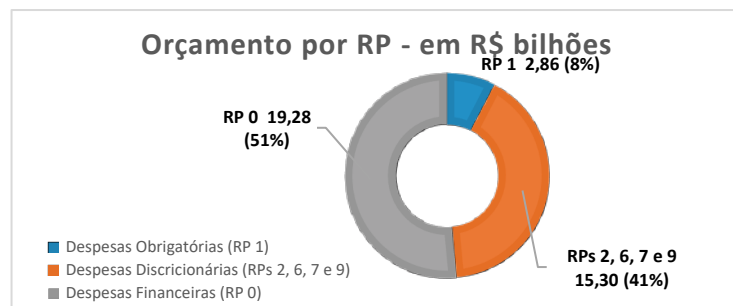
Gráfico 5: Pago por Unidade Orçamentária de 2019 a 2021 (R\$ milhões)



No comparativo de montantes liquidados e pagos do exercício de 2021 com os exercícios anteriores, houve forte redução. A queda é atribuída à sanção tardia da Lei Orçamentária Anual de 2021 e, consequentemente, à edição, também tardia, do Decreto de Execução Orçamentária e Financeira (DPOF) para o ano, ocorrida somente em 14 de maio de 2021, quase um mês após a sanção da LOA. O atraso causou grande impacto fazendo com que a execução orçamentária e financeira do MDR tivesse, na prática, um semestre para ocorrer.

Composição do Orçamento por Resultado Primário – RP

Gráfico 6: Orçamento 2021 por Resultado Primário - RP (R\$ bilhões)



Fonte: Tesouro Gerencial

As despesas financeiras – RP0, que representaram, em 2021, 51% do orçamento do órgão, são compostas pelos Fundos Constitucionais de Financiamento (Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, do Nordeste - FNE e do Norte - FNO) e pelos Fundos de Desenvolvimento Regional (Fundos de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, do Nordeste - FDNE e do Centro-Oeste - FDCO). Os recursos a eles destinados são os principais instrumentos de financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), além de representarem importante papel na promoção do desenvolvimento regional no Brasil. Para mais detalhes acesse o [link](#).

Para mais informações sobre valores contratados e operações, acesse o [Painel Fundos Constitucionais](#).

Execução do Orçamento por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 1: Execução do Orçamento por Grupo de Despesa (2020 x 2021)

R\$ milhões

Finalidade	2020			2021			Variação - Valor Empenhado 2021/2020	
	Empenhado	Liquidado	Pago	Empenhado	Liquidado	Pago	Em Reais (R\$)	Em Percentual
Pessoal e Encargos Sociais	2.262,39	2.224,39	2.088,54	2.600,10	2.581,56	2.445,60	337,71	14,9%
Investimentos	11.242,29	2.857,53	2.746,55	12.060,45	1.527,29	1.474,28	818,16	7,3%
Outras Despesas Correntes	2.785,79	2.318,39	2.287,65	2.244,45	1.631,15	1.597,84	- 541,34	-19,4%
Inversões Financeiras	17.118,36	14.227,36	14.227,36	20.020,44	15.789,59	15.789,59	2.902,08	17,0%
Juros e Encargos da Dívida	14,15	14,15	14,15	17,45	17,45	17,45	3,30	23,3%
TOTAL	33.422,98	21.641,82	21.364,24	36.942,90	21.547,04	21.324,76	3.519,91	10,53%

Fonte: Tesouro Gerencial

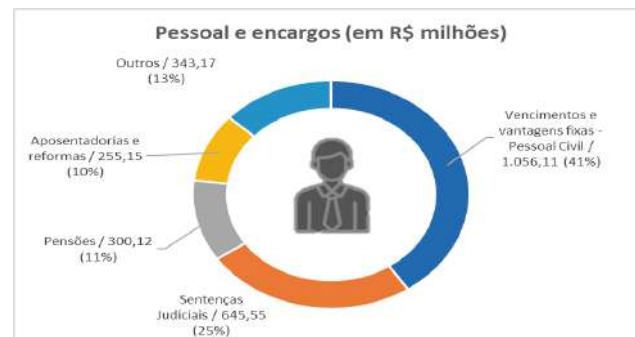
No quadro acima é importante destacar a evolução, em 7,3%, dos investimentos realizados pelo MDR no exercício de 2021, que representaram R\$ 12,1 bilhões, ao passo que as despesas de custeio tiveram redução de aproximadamente R\$ 203,7 milhões.

Execução do Orçamento por Elemento de Despesa

Pessoal, Encargos Sociais e Benefícios

Em 2021, os gastos com pessoal, que incluem as despesas com pessoal ativo, inativo, pensionistas e encargos sociais, benefícios a servidores (assistência médica, auxílios transporte, alimentação e pré-escolar, auxílio funeral, indenizações, ajudas de custo, entre outras despesas) somaram R\$ 2,6 bilhões. Ao comparar esse total com o de 2020, houve um aumento de R\$ 337,7 milhões (14,3%). Necessário esclarecer, no entanto, que desse aumento, R\$ 282,6 milhões se referem a crédito adicional destinado a pagamento de acordo judicial firmado entre a Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU, empresa pública vinculada ao MDR (polo passivo), e a Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER (reclamante).

Gráfico 7: Execução do Orçamento 2021 – Pessoal e encargos (R\$ milhões)



Fonte: Tesouro Gerencial

Investimentos

Com o maior orçamento de investimento do Governo Federal, o MDR aplicou, em 2021, R\$ 12,1 bilhões. Os investimentos compreendem obras, projetos de engenharia, instalações, aquisição de equipamentos e material permanente, desenvolvimento de sistemas de TI, entre outras aplicações. Com relação a 2020, os investimentos do órgão tiveram um acréscimo de R\$ 818,2 milhões, o que representa um aumento de 7,3%.

Gráfico 8: Execução do Orçamento 2021 – Investimento (R\$ milhões)

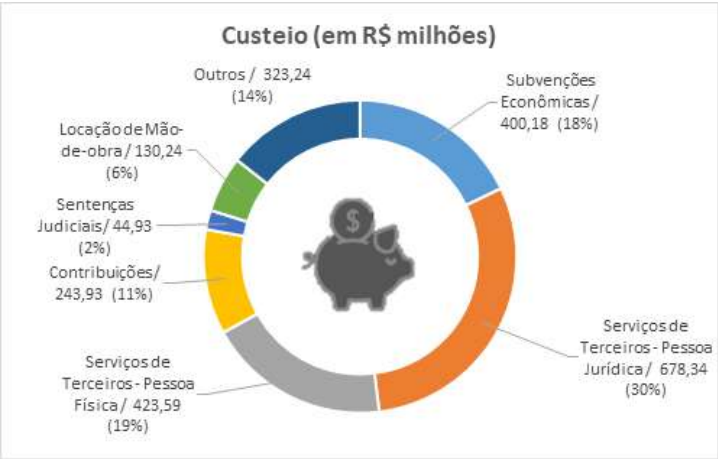


Fonte: Tesouro Gerencial

Custeio

Com relação às despesas de custeio, que abrangem os serviços de apoio às atividades finalísticas (consultorias, p.ex) e os gastos destinados à manutenção organizacional, tais como os serviços de tecnologia da informação e comunicação, locação de imóveis, serviços de apoio administrativo e operacional, serviços de energia elétrica, de vigilância, entre outros, houve aporte de 2,24 bilhões em 2021 que, comparado com o valor de 2020, representa redução de 19,4% demonstrando economia no valor de R\$ 541,3 milhões.

Gráfico 9: Execução do Orçamento – Custeio (R\$ milhões)



Perfil do Gasto por Programa de Governo

Dos programas do PPA 2020-2023 atribuídos ao MDR, destaca-se no quadro a seguir os de maior representatividade no orçamento do órgão para o exercício de 2021, demonstrando o desempenho orçamentário de cada programa.

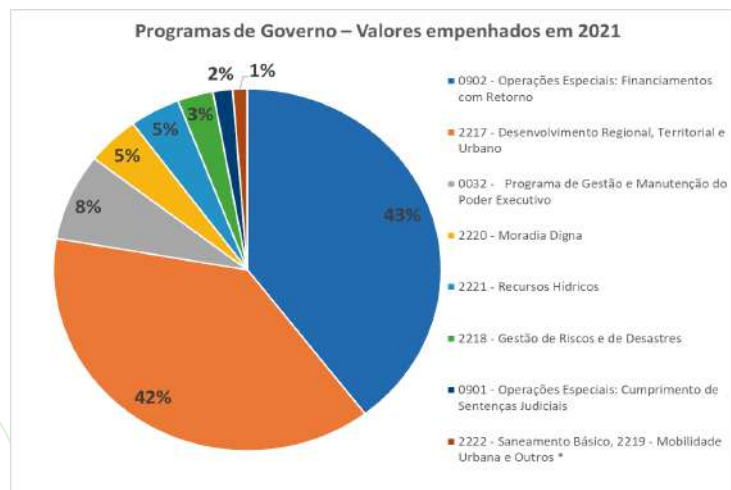
Quadro 2: Execução por programa do PPA 2020/2023

Programas do PPA 2020/2023	Dotação Final	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Desempenho Orçamentário
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (b)/(a)
0902 - Operações Especiais: Financiamentos com Retorno	14.642	14.642	14.642	14.642	100,00%
2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano	14.264	14.086	329	293	98,76%
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	2.901	2.864	2.556	2.403	98,73%
2220 - Moradia Digna	1.635	1.635	1.399	1.399	99,97%
2221 - Recursos Hídricos	1.569	1.562	898	871	99,54%
2218 - Gestão de Riscos e de Desastres	1.208	1.101	740	734	91,10%
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	650	604	599	599	93,05%
2222 - Saneamento Básico, 2219 - Mobilidade Urbana e Outros *	567	449	385	383	79,11%
TOTAL	37.436	36.943	21.547	21.325	98,68%

Fonte: Tesouro Gerencial

* 0999 - Reserva de Contingência, 0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais, 0905 - Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações), 2203 - Pesquisa e Inovação Agropecuária, 0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais

Gráfico 10: Valores empenhados 2021 por Programa de Governo

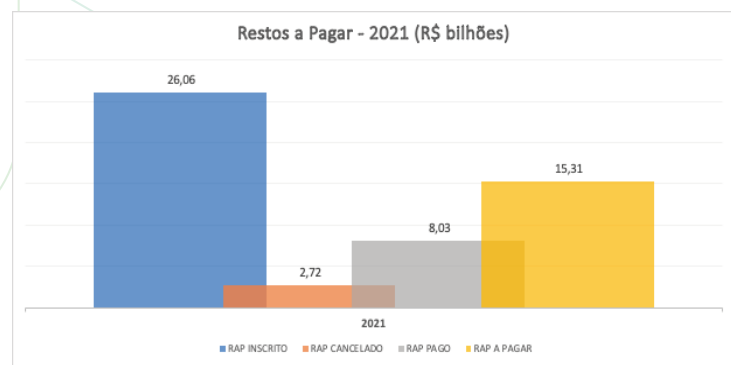


O MDR iniciou o exercício de 2021 com R\$ 26,06 bilhões inscritos em Restos a Pagar – RAP. Desse montante, R\$ 8,03 bilhões foram pagos, o que representa 30,82% do total inscrito. Ao comparar o valor pago em 2021 com o de 2020, observa-se redução de 1,33% em relação aos valores pagos naquele ano (7,5 bilhões), que, proporcionalmente aos valores inscritos, representavam 32,15%. A redução se deve, no entanto, ao aumento de valores de 2021 inscritos em RAP. Em valores absolutos os pagamentos na realidade aumentaram 7,7% comparados ao RAP Pago de 2020.

Ao longo do exercício foram cancelados R\$ 2,72 bilhões, representando 10,45% do total inscrito, sendo quase R\$ 1 bilhão maior que no ano anterior. As unidades têm sido orientadas à gestão mais eficiente de montantes de RAP, o que ocasionou a revisão e, por consequência, maior volume de cancelamento de valores que não seriam executados. Ao fim do exercício foi apurado que restaram R\$ 15,31 bilhões em RAP. Ressalta-se que, dos empenhos emitidos em 2021, foi inscrito em RAP para o exercício de 2022 o montante de R\$ 15,6 bilhões.

Execução dos Restos a Pagar - RAP

Gráfico 11: Restos a Pagar - RAP em 2021 (R\$ bilhões)



Tesouro Gerencial



5 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

Considerações Iniciais:

O Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), órgão da administração pública federal direta, teve sua estrutura regimental e quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança aprovados pelo Decreto nº 10.773, de 23 de agosto de 2021.

Sob essa base normativa, a Coordenação-Geral de Contabilidade vincula-se à Diretoria de Orçamento e Finanças, que compõe a estrutura da Secretaria de Coordenação Estrutural e Gestão Corporativa no âmbito da Secretaria-Executiva, órgão setorial, possuindo, dentre outras competências, o planejamento, a coordenação e o desenvolvimento das atividades contábeis no âmbito do MDR.

Sob o ponto de vista normativo, as Demonstrações Contábeis (DCON) do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) são elaboradas em conformidade com a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, o Decreto-Lei nº 200/1967, o Decreto nº 93.872/1986, a Lei nº 10.180/2001, a Lei Complementar nº 101/2000, bem como com as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica do Setor Público (NBCT SP) editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e com o Manual SIAFI, ambos elaborados pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Aspectos Gerais da Situação Financeira e Contábil

A situação financeira e contábil do Ministério do Desenvolvimento Regional, no contexto de Unidade Prestadora de Contas – UPC, é apresentada, a exemplo do que ocorre no ambiente privado, por meio das Demonstrações Contábeis – DCON.

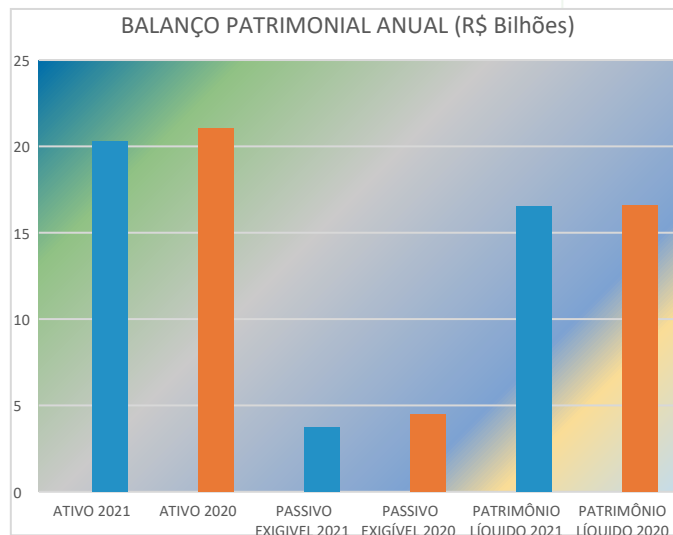
Nesse sentido, vale sempre reiterar que os relatórios das DCON do MDR foram elaborados a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), tendo como escopo os dados consolidados das contas contábeis das unidades gestoras executoras, que compõem a Administração Direta do MDR e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), ambos integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As Demonstrações Contábeis, por sua vez, referentes ao exercício de 2021, são compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

O Balanço Patrimonial evidencia o patrimônio atribuído ao MDR, de modo a apresentar qualitativa e quantitativamente sua situação em termos de ativos, passivos e patrimônio líquido, mostrando a sua evolução em relação ao exercício anterior. Os ativos compreendem os saldos de recursos financeiros e patrimoniais controlados pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, ao passo que os passivos compreendem os saldos de suas obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e com alta probabilidade de desembolso futuro.

O Patrimônio Líquido (PL), por sua vez, representa a diferença entre o total dos ativos e o total dos passivos, sendo uma importante referência sobre a situação patrimonial do Órgão.

Fonte: SIAFI



Conforme demonstrado no gráfico acima, o Ministério do Desenvolvimento Regional encerrou o exercício de 2021 com um patrimônio líquido positivo da ordem de R\$ 16,5 bilhões, contabilizando redução de R\$ 74 milhões em relação ao valor de 2020.

No que tange às obrigações, o Ministério do Desenvolvimento Regional apresentou, no ano de 2021, passivos de R\$ 3,76 bilhões, também evidenciando decréscimo em comparação com o exercício de 2020, cujo saldo exigível atingiu R\$ 4,48 bilhões (redução de 15,99%).

Identificou-se que o referido decréscimo no passivo se deu, dentre outras razões, pela melhoria na gestão de processos no MDR, que definiu procedimentos otimizados para a análise financeira das prestações de contas das transferências obrigatórias, resultando em baixas de passivos em torno de R\$ 1 bilhão.

Os Ativos do Ministério, por sua vez, replicaram o movimento apresentado pelas contas de passivo. Com um montante registrado de R\$ 20,27 bilhões, o exercício de 2021 apresentou decréscimo de 3,75% em comparação com o ano anterior (2020), cujos ativos foram contabilizados em R\$ 21,06 bilhões.

Tal decréscimo se deve, principalmente, às variações de caixa e equivalentes de caixa, decorrentes da transferência de recursos do Fundo Nacional de Habitação e Interesse Social – FHNIS para amortização da dívida pública da União.

De qualquer forma, em movimento inverso, vale mencionar que cerca de R\$ 10,9 bilhões, praticamente 50% do ativo total registrado, encontram-se imobilizados na forma de obras, estudos, projetos e instalações, principalmente do Projeto de Integração do Rio São Francisco. Registra-se que, em 2020, o montante decorrente do mesmo empreendimento atingiu R\$ 10,1 bilhões.

A seguir são apresentadas as Demonstrações Contábeis – DCON, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas de 2021, cujos valores constantes deste documento foram extraídos a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e tiveram como escopo os dados consolidados em nível de Órgão, ou seja, englobaram as contas desta Pasta no que se refere à execução de suas unidades gestoras e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social-FNHIS.

Por sua vez, na consolidação das demonstrações contábeis deste MDR não foram utilizados os critérios de exclusão e compensações, considerando que no SIAFI este mecanismo está disponibilizado apenas em nível de Balanço Geral da União-BGU. Entretanto, essas demonstrações consolidadas representam o agregado dos saldos de todas as unidades gestoras, e as Notas Explicativas (NE), parte integrante das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), são constituídas de informações relevantes, complementares ou suplementares destas, com o intuito de facilitar a compreensão das informações pelos diversos usuários.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balço Patrimonial

R\$

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	N.E.	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	N.E.	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE		8.585.295.414,69	10.244.969.907,10	PASSIVO CIRCULANTE		3.765.805.596,53	4.482.718.411,86
Caixa e Equivalentes de Caixa	'01	270.414.461,95	2.102.965.603,33	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	'05	7.399.023,14	6.813.097,75
Créditos a Curto Prazo	'02	8.314.877.916,09	8.141.987.790,62	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	'06	361.151.466,55	138.394.467,18
Demais Créditos e Valores		8.314.877.916,09	8.141.987.790,62	Obrigações de Repartição a Outros Entes	'07	3.194.581.812,56	-
Estoques		2.836,20	16.312,70	Provisões a Curto Prazo		442,43	442,43
VPDs Pagas Antecipadamente		200,45	200,45	Demais Obrigações a Curto Prazo	'08	202.672.851,85	4.337.510.404,50
ATIVO NÃO CIRCULANTE		11.693.042.498,81	10.824.372.058,93	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	'03	656.226.324,13	602.639.966,85	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		3.765.805.596,53	4.482.718.411,86
Créditos a Longo Prazo		656.226.324,13	602.639.966,85	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		5.092.402,00	5.092.402,00				
Demais Créditos e Valores		671.082.270,93	617.495.913,65				
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo		-19.948.348,80	-19.948.348,80				
Imobilizado		10.952.869.404,81	10.144.603.354,00	Resultados Acumulados		16.512.532.316,97	16.586.623.554,17
Bens Móveis		193.170.399,44	79.506.979,44	Resultado do Exercício		-193.062.575,15	4.098.652.653,67
Bens Móveis		224.675.138,87	107.764.005,15	Resultados de Exercícios Anteriores		16.586.623.554,17	11.911.891.621,67
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-31.504.739,43	-28.257.025,71	Ajustes de Exercícios Anteriores		118.971.337,95	576.079.278,83
Bens Imóveis		10.759.699.005,37	10.065.096.374,56	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	'09	16.512.532.316,97	16.586.623.554,17
Bens Imóveis	'04	10.759.699.005,37	10.065.096.374,56				
Intangível		83.946.769,87	77.128.738,08				
Softwares		72.061.215,55	65.243.183,76				
Softwares		72.061.215,55	65.243.183,76				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		687.318,39	687.318,39				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		687.318,39	687.318,39				
Direitos de Uso de Imóveis		11.198.235,93	11.198.235,93				
Direitos de Uso de Imóveis		11.198.235,93	11.198.235,93				
TOTAL DO ATIVO		20.278.337.913,50	21.069.341.966,03	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		20.278.337.913,50	21.069.341.966,03

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

R\$

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO FINANCEIRO	270.425.563,51	2.102.976.704,89	PASSIVO FINANCEIRO	17.522.391.684,13	14.552.395.259,13
ATIVO PERMANENTE	20.007.912.349,99	18.966.365.261,14	PASSIVO PERMANENTE	54.491.223,94	85.133.682,27
			SALDO PATRIMONIAL	2.701.455.005,43	6.431.813.024,63

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

R\$

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	53.671.964,52	44.979.031,01	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	25.427.394.542,96	25.442.235.992,33
Atos Potenciais Ativos	53.671.964,52	44.979.031,01	Atos Potenciais Passivos	25.427.394.542,96	25.442.235.992,33
Garantias e Contragarantias Recebidas	33.896.589,52	33.896.589,52	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	24.802.240.721,18	24.694.707.714,43
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	19.057.604,37	10.364.670,86	Obrigações Contratuais	625.153.821,78	747.528.277,90
Direitos Contratuais	717.770,63	717.770,63			
TOTAL	53.671.964,52	44.979.031,01	TOTAL	25.427.394.542,96	25.442.235.992,33

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

R\$

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-10.498.949.239,57
Recursos Vinculados	-6.753.016.881,05
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-2.732.060,50
Previdência Social (RPPS)	-
Dívida Pública	-6.386.493.856,68
Alienação de Bens e Direitos	-34.901,34
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-363.756.062,53
TOTAL	-17.251.966.120,62

Demonstrações das Variações Patrimoniais

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	N.E.	2021	2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		40.048.716.009,78	41.663.036.150,71
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		13.749,00	21.847,00
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		13.749,00	21.847,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		43.390.382,39	124.591.351,92
Juros e Encargos de Mora		261.928,22	1.189.522,51
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		43.128.454,17	123.401.829,41
Transferências e Delegações Recebidas	14	37.166.992.569,16	39.933.263.623,74
Transferências Intragovernamentais		37.163.444.963,70	39.933.088.737,73
Outras Transferências e Delegações Recebidas		3.547.605,46	174.886,01
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		2.241.381.747,31	1.107.543.690,80
Ganhos com Incorporação de Ativos		2.066.431.306,93	1.105.546.311,50
Ganhos com Desincorporação de Passivos		174.950.440,38	1.997.379,30
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		596.937.561,92	497.615.637,25
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		596.937.561,92	497.615.637,25
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		40.241.778.584,93	37.564.383.497,04
Pessoal e Encargos		116.589.872,46	113.323.013,92
Remuneração a Pessoal		91.640.857,17	88.954.650,46
Encargos Patronais		15.119.096,03	15.034.178,86
Benefícios a Pessoal		6.429.762,33	6.656.934,38
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		3.400.156,93	2.677.250,22
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		7.904.464,58	7.524.287,41
Aposentadorias e Reformas		6.263.558,80	5.804.965,20
Pensões		1.376.852,19	1.450.507,63

Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		264.053,59	268.814,58
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		92.317.769,21	89.460.412,53
Uso de Material de Consumo		38.893,95	207.633,69
Serviços		89.031.161,54	86.005.065,12
Depreciação, Amortização e Exaustão		3.247.713,72	3.247.713,72
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		480,98	101,17
Juros e Encargos de Mora		29,03	-
Descontos Financeiros Concedidos		451,95	101,17
Transferências e Delegações Concedidas	15	36.413.103.725,28	34.730.555.446,30
Transferências Intragovernamentais		33.225.200.681,84	30.490.301.440,92
Transferências Intergovernamentais		3.187.627.831,06	4.192.672.058,11
Transferências ao Exterior		39.693,45	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		235.518,93	47.581.947,27
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		3.301.239.017,54	1.725.849.341,07
Perdas Involuntárias		-	17.294,92
Incorporação de Passivos		1.074.882.611,02	1.686.915.560,48
Desincorporação de Ativos		2.226.356.406,52	38.916.485,67
Tributárias		388.761,07	344.833,23
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		371.125,82	327.273,28
Contribuições		17.635,25	17.559,95
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		310.234.493,81	897.326.061,41
Subvenções Econômicas		310.224.836,29	897.319.561,84
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		9.657,52	6.499,57
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	13	-193.062.575,15	4.098.652.653,67

Balanço Orçamentário

R\$

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	N.E.	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	<u>11</u>	149.720.467,00	149.720.467,00	91.357.562,57	-58.362.904,43
Receita Patrimonial		149.720.467,00	149.720.467,00	91.357.562,57	-58.362.904,43
Valores Mobiliários		62.009.632,00	62.009.632,00	46.047.336,14	-15.962.295,86
Exploração de Recursos Naturais		87.710.835,00	87.710.835,00	45.310.226,43	-42.400.608,57
RECEITAS DE CAPITAL		1.102.031.723,00	1.102.031.723,00	-	-1.102.031.723,00
Operações de Crédito		1.102.031.723,00	1.102.031.723,00	-	-1.102.031.723,00
Operações de Crédito Internas		1.102.031.723,00	1.102.031.723,00	-	-1.102.031.723,00
SUBTOTAL DE RECEITAS		1.251.752.190,00	1.251.752.190,00	91.357.562,57	-1.160.394.627,43
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		1.251.752.190,00	1.251.752.190,00	91.357.562,57	-1.160.394.627,43
DEFICIT	<u>10</u>			10.020.645.835,28	10.020.645.835,28
TOTAL		1.251.752.190,00	1.251.752.190,00	10.112.003.397,85	8.860.261.207,85
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS		-	1.733.169.796,00	-	-1.733.169.796,00
Superavit Financeiro		-	450.000.000,00	-	-
Créditos Cancelados		-	1.283.169.796,00	-	-

R\$

DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	N.E.	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		1.389.095.874,00	1.641.155.429,00	914.732.300,05	656.849.003,96	647.814.161,04	726.423.128,95
Pessoal e Encargos Sociais		127.787.892,00	119.188.539,00	118.536.249,97	117.799.429,66	110.196.940,52	652.289,03
Outras Despesas Correntes		1.261.307.982,00	1.521.966.890,00	796.196.050,08	539.049.574,30	537.617.220,52	725.770.839,92
DESPESAS DE CAPITAL		8.340.583.474,00	9.821.693.715,00	9.197.271.097,80	2.320.313.656,25	2.309.995.601,38	624.422.617,20
Investimentos		8.313.582.942,00	8.747.593.715,00	8.123.171.097,80	1.246.213.656,25	1.235.895.601,38	624.422.617,20
Inversões Financeiras		27.000.532,00	1.074.100.000,00	1.074.100.000,00	1.074.100.000,00	1.074.100.000,00	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		115.588.782,00	115.588.782,00	-	-	-	115.588.782,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS		9.845.268.130,00	11.578.437.926,00	10.112.003.397,85	2.977.162.660,21	2.957.809.762,42	1.466.434.528,15
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		9.845.268.130,00	11.578.437.926,00	10.112.003.397,85	2.977.162.660,21	2.957.809.762,42	1.466.434.528,15
TOTAL	<u>12</u>	9.845.268.130,00	11.578.437.926,00	10.112.003.397,85	2.977.162.660,21	2.957.809.762,42	1.466.434.528,15

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	44.697.825,55	97.865.232,11	52.071.660,55	51.226.829,45	21.919.110,72	69.417.117,49
Pessoal e Encargos Sociais	481.733,78	321.360,82	77.608,59	77.608,59	481.733,78	243.752,23
Outras Despesas Correntes	44.216.091,77	97.543.871,29	51.994.051,96	51.149.220,86	21.437.376,94	69.173.365,26
DESPESAS DE CAPITAL	4.970.850.130,41	5.041.397.341,47	2.891.137.314,51	2.498.374.272,30	513.445.869,86	7.000.427.329,72
Investimentos	4.970.850.130,41	5.041.397.341,47	2.891.137.314,51	2.498.374.272,30	513.445.869,86	7.000.427.329,72
TOTAL	5.015.547.955,96	5.139.262.573,58	2.943.208.975,06	2.549.601.101,75	535.364.980,58	7.069.844.447,21

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	194.648.007,49	43.918.136,74	30.804.945,08	6.800.415,46	200.960.783,69
Pessoal e Encargos Sociais	-	7.073.051,37	7.023.037,34	-	50.014,03
Outras Despesas Correntes	194.648.007,49	36.845.085,37	23.781.907,74	6.800.415,46	200.910.769,66
DESPESAS DE CAPITAL	3.533.738.135,88	611.984.165,58	795.510.211,23	255.721.245,28	3.094.490.844,95
Investimentos	3.533.738.135,88	611.984.165,58	795.510.211,23	255.721.245,28	3.094.490.844,95
TOTAL	3.728.386.143,37	655.902.302,32	826.315.156,31	262.521.660,74	3.295.451.628,64

Balanço Financeiro

ESPECIFICAÇÃO	N.E.	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	N.E.	2021	2020
Receitas Orçamentárias		91.357.562,57	122.972.227,52	Despesas Orçamentárias		10.112.003.397,85	10.668.146.698,36
Ordinárias		-	-	Ordinárias		4.633.911.941,17	7.252.197.636,47
Vinculadas		91.359.496,16	122.972.227,97	Vinculadas		5.478.091.456,68	3.415.949.061,89
Previdência Social (RPPS)		-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)		223.313.250,51	1.009.139,35
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		91.359.496,16	122.972.227,97	Previdência Social (RPPS)		2.569.625,00	4.298.658,06
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-1.933,59	-0,45	Dívida Pública		4.866.409.892,23	3.385.532.810,67
				Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		385.798.688,94	25.108.453,81
Transferências Financeiras Recebidas	17	37.159.246.476,55	39.931.218.618,93	Transferências Financeiras Concedidas	17	33.221.002.194,69	30.488.431.322,12
Resultantes da Execução Orçamentária		25.002.377.662,03	27.716.552.163,44	Resultantes da Execução Orçamentária		22.438.067.736,24	22.449.514.232,96
Cota Recebida		21.203.977.640,53	21.516.655.352,17	Repassé Concedido		18.468.168.755,97	16.091.548.736,07
Repassé Recebido		1.249.539,02	27.845,53	Sub-repassé Concedido		3.632.513.140,26	6.151.963.300,54
Sub-repassé Recebido		3.632.513.140,26	6.151.963.300,54	Cota Devolvida		177.835.504,50	165.296.281,84
Repassé Devolvido		5.323.023,69	7.199.750,69	Repassé Devolvido		236.016,98	
Sub-repassé Devolvido		159.314.318,53	40.705.914,51	Sub-repassé Devolvido		159.314.318,53	40.705.914,51
Independentes da Execução Orçamentária		12.156.868.814,52	12.214.666.455,49	Independentes da Execução Orçamentária		10.782.934.458,45	8.038.917.089,16
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		12.127.237.182,93	12.160.069.690,09	Transferências Concedidas para Pagamento de RP		8.472.943.914,40	7.568.950.655,53
Demais Transferências Recebidas		21.738.405,53	50.779.196,12	Demais Transferências Concedidas		1.774.576.986,86	42.134.600,71
Movimentação de Saldos Patrimoniais		7.893.226,06	3.697.541,88	Movimento de Saldos Patrimoniais		535.413.557,19	427.711.805,52
Movimentações para Incorporação de Saldos			120.027,40	Movimentações para Incorporação de Saldos			120.027,40
Recebimentos Extraorçamentários		7.796.407.066,31	5.774.422.185,22	Pagamentos Extraorçamentários		3.546.556.654,27	4.761.726.225,03
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		19.352.897,79	101.604.053,08	Pagamento dos Restos a Pagar Processados		826.315.156,31	2.469.821.542,67
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		7.134.840.737,64	5.139.262.573,58	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		2.549.601.101,75	2.151.450.848,42
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		160.025.895,01	111.665.804,40	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		163.759.716,10	140.426.466,42
Outros Recebimentos Extraorçamentários		482.187.535,87	421.889.754,16	Outros Pagamentos Extraorçamentários		6.880.680,11	27.367,52
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento			5.270,59	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		3.835,93	
Restituições a Pagar			7.708.751,24	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		6.646.085,35	
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		5.713,00		Demais Pagamentos		230.758,83	27.367,52
Arrecadação de Outra Unidade		482.181.822,87	414.175.732,33				
Saldo do Exercício Anterior		2.102.965.603,33	2.192.656.817,17	Saldo para o Exercício Seguinte		270.414.461,95	2.102.965.603,33
Caixa e Equivalentes de Caixa	16	2.102.965.603,33	2.192.656.817,17	Caixa e Equivalentes de Caixa	16	270.414.461,95	2.102.965.603,33
TOTAL		47.149.976.708,76	48.021.269.848,84	TOTAL		47.149.976.708,76	48.021.269.848,84

Demonstração do Fluxo de Caixa

	N.E.	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		139.129.677,72	2.792.512.471,53
INGRESSOS		37.892.817.470,00	40.587.741.134,42
Receita Patrimonial		45.310.226,43	
Remuneração das Disponibilidades		46.047.336,14	122.972.227,52
Outros Ingressos Operacionais		37.801.459.907,43	40.464.768.906,90
Ingressos Extraorçamentários		160.025.895,01	111.665.804,40
Restituições a Pagar			7.708.751,24
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		5.713,00	
Transferências Financeiras Recebidas		37.159.246.476,55	39.931.218.618,93
Arrecadação de Outra Unidade		482.181.822,87	414.175.732,33
DESEMBOLSOS		-37.753.687.792,28	-37.795.228.662,89
Pessoal e Demais Despesas		-526.385.437,02	-1.056.517.702,92
Administração		-173.139.015,43	-160.265.471,63
Segurança Pública		-15.668.029,09	-20.377.157,67
Previdência Social		-7.475.663,85	-6.792.544,26
Urbanismo		-639.171,60	-3.295.863,56
Habitação		-1.954.781,48	-84.624,00
Gestão Ambiental		-961.777,55	-32.713,16
Agricultura		-353.104,57	-1.859.558,00
Comunicações		-280.287,75	-
Encargos Especiais		-325.909.769,77	-863.815.041,23
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		-3.835,93	5.270,59

Transferências Concedidas		-3.835.663.600,29	-6.109.825.803,91
Intergovernamentais		-3.786.708.515,64	-6.073.780.221,12
A Estados e/ou Distrito Federal		-919.337.624,26	-1.525.195.004,90
A Municípios		-2.867.370.891,38	-4.548.585.216,22
Intragovernamentais		-31.272.324,52	-30.281.955,66
Outras Transferências Concedidas		-17.682.760,13	-5.763.627,13
Outros Desembolsos Operacionais		-33.391.638.754,97	-30.628.885.156,06
Dispêndios Extraorçamentários		-163.759.716,10	-140.426.466,42
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-6.646.085,35	
Transferências Financeiras Concedidas		-33.221.002.194,69	-30.488.431.322,12
Demais Pagamentos		-230.758,83	-27.367,52
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-1.971.680.819,10	-2.882.203.685,37
DESEMBOLSOS		-1.971.680.819,10	-2.882.203.685,37
Aquisição de Ativo Não Circulante		-720.723.283,10	-1.026.397.410,26
Outros Desembolsos de Investimentos		-1.250.957.536,00	-1.855.806.275,11
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	18	-1.832.551.141,38	-89.691.213,84
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		2.102.965.603,33	2.192.656.817,17
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		270.414.461,95	2.102.965.603,33

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Especificação	N.E.	Resultados Acumulados	Total
Saldo Inicial do Exercício 2020	09	11.911.891.621,67	11.911.891.621,67
Ajustes de Exercícios Anteriores		576.079.278,83	576.079.278,83
Resultado do Exercício		4.098.652.653,67	4.098.652.653,67
Saldo Final do Exercício 2020		16.586.623.554,17	16.586.623.554,17

Especificação	N.E.	Resultados Acumulados	Total
Saldo Inicial do Exercício 2021	09	16.586.623.554,17	16.586.623.554,17
Ajustes de Exercícios Anteriores		118.971.337,95	118.971.337,95
Resultado do Exercício		-193.062.575,15	-193.062.575,15
Saldo Final do Exercício 2021		16.512.532.316,97	16.512.532.316,97

Principais Fatos Contábeis e Notas Explicativas

Ativos

Nota 01 - Caixa e Equivalente de Caixa

Tabela 01 - Caixas e Equivalentes

R\$				
Caixas e Equivalentes	31/12/2021	31/12/2020	AH %	Var. Absoluta
Caixa	202.460.292,88	310.379.137,96	-34,77	-107.918.845,08
Recursos da Conta Única Aplicados	67.954.169,07	1.792.586.465,37	-96,21	-1.724.632.296,30
Total	270.414.461,95	2.102.965.603,33	-87,14	-1.832.551.141,38

Fonte: SIAFI

Ressalta-se o decréscimo na geração líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa no valor de R\$ 1.832.551.141,38 no exercício de 2021, evidenciando variação negativa de 87,14% em comparação com o exercício anterior. O saldo de Caixas e Equivalentes, por sua vez, corresponde a 3,15 % do total do Ativo Circulante.

Esse subgrupo é composto pelo somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação e para os quais não haja restrições para uso imediato.

A baixa identificada na conta de Recursos da Conta Única Aplicados refere-se à transferência de recursos do Fundo Nacional de Habitação e Interesse Social, provenientes de superávit de aplicação, para amortização da dívida pública da União, conforme Portaria nº 759, de 22 de março de 2021, editada pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN/ME.

Nota 02 - Créditos a Curto Prazo e Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Tabela 02 - Créditos a Curto Prazo

R\$				
Créditos a Curto Prazo	31/12/2021	31/12/2020	AH %	Var. Absoluta
Demais Créditos e Valores	8.314.877.916,09	8.141.987.790,62	2,12	172.890.125,47
Total	8.314.877.916,09	8.141.987.790,62	2,12	172.890.125,47

Fonte: SIAFI

Os créditos a curto prazo em 31 de dezembro de 2021 equivalem a R\$8.314.877.916,09, correspondendo a 96,85 % do total do Ativo Circulante e apresentando ligeiro acréscimo (2,12%) em comparação com o observado em dezembro de 2020.

Os montantes registrados neste grupo são relativos a valores a receber por diversas transações realizáveis no curto prazo.

Nesse contexto, ressalta-se que os adiantamentos de recursos financeiros a outros órgãos, realizados por meio de Termo de Execução Descentralizada e ainda pendentes de comprovação pelo recebedor, possuem forte participação na composição do referido grupo contábil, constituindo-se em instrumentos relevantes de atuação das Secretarias Nacionais, que transferem os recursos orçamentários e financeiros para a execução de ações de interesses mútuos entre as Secretarias e Estados ou Municípios

Nota 03 – Créditos a Longo Prazo

Tabela 03 – Crédito a Longo Prazo

R\$				
Créditos a Longo Prazo	31/12/2021	31/12/2020	AH %	Var. Absoluta
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	5.092.402,00	5.092.402,00	-	-
Demais Créditos e Valores	671.082.270,93	617.495.913,65	8,68	53.586.357,28
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo	-19.948.348,80	-19.948.348,80	-	-
Total	656.226.324,13	602.639.966,85	8,89	53.586.357,28

Fonte: SIAFI

Os créditos a longo prazo equivalem a R\$ 656.226.324,13, correspondendo a 5,61% do total do Ativo Não Circulante, ressaltando-se a ocorrência de movimentação apenas na conta Demais Créditos e Valores, que apresentou variação positiva de 8,68%, em comparação com o mesmo período de 2020.

Tal acréscimo de 8,68% pode ser explicado por créditos a receber decorrentes da instauração de tomada de contas especiais no Ministério, em virtude de pendências de prestações de contas da execução da despesa, de apresentações fora do prazo legal, bem como de inconformidades ou incompletudes verificadas na documentação de transferências voluntárias.

Nota 04 - Bens Imóveis

No âmbito do Ativo Imobilizado, que juntamente com o Realizável a Longo Prazo e o Ativo Intangível compõe o Ativo não Circulante, os Bens Imóveis representam 98,24%, com variação positiva de 6,90% em relação ao exercício anterior. Destaca-se, nesse ponto, que a quase totalidade dos valores contabilizados relaciona-se ao Projeto de Integração do Rio São Francisco, envolvendo a obra, serviços, instalações e demais custos.

Passivos

Nota 05 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar de Curto Prazo

No âmbito do Passivo Exigível do MDR, as Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais de Curto Prazo no mês de dezembro/21 correspondem a apenas 0,20%.

Essas obrigações são destinadas ao pagamento de compromissos de curto prazo, que são compostos por despesas de pagamento de pessoal, pagamentos de estagiários, benefícios previdenciários e encargos sociais, conforme se evidencia no quadro abaixo.

Tabela 04 – Obrigações Trabalhistas Previdenciárias e Assistenciais de Curto Prazo

R\$				
Obrig. Trabalhistas Previd. e Assistenciais de CP	31/12/2021	31/12/2020	AH %	Var. Absoluta
Pessoal a Pagar	7.330.502,71	6.746.719,91	8,65	583.782,80
Benefícios Previdenciários a Pagar	27.587,19	22.234,78	24,07	5.352,41
Encargos Sociais a Pagar	40.933,24	44.143,06	-7,27	-3.209,82
Total	7.399.023,14	6.813.097,75	8,60	585.925,39

Fonte: SIAFI

Num contexto mais geral, em termos de materialidade, destacam-se os montantes de Pessoal a Pagar, com crescimento de 8,65% (tabela 05), em comparação com o exercício anterior, decorrendo, dentre outros fatores, da reestruturação de cargos e do aumento da força de trabalho consequente, em razão da aplicação da Lei nº 14.204/2021 no MDR, ambos no contexto da preservação do orçamento.

Tabela 05 - Pessoal a Pagar

R\$				
Pessoal a Pagar	31/12/2021	31/12/2020	AH %	Var. Absoluta
Salários, Remunerações e Benefícios	7.330.502,71	6.746.719,91	8,65	583.782,80
Total	7.330.502,71	6.746.719,91	8,65	583.782,80

Fonte: SIAFI

Quanto aos Benefícios Previdenciários a Pagar (tabela 06), o aumento de 24,07%, em comparação a 2020, apresenta baixa materialidade em valores absolutos (variação de R\$ 5.352,41) e deve-se a valores de auxílios natalidade, assistência médico/odontológica e salário maternidade.

Tabela 06 - Benefícios Previdenciários a Pagar

R\$				
Benefícios Previdenciários a Pagar	31/12/2021	31/12/2020	AH %	Var. Absoluta
Benefícios Previdenciários	27.587,19	22.234,78	24,07	5.352,41
Total	27.587,19	22.234,78	24,07	5.352,41

Fonte: SIAFI

Por fim, os Encargos Sociais a Pagar tiveram uma diminuição de 7,27%, comparados com o ano anterior.

Enfatiza-se, nesse sentido, o montante de contribuição a Entidade de Previdência Complementar, com recuo de 12,67%. A redução dessas provisões para pagamento à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público – FUNPRESP motivou-se, principalmente, por redução de participantes, alteração de alíquotas de contribuição ou mudança de contribuição por faixa salarial.

Tabela 07 – Encargos Sociais a Pagar

R\$				
Encargos Sociais a Pagar	31/12/2021	31/12/2020	AH %	Var. Absoluta
Contribuição a Entidades de Previdência Complementar	13.670,81	15.653,60	-12,67	-1.982,79
FGTS	27.262,43	28.489,46	-4,31	-1.227,03
Total	40.933,24	44.143,06	-7,27	-3.209,82

Fonte: SIAFI

Nota 06 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo - Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais

Inicialmente, no que tange ao referido grupo contábil, ressalta-se, com base na Tabela 08 a seguir, que as obrigações com Fornecedores Nacionais se caracterizam por registros de valores a pagar aos fornecedores nacionais de bens, materiais e serviços envolvidos com as atividades operacionais do Órgão.

As obrigações com Contas a Pagar Credores Nacionais, por sua vez, referem-se ao registro de valores a pagar em serviços tomados e demais compras, quando a empresa contratada for domiciliada no Brasil, mesmo que essa contratação seja por uma Unidade Gestora do Exterior.

Representando 9,59% do total do Passivo Exigível, o grupo Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo, em comparação com o exercício anterior, teve um acréscimo de 160,96%, conforme demonstra a tabela a seguir:

Tabela 08 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

R\$				
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	31/12/2021	31/12/2020	AH %	Var. Absoluta
Fornecedores Nacionais	10.944.828,02	14.533.667,68	-24,69	-3.588.839,66
Contas a Pagar Credores Nacionais	350.188.355,79	123.842.516,76	182,77	226.345.839,03
Fornecedores Nacionais INTRA OFSS	18.282,74	18.282,74	-	-
Total	361.151.466,55	138.394.467,18	160,96	222.756.999,37

Fonte: SIAFI

Como pode ser observado, a variação mais expressiva ocorreu em Contas a Pagar Credores Nacionais, que teve acréscimo de 182,77% em relação ao ano anterior, com variação absoluta de R\$ 226.345.839,03.

Tal acréscimo, como pode ser observado na tabela 09, concentra-se na Administração Geral MDR, responsável pela gestão de contratos de prestação de serviços que atendem a todo o ministério, (variação em torno de R\$ 221 milhões) e na Secretaria Nacional de Segurança Hídrica (aproximadamente R\$ 6 milhões).

Tabela 09 - Contas a Pagar / Credores Nacionais

	31/12/2021	31/12/2020	AH %	Var. Absoluta
Contas a Pagar Credores Nacionais - MDR				
530001 - MDR/SE/SADI/ADMINISTRACAO GERAL	321.612.008,09	100.052.053,81	221,44	221.559.954,28
530013 - SECRET. NAC. DE SEGURANCA HIDRICA SNS	8.928.273,13	2.409.355,32	270,57	6.518.917,81
530023 - SECRET. NAC. MOBIL. DESENV. REG. E URBANO	6.476.000,00	6.476.000,00	-	-
560005 - SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO	13.162.417,21	14.895.450,27	-11,63	-1.733.033,06
560008 - SECRETARIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO U	9.657,36	9.657,36	-	-
Total	350.188.355,79	123.842.516,76	182,77	226.345.839,03

Fonte: SIAFI

Na Administração Geral/MDR (Tabela 10), destacam-se as obrigações com a Caixa Econômica Federal (representando aproximadamente 98% das Contas a Pagar – Credores Nacionais), cujos valores referem-se à liquidação de empenhos realizados de 2006 a 2020, implicando necessidade de prestação de serviços operacionais para execução dos programas e ações geridos pelo MDR (execução dos contratos de repasses), os quais elevaram-se em 228,69%, em comparação com o ano anterior (tabela 10).

Tal aumento foi influenciado em grande medida pela aprovação tardia do orçamento em 2021, o que motivou concentração de operações no final do ano, notadamente em dezembro/21 (processo 59000.027208/2021-51).

Tabela 10 – Órgão MDR - UG 530001

	31/12/2021	31/12/2020	AH %	Var. Absoluta
Órgão Ministério do Desenvolvimento Regional (UG 530001)				
CAIXA ECONOMICA FEDERAL (F 0100 00360305000104)	153.319.764,59	88.644.677,70	72,96	64.675.086,89
CAIXA ECONOMICA FEDERAL (F 0144 00360305000104)	62.592.909,49	292.395,77	21306,91	62.300.513,72
CAIXA ECONOMICA FEDERAL (F 0150 00360305000104)	206.098,41	206.098,41	-	-
CAIXA ECONOMICA FEDERAL (F 0180 00360305000104)	665.463,46	1.175.801,60	-43,40	-510.338,14
CAIXA ECONOMICA FEDERAL (F 0188 00360305000104)	65.748.825,19	76.002,86	86408,36	65.672.822,33
CAIXA ECONOMICA FEDERAL (F 0300 00360305000104)	33.948.298,65	4.779.192,95	610,34	29.169.105,70
CAIXA ECONOMICA FEDERAL (F 0388 00360305000104)	1.206.359,98	1.477.927,52	-18,37	-271.567,54
Total	317.687.719,77	96.652.096,81	228,69	221.035.622,96

Fonte: SIAFI

Nota 07 – Obrigações de Repartição a Outros Entes

Este grupo de contas “Obrigações de Repartição a Outros Entes” (novo no exercício de 2021) recebeu transferência de saldos que estavam registrados no grupo “Demais Obrigações a Curto Prazo” (exercício de 2020), representando cerca de 85% do total do Passível Exigível.

Nesse grupo estão contabilizadas as transferências discricionárias das Secretarias Nacionais do MDR para Entes da Federação e Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos (Concedente e Beneficiário), destacando-se, com maior representatividade, as atividades voltadas a programas sociais de habitação operados pela Caixa Econômica Federal, bem como ações de mobilidade, desenvolvimento regional e urbano. Para tanto, ocorre a celebração de instrumentos jurídicos entre as partes, tais como convênios, contratos de repasse, acordos de cooperação e termos de compromissos para consecução da atividade/programa.

Tabela 11 – Obrigações de Repartição a Outros Entes

	31/12/2021	31/12/2020	AH %	Var. Absoluta
Obrigações de Repartição a Outros Entes (Transf. Fiscais a C.P)				
Transf. Discricionárias a Pagar - Consolidação	3.194.581.812,56	-	-	3.194.581.812,56
Total	3.194.581.812,56	-	-	3.194.581.812,56

Fonte: SIAFI

Representado, no caso específico do MDR, por Transferências Discricionárias a Pagar (Tabela 12), o referido grupo foi consolidado em atendimento ao PCASP Federação, que ensejou também alterações na forma de registro nas situações de Transferências Constitucionais, Legais e Voluntárias (TRF) a partir de janeiro de 2021.

Tabela 12 – Transferências Discricionárias a Pagar

	31/12/2021	31/12/2020	AH %	Var. Absoluta
Transferências Discricionárias a Pagar - Consolidação				
53000/00001 - Ministério do Desenvolvimento Regional	2.945.542.111,72	-	-	2.945.542.111,72
56902/00001 - Fundo Nacional de Hab. Interesse Social	249.039.700,84	-	-	249.039.700,84
Total	3.194.581.812,56	-	-	3.194.581.812,56

Fonte SIAFI

Nota 08 – Demais Obrigações a Curto Prazo

Em Demais Obrigações a Curto Prazo nota-se uma redução de 95,33% em relação ao período anterior. Este Grupo representou 5,38% do total do Passivo Exigível.

Tabela 13 – Demais Obrigações a Curto Prazo

	R\$			
Demais Obrigações a Curto Prazo	31/12/2021	31/12/2020	AH %	Var. Absoluta
Valores Restituíveis	2.080.236,66	876.190,89	137,42	1.204.045,77
Outras Obrigações a Curto Prazo	200.592.615,19	4.336.634.213,61	-95,37	-4.136.041.598,42
Total	202.672.851,85	4.337.810.404,50	-95,33	-4.134.837.552,65

Fonte: SIAFI

Tal movimento foi contabilizado na conta Outras Obrigações de Curto Prazo (Tabela 14), em razão de transferência de saldos da Conta Convênios e Instrumentos Congêneres a Pagar para o novo Grupo de Contas Obrigações de Repartição a Outros Entes (grupo 2150), Conta Transferências Discricionárias a Pagar – Consolidação, em virtude de mudança para atender o PCASP da Federação, conforme explicitado pela Nota 07.

Tabela 14 – Outras Obrigações a Curto Prazo

	R\$			
Outras Obrigações a Curto Prazo	31/12/2021	31/12/2020	AH %	Var. Absoluta
53000/00001 - Ministério do Desenvolvimento Regional	200.592.615,19	4.059.062.266,29	-95,06	-3.858.469.651,10
56902/00001 - Fundo Nacional de Hab. Interesse Social	-	277.571.947,32	-	-277.571.947,32
Total	200.592.615,19	4.336.634.213,61	-95,37	-4.136.041.598,42

Fonte: SIAFI

Patrimônio Líquido

Nota 09 – Resultados Acumulados (Patrimônio Líquido)

O valor do Resultado do Exercício é o confronto das variações patrimoniais aumentativas com as variações patrimoniais diminutivas, apresentando, ao final, situação patrimonial superavitária ou deficitária.

O Resultado do Exercício de 2021 teve um decréscimo de 104,71% em relação ao Resultado do Exercício do ano anterior. O órgão 53000 (MDR) apresentou superávit de R\$1.503.651.362,94, enquanto o órgão 56902 (FNHIS) apresentou um déficit de R\$1.696.713.938,09, contabilizando-se, portanto, um déficit total de R\$193.062.575,15 no período.

Tabela 15 – Resultados Acumulados

Tabela 15 – Resultados Acumulados

	R\$			
Resultados Acumulados	31/12/2021	31/12/2020	AH %	Var. Absoluta
Resultado do Exercício	-193.062.575,15	4.098.652.653,67	-104,71	-4.291.715.228,82
Resultado de Exercícios Anteriores	16.586.623.554,17	11.911.891.621,67	39,24	4.674.731.932,50
Ajustes de Exercícios Anteriores	118.971.337,95	576.079.278,83	-79,35	-457.107.940,88
Total	16.512.532.316,97	16.586.623.554,17	-0,45	-74.091.237,20

Fonte: SIAFI

A conta Resultado de Exercícios Anteriores, conforme observado pela Tabela 15, teve um acréscimo percentual de 39,24% entre os períodos, tendo em vista a incorporação do resultado do exercício de 2020 e dos ajustes no mesmo exercício.

Balanço Orçamentário

Nota 10 - Receitas e Despesas

As despesas empenhadas apuradas no Balanço Orçamentário refletem os valores constantes nas contas do Balancete do Ministério, em crédito empenhado e pago ou inscrito em Restos a Pagar, executados diretamente nas unidades gestoras do Ministério e da Caixa Econômica Federal.

Para o exercício de 2021 havia previsão de Receitas (Corrente e de Capital) no montante de R\$ 1,2 bilhão e de execução de despesas (Corrente e de Capital) no valor total de R\$ 11,5 bilhões. Quanto ao montante de despesas, cumpre explicar que se referem à Administração Direta do MDR e abrangem os indicadores de Resultado Primário 0 (Despesas Financeiras), 1 (Despesas Obrigatórias), 2 (Despesas Discricionárias), 6 (Emendas Individuais Impositivas), 7 (Emendas de Bancada Impositivas) e 9 (Emendas de Relator).

A receita arrecadada, contudo, atingiu R\$ 91,3 milhões, enquanto as despesas empenhadas alcançaram R\$ 10,1 bilhões.

Ao analisar as receitas e despesas da Administração Direta do MDR, é imperioso registrar que o órgão praticamente não possui receitas próprias, ao passo que suas atribuições regimentais, como responsável por nove políticas nacionais, posicionam-no como demandante de recursos para grandes investimentos em infraestrutura, o que se reflete no volume de despesas executadas.

Sobre o assunto, informa-se que o déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário. Desta forma, tem-se a seguinte equação: Receitas Realizadas + Déficit = Despesas Realizadas.

Nota 11 - Receitas Correntes

Conforme o indicador de execução da receita (receita executada/receita prevista) demonstra, as receitas correntes executadas representaram 61,02% da previsão atualizada, implicando frustração de arrecadação em torno de R\$ 58,3 milhões, conforme a tabela abaixo:

Tabela 16 - Receitas Correntes e Receitas de Capital

R\$					
Receitas Correntes	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo	Realização %	AV %
Receita Patrimonial	149.720.467,00	91.357.562,57	-58.362.904,43	61,02	100,00
Total Receitas Correntes	149.720.467,00	91.357.562,57	-58.362.904,43	61,02	100,00
Receitas de Capital	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo	Realização %	AV
Operações de Crédito	1.102.031.723,00	-	-1.102.031.723,00	0,00	0,00
Total Receitas de Capital	1.102.031.723,00	-	-1.102.031.723,00	0,00	0,00
Total	1.251.752.190,00	91.357.562,57	-1.160.394.627,43	7,30	100,00

Fonte: SIAFI

Conforme a mesma Tabela 16, verifica-se que a Receita Patrimonial correspondeu a 100% do total de Receitas Correntes realizadas no ano de 2021, tendo em vista que não houve realização da receita de capital decorrente de operações de crédito.

Nesse ponto, ressalta-se que o maior índice de realização da Receita Patrimonial foi o proveniente de receitas de Valores Mobiliários (74,26%), provenientes da remuneração de depósitos bancários de aplicações do FNHIS no mercado financeiro.

As receitas da Exploração de Recursos Naturais, contabilizaram, por sua vez, realização de 51,66%, sendo provenientes de compensação financeira à União pela utilização de recursos hídricos para geração de energia elétrica por parte de empresas (Ex: Itaipu Binacional do Brasil).

Tabela 17 – Receita Patrimonial

R\$					
Receita Patrimonial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo	Realização %	AV %
Valores Mobiliários	62.009.632,00	46.047.336,14	-15.962.295,86	74,26	50,40
Exploração de Recursos Naturais	87.710.835,00	45.310.226,43	-42.400.608,57	51,66	49,60
Total	149.720.467,00	91.357.562,57	-58.362.904,43	61,02	100,00

Fonte: SIAFI

Nota 12 - Despesas Correntes e Despesas de Capital

Tabela 18 – Despesas Correntes e Despesas de Capital

R\$					
Despesas Correntes	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Saldo Dotação	Execução %	AV %
Pessoal e Encargos Sociais	118.188.539,00	118.536.249,97	652.289,03	99,45	1,17
Outras Despesas Correntes	1.521.966.890,00	796.196.050,08	725.770.839,92	52,31	7,87
Total Despesas Correntes	1.641.155.429,00	914.732.300,05	726.423.128,95	55,74	9,05
Despesas de Capital	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Saldo Dotação	Execução %	AV
Investimentos	8.747.593.715,00	8.123.171.097,80	624.422.617,20	92,86	80,33
Inversões Financeiras	1.074.100.000,00	1.074.100.000,00	-	100,00	10,62
Total Despesas de Capital	9.821.693.715,00	9.197.271.097,80	624.422.617,20	93,64	90,95
Reserva de Contingência	115.588.782,00	-	115.588.782,00	0,00	0,00
Total Reserva Contingencia	115.588.782,00	-	115.588.782,00	0,00	0,00
TOTAL	11.578.437.926,00	10.112.003.397,85	1.466.434.528,15	87,33	100,00

Fonte: SIAFI

Cumpra observar inicialmente que os montantes de despesas empenhadas, liquidadas e pagas, e, por consequência, o saldo de dotação do Quadro de Despesa, se referem apenas a execuções realizadas pela Administração Direta do MDR, não contemplando valores executados em unidades gestoras externas.

Dito isso, do Saldo de Dotação apresentado no Quadro, deve-se deduzir o montante de R\$ 1,2 bilhão, que foi empenhado por essas unidades gestoras externas. Essa execução se refere a descentralizações orçamentárias que, em suma, destinaram-se a projetos com unidades vinculadas do MDR, como Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf e Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – Dnocs, e a Operação Carro-Pipa, executada em parceria com o Ministério da Defesa. Para valores integrais de execução orçamentária e financeira do MDR consultar a seção “Execução Lei Orçamentária Anual (LOA 2021)” do Capítulo IV deste Relatório.

As Despesas Correntes foram executadas no percentual de 55,74% das Dotações Autorizadas, empenhando-se o valor de R\$ 914.732.300,05, de um total autorizado de R\$ 1.641.155.429,00.

A Conta Pessoal e Encargos Sociais foi a que apresentou maior percentual de execução (99,45%), sendo empenhado nesse grupo o total de R\$ 118.536.249,97, referente aos compromissos com a folha de pagamento do órgão, inclusive os encargos patronais, benefícios previdenciários/assistenciais e pensões.

Devido a pandemia de COVID-19, bem como ao esforço de otimização de despesas, destacam-se algumas reduções de execução da conta Outras Despesas Correntes (apoio administrativo, diárias e passagens, demais serviços de terceiros, telefonia), cujo

percentual de execução de 52,31% refletiu realização de empenhos na ordem de R\$ 796.196.050,08, de um total de dotação de R\$ 1.521.966.890,00.

Destaca-se a execução de 92,86% das Despesas de Capital com Investimentos, refletindo o valor de R\$ 8.123.171.097,80 empenhados, distribuídos pelas Secretarias do MDR, registrando-se maior representatividade na Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano, onde foram empenhados 100% da dotação, no valor de 6,6 bilhões.

Demonstração das Variações Patrimoniais

Nota 13 – Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) e é evidenciado na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP.

As VPA'S são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. As VPD'S são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos, implicando saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

O Resultado Patrimonial do Exercício de 2021, após confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas, foi de R\$ 193,06 milhões negativos, e espelhou redução no percentual de -104,71% em relação ao mesmo período do ano de 2020, justificada principalmente pela diminuição das transferências recebidas e aumento das transferências concedidas, conforme se explica pela Nota 14 a seguir:

Tabela 19 – Apuração do Resultado do Exercício

Apuração do Resultado do Exercício	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)	Var. Absoluta
Variações Patrimoniais Aumentativas	40.048.716.009,78	41.663.036.150,71	-3,87	-1.614.320.140,93
Variações Patrimoniais Diminutivas	40.241.778.584,93	37.564.383.497,04	7,13	2.677.395.087,89
Total	-193.062.575,15	4.098.652.653,67	-104,71	-4.291.715.228,82

Fonte: SIAFI

Nota 14 – Transferências e Delegações Recebidas

Em 2021, a variação de Transferências Intragovernamentais recebidas mostrou-se negativa no percentual de 6,94%, em comparação com o exercício de 2020. Os valores mais relevantes de queda foram apresentados nas contas de sub-repasses recebidos

nas unidades gestoras do MDR, bem como da CEF/FNHS. Ressalta-se, nesse ponto, que sub-repasses se referem à redistribuição de recursos internos, pelas unidades orçamentárias, às unidades administrativas ou a outras unidades orçamentárias incumbidas de fazer os pagamentos necessários à realização de seus programas de trabalho.

Por fim, registra-se que este grupo de contas representou o percentual de 92,80% do total das Variações Patrimoniais Aumentativas de 2021.

Tabela 20 – Transferências e Delegações Recebidas

R\$	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)	Var. Absoluta
Transferências e Delegações Recebidas				
Transferências Intragovernamentais	37.163.444.963,70	39.933.088.737,73	-6,94	-2.769.643.774,03
Outras Transferências e Delegações Recebidas	3.547.605,46	174.886,01	1928,52	3.372.719,45
Total	37.166.992.569,16	39.933.263.623,74	-6,93	-2.766.271.054,58

Fonte: SIAFI

Nota 15 – Transferências e Delegações Concedidas

As Transferências Intragovernamentais tiveram também grande relevância nas variações diminutivas, ocorrendo aumento em percentual de 8,97%, conforme a Tabela 21. O Maior impacto foi observado nas contas de Repasse Concedido pelas UGs do MDR e de Sub-Repasse Concedido pela UG financeira do MDR.

No grupo de Transferências Inter Governamentais, o maior valor se encontra na Conta Transferências Voluntárias, decorrente principalmente de Programas Sociais, que somaram a quantia de R\$ 2,55 bilhões em 2021.

Este Grupo de Contas representou o percentual de 90,49% do total das Variações Patrimoniais Diminutivas de 2021.

Tabela 21 – Transferências e Delegações Concedidas

R\$	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)	Var. Absoluta
Transferências e Delegações Concedidas				
Transferências Intragovernamentais	33.225.200.681,84	30.490.301.440,92	8,97	2.734.899.240,92
Transferências Intergovernamentais	3.187.627.831,06	4.192.672.058,11	-23,97	-1.005.044.227,05
Transferências ao Exterior	39.693,45	-	-	39.693,45
Outras Transferências e Delegações Concedidas	235.518,93	47.581.947,27	-99,51	-47.346.428,34
Total	36.413.103.725,28	34.730.555.446,30	4,84	1.682.548.278,98

Fonte: SIAFI

Balanço Financeiro

Nota 16 – Resultado Financeiro do Exercício

Tabela 22 – Resultado Financeiro do Exercício

	31/12/2021	31/12/2020	AH %	Var. Absoluta
Receita Orçamentária	91.357.562,57	122.972.227,52	-25,71	-31.614.664,95
Despesa Orçamentária	10.112.003.397,85	10.668.146.698,36	-5,21	-556.143.300,51
Resultado Orçamentário	-10.020.645.835,28	-10.545.174.470,84	-4,97	524.528.635,56
Transferências Financeiras Recebidas	37.159.246.476,55	39.931.218.618,93	-6,94	-2.771.972.142,38
Transferências Financeiras Concedidas	33.221.002.194,69	30.488.431.322,12	8,96	2.732.570.872,57
Resultado das Transferências Financeiras	3.938.244.281,86	9.442.787.296,81	-58,29	-5.504.543.014,95
Recebimentos Extraorçamentários	7.796.407.066,31	5.774.422.185,22	35,02	2.021.984.881,09
Pagamentos Extraorçamentários	3.546.556.654,27	4.761.726.225,03	-25,52	-1.215.169.570,76
Resultado da Movimentação Extraorçamentária	4.249.850.412,04	1.012.695.960,19	319,66	3.237.154.451,85
Resultado Financeiro do Exercício	-1.832.551.141,38	-89.691.213,84	1.943,18	-1.742.859.927,54

Fonte: SIAFI

O resultado financeiro do exercício é a soma do Resultado Orçamentário, de Transferências Financeiras e de Movimentação Extraorçamentária. Verifica-se que houve variação em valor absoluto de - 1.742.859.927,54 entre os resultados dos exercícios de 2020 e 2021.

Essa variação será mais bem detalhada por meio da Demonstração do Fluxo de Caixa - Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa (Nota 18).

De qualquer sorte, ressalta-se que o maior impacto nessa redução decorreu da diminuição do resultado das transferências financeiras.

Nota 17 – Resultado das Transferências Financeiras

As transferências financeiras recebidas em 2021 apresentaram redução de 6,94%, em comparação com o exercício anterior. Tal movimento deveu-se, principalmente, em razão de menor volume de recursos financeiros recebidos pelas Secretarias Nacionais por meio de sub-repasses, notadamente no que tange à habitação, segurança hídrica e defesa civil, além de programas sociais geridos em conjunto com a Caixa Econômica Federal.

Na outra ponta, registra-se elevação de 8,96% nas transferências concedidas, significando, no cômputo geral (Recebidas – Concedidas), variação negativa de 58,29% no exercício de 2021, em comparação com 2020. Para maiores informações, acesse as Notas 14 e 15.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Nota 18 - Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

Tabela 23 - Fluxos de Caixa

	31/12/2021	31/12/2020	AH %	Var. Absoluta
Fluxos de Caixa				
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	139.129.677,72	2.792.512.471,53	-95,02	-2.653.382.793,81
INGRESSOS	37.892.817.470,00	40.587.741.134,42	-6,64	-2.694.923.664,42
Receitas Derivadas e Originárias	91.357.562,57	122.972.227,52	-25,71	-31.614.664,95
Outros Ingressos Operacionais	37.801.459.907,43	40.464.768.906,90	-6,58	-2.663.308.999,47
DESEMBOLSOS	-37.753.687.792,28	-37.795.228.662,89	-0,11	41.540.870,61
Pessoal e Demais Despesas	-526.385.437,02	-1.056.517.702,92	-50,18	530.132.265,90
Transferências Concedidas	-3.835.663.600,29	-6.109.825.803,91	-37,22	2.274.162.203,62
Outros Desembolsos Operacionais	-33.391.638.754,97	-30.628.885.156,06	9,02	-2.762.753.598,91
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-1.971.680.819,10	-2.882.203.685,37	-31,59	910.522.866,27
INGRESSOS				
DESEMBOLSOS	-1.971.680.819,10			-1.971.680.819,10
Aquisição de Ativo Não Circulante	-720.723.283,10	-2.882.203.685,37	-74,99	2.161.480.402,27
Outros Desembolsos de Investimentos	-1.250.957.536,00	-1.855.806.275,11	-32,59	604.848.739,11
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Total	-1.832.551.141,38	-89.691.213,84	-126,61	-1.742.859.927,54

Por meio da Demonstração dos Fluxos de Caixa é possível identificar as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de consumo de caixa e ainda o saldo de caixa na data da elaboração, classificando-se tais fluxos em operacionais, de investimento e de financiamento. A partir desses dados, é possível identificar se os recursos movimentados no caixa e equivalentes de caixa advêm do próprio esforço operacional do Órgão, da alienação de ativos ou de terceiros, avaliando-se como esses foram aplicados.

Em 2021 o MDR contabilizou Geração Líquida de Caixa deficitária em R\$ 1,8 bilhão. O déficit justifica-se, principalmente, pela transferência de recursos financeiros do FNHIS, provenientes de superávit de aplicação, para amortização da dívida pública da União, conforme Portaria nº 759, de 22 de março de 2021, editada pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN/ME, impactando o fluxo das atividades operacionais em torno de 1,7 bilhões. Desse modo, a Geração Líquida de Caixa sofreu uma redução de 126,61% quando comparada ao exercício anterior.

Conclusões de auditorias independentes e/ou órgãos de controle público e medidas adotadas

1 - Processo SEI nº 59000.013708/2021-14 - Acórdão Nº 1515/2021 – TCU – Plenário. Prestação de Contas do Presidente da República - Exercício 2020.

3.2. À Secretaria do Tesouro Nacional, na qualidade de órgão central da administração financeira e de contabilidade da União, que ultime as tratativas junto ao Ministério do Desenvolvimento Regional, ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, incluindo eventual articulação com a Casa Civil da Presidência da República, para regularizar, ainda no exercício financeiro de 2021, os desequilíbrios verificados nas equações Siafi 0287 – Superavit Financeiro X DDR a Utilizar, 0298 – Conferência entre Ativo e Passivo Extraorçamentários e 0696 – DDR a Utilizar Extraorçamentária, em prol da fidedignidade das informações contábeis e fiscais referentes às Disponibilidades por Fonte/Destinação de Recursos. (seção 2.5.1.3);

Providência: Informa-se que a Coordenação Geral de Contabilidade e Custos da STN iniciou as tratativas para regularização dos desequilíbrios identificados no MDR, especialmente nos Fundos Constitucionais, que apresentam maior impacto. Nesse sentido, realizaram-se reuniões, já partir de agosto de 2021, com esta Coordenação-Geral de Contabilidade do MDR – CGCON, bem como com os responsáveis pelos Fundos Constitucionais.

Ressalta-se também que a regularização em relação aos Fundos Constitucionais depende exclusivamente do Tesouro Nacional, pois os desequilíbrios estão sendo gerados pela utilização de fonte de recursos extraorçamentária indicada pela própria STN desde 2005, quando os Fundos Constitucionais passaram a integrar o Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.

Em paralelo, a CGCON solicitou à Assessoria Especial de Controle Interno do MDR gestão junto à AECI do Ministério da Economia, objetivando a obtenção de informações sobre providências daquele Ministério quanto à recomendação.

Nesse sentido, após reunião realizada em 26 de novembro de 2021, a AECI/ME enviou e-mail ao MDR, informando que a Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos da STN estava estudando a melhor alternativa técnica para atendimento da recomendação. Informaram ainda que, posteriormente, as respectivas orientações referentes aos ajustes de conta seriam repassadas às setoriais para essas pudessem operacionalizá-las.

Em dezembro de 2021, a Coordenação Geral de Contabilidade e Custos da STN enviou Minuta de Nota Técnica para apreciação da Coordenação-Geral de Contabilidade do MDR – CGCON, referente à proposta de novo tratamento contábil para os Fundos Constitucionais, de forma a solucionar seus desequilíbrios.

Com efeito, a CGCON/MDR enviou as observações identificadas à Coordenação Geral de Contabilidade e Custos da STN, a qual informou que seria marcada reunião, em janeiro de 2022, para explicação dos procedimentos da nova rotina contábil.

As Empresas Trens Urbanos de Porto Alegre S/A e Companhia Brasileira de Trens Urbanos, ambas vinculadas ao MDR, também apresentaram desequilíbrio nas equações, havendo, contudo, menor impacto. A CGCON/MDR solicitou orientações ao Tesouro Nacional para ajustes, pois também envolvem mudança em rotina contábil. As orientações da STN foram repassadas aos Órgãos em dezembro de 2021 e a CGCON/MDR está em tratativas com os envolvidos para finalização dos procedimentos.

Providências futuras: A Coordenação-Geral de Contabilidade do MDR - CGCON vai realizar tratativas junto à Coordenação-Geral de Contabilidade da STN, objetivando acelerar o processo de implantação da nova rotina contábil para os Fundos Constitucionais, de forma que, até o final do primeiro semestre de 2022, as inconsistências apontadas pelo TCU estejam sanadas.

Em relação às Entidades Vinculadas (Empresas Trens Urbanos de Porto Alegre S/A e Companhia Brasileira de Trens Urbanos), a CGCON/MDR enviará Ofícios aos referidos Órgãos, ainda no mês de março, reforçando as orientações já encaminhadas por e-mail e reiterando a necessidade do cumprimento do Acórdão em comento, fortificando, assim, a necessidade de atuação conjunta com o MDR, para que possibilite a regularização efetiva até o final do primeiro semestre de 2022.

2 - Processo SEI nº 59000.023364/2021-43 - Ofício de Requisição 7-141-2021 - Acórdão 1567/2021-TCU-Plenário

a) Acórdão 1567/2021-TCU-Plenário, de 30/6/2021, Relator Ministro Bruno Dantas Recomendar ao Ministério do Desenvolvimento Regional, em conjunto com o Ministério da Economia e o Ministério da Educação, com fundamento no art. 11 da Resolução-TCU 315/2020 e no art. 250, inc. III, do RITCU:

1.7.7. que estabeleçam normativos que regulamentem periodicidade e prazos razoáveis para a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, consonantes com os regulamentos e estatutos dos fundos por eles

supervisionados, cuja participação da União é registrada pela Secretaria do Tesouro Nacional, de forma que tais documentos sejam úteis aos seus usuários e permitam a atualização tempestiva do investimento da União nos fundos.

Providência: A Assessoria Especial de Controle Interno-AECI do MDR encaminhou o Ofício nº 655/2021/CGGI/AECI/AECI-MDR, de 03 dezembro de 2021, ao Secretário de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União, esclarecendo que o Ministério da Economia havia encaminhado e-mail ao Ministério do Desenvolvimento Regional, relatando envio de resposta ao TCU por meio do Ofício n. 290627/2021/ME (3489931), de 4 de novembro de 2021, versando sobre o referido item 1.7.7 do Acórdão 1567/2021-TCU-Plenário, juntamente com o Ofício SEI n. 290152/2021/ME - (3489930).

Com efeito, o Ofício SEI n. 290627/2021/ME encaminhou ao TCU a Nota Técnica Conjunta STN/BCB nº 52363/2021 e o Ofício nº 290152/2021/ME.

Destaca-se que o Ofício n. 29152/2021/ME apresentou a seguinte manifestação:

“19. Sobre o assunto, informamos que foi realizada reunião em 29.10.2020 em conjunto com a Caixa Econômica Federal (CEF) e com os Ministérios da Educação e do Desenvolvimento Regional no qual ficou definido que a CEF enviará os balancetes mensais dos fundos geridos pelo referido Banco com defasagem de 45 dias. Em complemento a essa providência, cabe informar que esta Coordenação-Geral encaminhará ofício à CEF solicitando à empresa que avalie ajustar o estatuto dos fundos sob sua gestão com vistas a fixar prazo para elaboração dos balancetes das referidas entidades”.

De forma complementar, esclarece-se, ainda, que houve o envio, pelo Ministério da Economia-ME, do Ofício n. 301936/2021/ME (3489929), por meio do qual o ME solicitou à CAIXA o encaminhamento, em até 45 dias após o final de cada mês, do balancete mensal, do extrato das cotas e de outras informações que pudessem subsidiar a atualização tempestiva pela STN-COPAR do saldo de investimento da União nos fundos geridos pela Caixa.

Por fim, considerando que o Ofício Requisição 7-141/2021 do TCU foi respondido ao TCU por meio do Ofício nº 655/2021/CGGI/AECI/AECI-MDR, entende-se que a recomendação foi atendida pelo MDR e que cabe ao ME informar ao TCU a conclusão da recomendação, considerando que o assunto se encontra sob a gestão daquele Ministério.

Brasília-DF, 22 de fevereiro de 2022

Rômulo de Sousa Monteiro - Contador Responsável CRC nº 016582/O

Lista de Siglas e Abreviações

ACT - Acordo de Cooperação Técnica
AECI - Assessoria Especial de Controle Interno
AGU - Advocacia-Geral da União
ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
ASG - Ambiental, Social e Governança
BGU - Balanço Geral da União
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAIXA - Caixa Econômica Federal
CBTU - Companhia Brasileira de Trens Urbanos
CCFGTS - Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
CEI - Certificado de Empreendimento Implantado
CENAD - Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres
CFURH - Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos
CGCON - Coordenação-Geral de Contabilidade do MDR
CGD - Comitê de Governança Digital
CGEOF - Coordenação Geral de Execução Orçamentária e Financeira
CGFGTS - Coordenação-Geral de Gestão do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
CGGP - Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
CGIE - Coordenação-Geral de Informações Estratégicas
CFC - Conselho Federal de Contabilidade
CGOR - Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
CGPGE - Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica
CGSL - Coordenação-Geral de Suporte Logístico
CGU - Controladoria-Geral da União
CIG - Comitê Interministerial de Governança
Cigov - Comitê Interno de Governança
CIPI - Cadastro Integrado de Projetos de Investimento
CMN - Conselho Monetário Nacional
CNRH - Conselho Nacional de Recursos Hídricos
Coaride - Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno
Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Condpec - Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil
CONJUR - Consultoria Jurídica
COPAR - Coordenação-Geral de Participações Societárias
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
DAS - Direção e Assessoramento Superiores
DCASP - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público
DCON - Demonstrações Contábeis

DDR - Disponibilidade por Destinação de Recurso
DENATRAN - Departamento Nacional de Trânsito
DIGEC - Diretoria de Gestão Estratégica e Coordenação Estrutural
DIORF - Diretoria de Orçamentos e Finanças
Dnocs - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
DUS - Desenvolvimento Urbano Sustentável
DVP - Demonstração das Variações Patrimoniais
EASif - Estratégia de Atuação do Sistema Federal de Proteção e Defesa Civil
Enap - Escola Nacional de Administração Pública
ETIR - Equipe de Tratamento de Incidentes de Rede
FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FCF - Fundos Constitucionais de Financiamento
FCO - Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
FDA - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia
FDCO - Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste
FDIRS - Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável
FDNE - Fundo de Desenvolvimento do Nordeste
FDS - Fundo de Desenvolvimento Social
FEP - Fundo de Apoio à Estruturação de Projetos de Concessão e Parceria Público-Privada
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FGV - Fundação Getúlio Vargas
FINAM - Fundo de Investimentos da Amazônia
FINOR - Fundo de Investimentos do Nordeste
FJP - Fundação João Pinheiro
FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FNHIS - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
FNO - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
FUNPRESP - Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público
GADE - Grupo de Apoio a Desastres
GIZ - Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICM - Indicador de Capacidade Municipal
ICMP - Internet Control Message Protocol
ICTP - International Centre for Theoretical Physics
IDAP - Interface de Divulgação de Alertas Públicos
IFPA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
iGG - Índice Integrado de Governança e Gestão Pública
IN - Instrução Normativa
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISH - Índice de Segurança Hídrica

Isin - Indicador de Custos de Suporte Institucional
 LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
 LOA - Lei Orçamentária Anual
 MBA - Master in Business Administration
 MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
 MDR - Ministério do Desenvolvimento Regional
 ME - Ministério da Economia
 MP - Medida Provisória
 NBCTSP - Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica do Setor Público
 NE - Notas Explicativas
 NUI - Núcleos Urbanos Informais
 OCP - Operação Carro-Pipa
 ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
 ODUS - Objetivos de Desenvolvimento Urbano Sustentável
 OFSS - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
 ONU - Organização das Nações Unidas
 PAC - Planejamento Anual de Contratações
 PAD - Processo Administrativo Disciplinar
 PAR - Processo de Responsabilização de Pessoa Jurídica
 PBA - Plano Básico Ambiental
 PBQP-h - Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat
 PCASP - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
 PCT - Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes
 PCVA - Programa Casa Verde e Amarela
 PDP - Plano de Desenvolvimento de Pessoas
 PDTIC - Plano Diretor de Tecnologia da Informação
 PEI - Planejamento Estratégico Institucional
 PFCG - Programa de Fortalecimento de Capacidades Governativas dos Entes
 PFN - Procuradoria da Fazenda Nacional
 PGT - Plano de Gestão Estratégica e Transformação Institucional
 PISF - Projeto de Integração do São Francisco
 PL - Patrimônio Líquido
 Plansab - Plano Nacional de Saneamento Básico
 PLOA - Projeto de Lei Orçamentária Anual
 PNDR - Política Nacional de Desenvolvimento Regional
 PNDU - Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
 PNOT - Política Nacional de Ordenamento Territorial
 PNRBH - Programa Nacional de Revitalização de Bacias Hidrográficas
 PNRH - Plano Nacional de Recursos Hídricos
 PPA - Plano Plurianual
 PPI - Projetos Públicos de Irrigação

PPP - Parceria Público-Privada
 PROGRIDE - Programa de Integridade do Desenvolvimento Regional
 PSQ - Programas Setoriais de Qualidade
 RAP - Receita Anual Permitida
 REDUS - Rede para o Desenvolvimento Urbano Sustentável
 REFER - Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social
 REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura
 Renor - Representação na Região Nordeste
 Renort - Representação na Região Norte
 RITCU - Regimento Interno do Tribunal de Contas da União
 RP - Resultado Primário
 RPPS - Regime Próprio de Previdência Social
 RSU - Resíduos Sólidos Urbanos
 S2ID - Sistema Integrado de Informações sobre Desastres
 SE - Secretaria Executiva
 SECOG - Secretaria de Coordenação Estrutural e Gestão Corporativa
 SEI - Sistema Eletrônico de Informações
 SEGES - Secretaria de Gestão
 SFPP - Secretaria de Fomento e Parcerias com o Setor Privado
 SGD - Sistema de Gestão de Demanda
 SIAC - Sistema de Avaliação da Conformidade de Serviços e Obras
 Siads - Sistema Integrado de Administração de Serviços
 SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira
 SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática
 SiMaC - Sistema de Qualificação de Empresas de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos
 SIMU - Sistema Nacional de Informações em Mobilidade Urbana
 SINAT - Sistema Nacional de Avaliações Técnicas de Produtos Inovadores e Sistemas Convencionais
 SINISA - Sistema de Informações em Saneamento Básico
 SINPDEC - Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil
 SIPEC - Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal
 SISGP - Sistema de Programa de Gestão
 SISHAB - Sistema de Gerenciamento da Habitação
 Sisplan - Sistema de Gestão do Planejamento Estratégico
 SMDRU - Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano
 SNH - Secretaria Nacional de Habitação
 SNIDR - Sistema Nacional de Informações do Desenvolvimento Regional
 SNIRH - Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos
 SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
 SNS - Secretaria Nacional de Saneamento

SRP - Sistema de Registro de Preços
STN - Secretaria do Tesouro Nacional
Sudam - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Sudeco - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste
Sudene - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SWOT - Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats
TAPH - Taxa de atendimento à necessidade de produção habitacional
TCU - Tribunal de Contas da União
TED - Termo de Execução Descentralizada
TI - Tecnologia da Informação
TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação
Trensurb - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre
TRF - Transferências Constitucionais, Legais e Voluntárias
UAP - Urbanização de Assentamentos Precários
UFERSA - Universidade Federal Rural da Região do Semiárido
UG - Unidade Gestora
UPC - Unidade Prestadora de Contas
VPA - Variações Patrimoniais Aumentativas
VPD - Variações Patrimoniais Diminutivas

